CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA

BOLETIM CULTURAL

Administração — Museu da Guiné Portuguesa — BISSAU

O «Centro de Estudos da Guiné Portuguesa», organismo que se propõe contribuir para a elevação do nível cultural da Província, tem como seu órgão o «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa».

O «Centro de Estudos» é constituído por uma Comissão Executiva, membros residentes (da Província) e membros correspondentes (de fora da Província). Os membros residentes e correspondentes são designados entre os colaboradores do «Boletim Cultural» e as pessoas que directamente tenham prestado serviços notórios ao «Centro de Estudos». O presidente e vogais da Comissão Executiva são escolhidos entre os membros residentes.

Todos os membros do «Centro de Estudos» terão direito a um exemplar de cada número do «Boletim Cultural», serão postos ao par das actividades do «Centro de Estudos» e consultados sempre que as circunstâncias o aconselhem, podendo acidentalmente tomar parte nas reuniões da Comissão Executiva e ser encarregados de funções especiais.

Colaboração

1 — «O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», órgão de informação e cultura da Província, publicará tôdas as comunicações que à Comissão Executiva do Centro de Estudos forem apresentadas, e que esta julgue de interêsse, relativas à Guiné Portuguesa, de carácter histórico, etnográfico, científico, literário ou artístico.

a) — No campo histórico compreende-se não apenas o relativo ao actual domínio português mas tudo o que diga respeito à nossa acção, desde o século XV, na costa ocidental da África entre o C. Bojador e o Equador.

b) — Dentro do campo científico o objectivo em vista é o estudo sistemático da Província sob todos os aspectos — meio físico, meio biológico, meio humano. Especial atenção merecerá o que se refere à etnografia, pretendendo-se desenvolver ao máximo os conhecimentos sôbre os povos indígenas, pelo que o «Boletim» visará a reunir quer as observações feitas na Província, quer os estudos elaborados por pessoas ou entidades, de fora da Província, especialistas no assunto.

c) — No domínio literário e artístico, o «Boletim» propõe-se contribuir com a sua quota parte para o maior incremento da Arte e Literatura Ultramarinas do Império.

2 — O «Boletim» conterá ainda um certo número de secções habituais, de carácter informativo — Crónica da Província, Crónica Etnográfica, Economia e Estatística, Revista de Livros e Imprensa, etc.

3 — Tem-se em vista reunir nas páginas do «Boletim» tôda a bibliografia que fôr publicada sôbre a Província, para o que se darão as necessárias notícias e críticas bibliográficas. A Comissão Executiva do Centro de Estudos receberá com prazer as obras que os autores e editores hajam por bem enviar-lhe; tôdas serão citadas ou analisadas, mas em especial, aquelas que digam respeito à Província. As obras recebidas passarão a fazer parte da Biblioteca do Museu da Província. Pede-se aos autores e editores que, para este efeito, enviem dois exemplares de cada obra.

4 — A Comissão Executiva do Centro de Estudos desde já pede a tôdas as pessoas ou entidades — da Província, da Metrópole, do Império Ultramarino ou do Estrangeiro — que de qualquer modo estejam ligadas à Guiné Portuguesa, e sobre ela possuam elementos inéditos, que lhe enviem quaisquer trabalhos, informações, fotografias ou desenhos julgados de interêsse e que possam ser publicados neste Boletim.

5 — Todos os artigos e comunicações serão assinados, não se admitindo pseudónimos ou simples iniciais.

6 — As idéias expostas nos artigos e comunicações serão da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e nela de modo algum ficará envolvido o «Boletim».

7 — O «Boletim» oferece gratuitamente aos autores (quando o peçam) 50 separatas dos artigos, publicados, sem nova paginação. Os pedidos de mais separatas e de nova paginação correrão por conta dos interessados, e devem ser indicados de maneira bem visível no início do manuscrito e renovados nas provas.

8 — Em princípio as provas serão submetidas aos autores. Contudo, se as provas levarem muito tempo a chegar às mãos dos autores, ou se estes as não devolverem com urgência, comprometendo a data da publicação, a Comissão Executiva do Centro de Estudos reserva-se o direito de proceder a uma revisão sumária.

Preparação dos Manuscritos

Com o fim de facilitar a impressão rápida, correcta e clara dos trabalhos, solicita-se dos autores a observância das seguintes indicações:

1 — Os manuscritos devem ser entregues, em duplicado, na sua forma definitiva e depois de cuidadosamente revistos, pois as alterações ou aditamentos de texto sobre as provas acarretam, além de retardos, despesas suplementares que podem ser facturadas aos autores. Os manuscritos devem ser dactilografados numa face apenas, em fôlhas separadas. Os autores devem conservar um exemplar do manuscrito.

2 — Os desenhos a (tinta da china) e fotografias (provas negras e de boa intensidade) devem ser entregues prontos e juntamente com o manuscrito.

3 — Deve ser indicado no texto o lugar das figuras e cada uma será numerada, vindo a legenda em papel à parte.

4 — Em trabalhos históricos e científicos, principalmente, e sobretudo quando sejam longos, é de toda a conveniência dividir o manuscrito segundo um esquema bem claro, que torne perfeitamente compreensível a arrumação das matérias e a sucessão de títulos e sub-títulos. Quando a extensão e número de sub-divisões o exijam, deverá abrir-se o manuscrito por um sumário

5 — Nos trabalhos de carácter científico os nomes próprios dos autores citados serão sempre escritos em MAIÚSCULAS.

6 — Os nomes das espécies serão sempre em itálico. Nas listas de espécies estas devem ser numeradas.

7 — Na transcrição ortográfica de palavras indígenas deve seguir-se um sistema homogéneo e correcto, que poderá ser o sistema do Instituto de Etnologia de Paris (Instruction d'enquête linguistique, 1928) ou o do Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas (Pratical orthography of African languages, 1930), ou outro qualquer. Deve-se mencionar o sistema adoptado, indicando as características sempre que necessário.

8 — Solicita-se a máxima exactidão e simplicidade nas referências bibliográficas. Se as obras citadas forem numerosas ou se referirem muitas vezes, convém agrupá-las no final do trabalho, numeradas e por ordem alfabética dos apelidos dos autores. Desta maneira a citação far-se-á: *a*) ou no próprio texto, mediante o apelido (em maiúsculas), seguido, entre parêntesis, da data da obra (ou do seu número na lista final precedido de uma letra de chamada) e da página] por ex: SENNA BARCELOS (1899 pág. 81), ou SENNA BARCELOS (B 23, I, pág. 81)]; *b*) ou em nota de final de página, de maneira análoga.

9 — Solicita-se que as listas bibliográficas sejam cuidadosamente organizadas. Sugerem-se as seguintes indicações:

a) *Para os livros* — apelido do autor, primeiros nomes, título, número da edição, formato, lugar da edição, nome do editor, n.º de volumes e para cada volume o ano, número de páginas (destacando os números relativos a prefácios, introduções e suplementos quando com numeração própria), número de figuras, de estampas e de cartas [por ex: BARROS (João de), *Ásia de* [···] — *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* — Primeira década, 6.ª edição, actualizada na ortografia e anotada por HERNANI CIDADE, notas históricas finais por MANUEL MÚRIAS, in 8.º, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, X + 443 pág.].

b) *Para as partes de obras colectivas* — Poderá empregar-se: *in* [por ex: VEIGA SIMÕES, *O Infante D. Henrique, O seu tempo e a sua acção* in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1938, Cap. VIII, págs. 311-356, 13 est.].

c) *Para os artigos* — apelido do autor, primeiros nomes, título do artigo, título abreviado do periódico, lugar da publicação (quando necessário), série (quando houver), tomo ou volume (em letras romanas), ano, número ou fascículo (com a data quando necessário), número de páginas, de figuras, estampas e cartas [por ex: CORTESÃO (Armando Zuzarte), *Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde* in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, VII, 1931, n.º 76 (Outubro), pág. 3-39, 1 fig., 4 cartas].

Expediente e Assinaturas

1 — O expediente deve ser dirigido a: Centro de Estudos, Caixa Postal n.º 37, Bissau, Guiné Portuguesa.

2 — As assinaturas são:

Número avulso	15$00
Ano (4 números)	55$00

Para Portugal e Império Colonial.

Para o estrangeiro estas importâncias são acrescidas do preço do porte.

3 — Os organismos que desejem permutar as suas publicações com o «Boletim» devem para esse efeito escrever para o enderêço indicado.

Em Lisboa, todos os assuntos referentes a **expediente** e **assinaturas** podem ser tratados na Agência Geral do Ultramar (Divisão de Publicações)

Tendo-se suscitado algumas dúvidas sôbre a natureza dos trabalhos a publicar na parte não informativa deste Boletim, desde já se esclarece que a Comissão Executiva só poderá aceitar e fazer vir à luz obras que tenham o carácter de investigação ou observação directa e que marquem sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como são encarados.

BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA

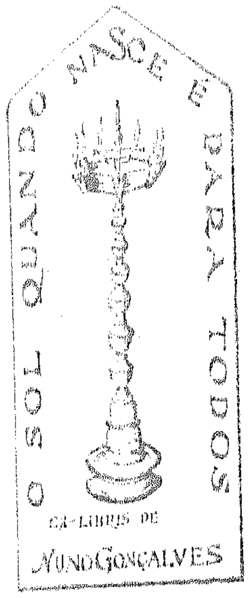
CULTURA E INFORMAÇÃO

BOLETIM CULTURAL

DA

GUINÉ PORTUGUESA

VOLUME X N.º 40 1955



BOLETIM CULTURAL
DA
GUINÉ PORTUGUESA

SUMÁRIO

Títulos	Autores	Pág.
Estudo dos grupos sanguíneos dos indígenas da Guiné Portuguesa. Contribuição para o estudo da sua soro-antropologia	Ruy Álvaro Vieira	585
Onomástica fula e graus de parentesco	Eduíno Brito	599
Inquérito etnográfico sobre a alimentação dos Felupes	Carlos Lehmann de Almeida	617
A entomologia — Sua evolução	Armando Castelo Branco	635
O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. História e perspectivas	A. Teixeira da Mota	641
Crónica da Província	J. F. Mendes	663
Economia e Estatística	Zeferino M. de Macedo	675
Livros e Publicações		683

Volume X — Outubro de 1955 — Número 40

CRÓNICA DA PROVÍNCIA — (J. F. MENDES) — Melhoramentos Públicos — Campanha de Sanidade — Informações diversas — O primeiro aniversário do atentado contra os territórios portugueses da Índia.

ECONOMIA E ESTATÍSTICA — (ZEFERINO MONTEIRO DE MACEDO) — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa do Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústrias.

LIVROS E PUBLICAÇÕES — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 3.º trimestre de 1955 — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Julho a Outubro de 1955).

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TIPOGRAFIA, LIMITADA
R. Almirante Pessanha, 3 e 5 (ao Carmo) / Lisboa

Estudo dos grupos sanguíneos dos indígenas Bijagós da Guiné Portuguesa. Contribuição para o estudo da sua soro-antropologia

por

RUY ÁLVARO VIEIRA

Médico de 2.ª classe do Quadro Comum do Império Ultramarino Português
Sócio da Sociedade Portuguesa de Medicina Tropical

TENDO sido possível dispormos de algumas embalagens de soros sanguíneos titulados decidimos proceder à determinação dos grupos sanguíneos dos indígenas da tribo bijagó contribuindo, assim, de certo modo, para o estudo da antropologia serológica daquele sector da população indígena da Guiné Portuguesa.

Porque os soros padrões nos foram fornecidos muito escassamente, as nossas observações pouco além vão de duas centenas de determinações resultando, assim, que o valor da série apresentada não é muito elevado no que respeita ao número dos seus componentes.

Mas, se alguns autores afirmam que para termos uma série representativa dum dado agrupamento étnico ou racial se devem examinar muitas centenas de indivíduos, outros contentam-se com poucos, havendo até quem publique resultados baseados no estudo de algumas dezenas de indivíduos apenas. BOYD, na sua lista de valores hemáticos, adopta, como limite mínimo para que uma série se possa considerar aproveitável, o de 200 casos.

É claro que, se esse número é suficiente para muitos povos, para outros, em virtude de certas condições, será nitidamente insuficiente não

se podendo estabelecer, por isso, um limite mínimo uniforme para todas as populações.

Parece-nos, entretanto, que o número das nossas observações (um total de 225) pode considerar-se como suficiente tratando-se, como se trata, de um agrupamento rácico bastante homogénio e pouco numeroso, caso em que o número de observações não necessita de ser muito grande.

Preocupamo-nos sempre, com efeito, no decorrer do nosso trabalho, em observar exclusivamente indivíduos cuja ascendência fosse nìtidamente bijagó evitando, assim, os produtos resultantes de cruzamentos tribais. Com isto afastamos uma possível causa de erro sendo favorecidos, por outro lado, pelo escasso número de elementos pertencentes àquela tribo. Segundo o censo populacional referido ao corrente ano, o arquipélago dos Bijagós é povoado, com efeito, apenas por 9.342 habitantes, número ainda bem mais reduzido pelo facto de nele se encontrarem incluídos não só elementos pertencentes à tribo bijagó como também alguns elementos de outras mais tribos.

Parece-nos, portanto, que, utilizando um grupo homogénio e de reduzida população, podemos considerar como suficiente o número das nossas observações. O que não quer dizer que, se tivessemos disposto de maior número de soros padrões, não tivessemos alargado o número de determinações até onde nos tivesse sido possível.

Mas se o número das nossas observações é bastante restrito em relação ao que desejaríamos que ele fosse, não deixa, mesmo assim, de ter algum interesse já que nos dá uma ideia da forma como se repartem nos indígenas da tribo bijagó da Guiné Portuguesa os grupos sanguíneos clássicos A, B, O e AB.

Utilizamos os soros padrões do Laboratório Sanitas, denominados «SANOTESTES», de título bastante elevado — superior a 1/200, segundo a informação do referido Laboratório com quem tivemos de tratar directamente para esclarecer este importante problema.

Como os referidos soros não foram utilizados para além da data limite da sua conservação, supomos poder afirmar que, como é de aconselhar, utilizamos soros de elevado título. As condições climatéricas, associadas a uma velocidade de sedimentação dos glóbulos vermelhos muito frequentemente aumentada nos indígenas, aconselham, com efeito, a dispôr sempre de soros padrões de elevado título aglutinante.

Outras causas de êrro foram, tanto quanto possível, igualmente afastadas. Procuramos evitar, com efeito, a *auto-aglutinação*, isto é, a aglutinação das hemácias pelo próprio soro, a *pseudo-aglutinação* ou falsa aglutinação dos glóbulos, que é antes o seu empilhamento, e a *pan-aglutinação* pela qual todos os glóbulos, mesmo os do grupo O, são aglutinados pelos soros padrões.

Como operamos de dia e, portanto, a uma temperatura sempre superior a 20° C., não consideramos possível a *auto-aglutinação* que, como se sabe, apenas se observa a temperaturas relativamente baixas.

A *pseudo-aglutinação* dá-se quando a concentração dos glóbulos é grande como sucede quando utilizamos o sangue total. Como procedemos sistemàticamente à diluição do sangue a classificar não é de admitir o aparecimento da falsa aglutinação.

Quanto à *pan-aglutinação*, provocada por acções microbianas quando se utilizam glóbulos velhos, evitamo-la fazendo sempre as observações imediatamente após a colheita do sangue a classificar.

No nosso trabalho seguimos o método usado pela maioria dos cientistas e usamos a técnica aconselhada por WIENER quando se pretende estudar grupos sanguíneos em massa.

Empregamos o método de BETH-VINCENT: — sobre uma lâmina perfeitamente seca, evitando-se assim que as gotas se espalhassem e se fundissem, colocamos uma gota de soro anti-A, outra de soro anti-B e outra de soro anti-A/anti-B, dividindo para isso a lâmina em três partes sensìvelmente iguais.

Com as gotas dos respetctivos soros padrões misturamos em seguida duas gotas do sangue a estudar, retiradas com uma vareta de vidro, perfeitamente seca também, da polpa do dedo médio, também completamente seco e sem traços de álcool, prática com que evitamos tanto quanto possível quaisquer perturbações na aglutinação, e às quais tínhamos juntado prèviamente uma gota de soro fisiológico. Agitando brandamente com uma vareta as gotas hemo-séricas afim de torná-las perfeitamente homogénias, realizamos a leitura a olho nú ao fim de alguns minutos (o tempo de espera mediou entre 1 minuto e 15 minutos).

Por fim, interpretamos os resultados da seguinte forma:

— Homogeneidade=ausência de aglutinação;
— Glóbulos vermelhos em grupos espalhados na extensão da mistura ou agrupados no centro=aglutinação.

Os resultados foram lidos da seguinte forma:

— Sangue aglutinado pelo soro B...... pertencia ao grupo A;
— Sangue aglutinado pelo soro A...... pertencia ao grupo B;
— Sangue aglutinado pelos soros A e B...... pertencia ao grupo AB;
— Sangue não aglutinado com os três soros...... pertencia ao grupo O.

Devemos esclarecer, finalmente, que a repetição de algumas reacções, o que na verdade sucedeu com escassa frequência, evitou sempre que tivessemos que recorrer ao microscópio para definir as aglutinações pouco nítidas.

RESULTADOS OBTIDOS

Os 225 indígenas da tribo bijagó por nós classificados distribuiram-se, segundo os sexos, conforme está expresso no Quadro I, mostrando o Quadro II, por outro lado, a distribuição dos mesmos indígenas segundo as respectivas idades.

QUADRO I

Distribuição segundo os sexos

Grupos sanguíneos	Varões	Fêmeas	Totais
A	39	27	**66**
B	19	30	**49**
O	47	51	**98**
AB	6	6	**12**
Totais	**111**	**114**	**225**

QUADRO II

Distribuição segundo as idades

Idades	Número de indígenas classificados
0- 1	1
1- 2	-
2- 3	4
3- 4	-
4- 5	3
5-10	17
10-15	31
15-20	17
20-25	35
25-30	49
30-35	37
35-40	20
40-45	6
45-50	3
50-55	1
55-60	1
Total	**225**

Nem todos os indivíduos classificados pertenciam à ilha de Bubaque. Observámos, com efeito, indígenas dum total de 8 ilhas diferentes do arquipélago, conforme vai referido no Quadro III no qual distribuímos os grupos sanguíneos em relação com os habitantes de cada uma das ilhas a que pertenciam os indivíduos observados.

Para o total das observações fizemos seguidamente a sua distribuição nos quatro grupos sanguíneos clássicos, em números absolutos e percentuais, conforme vai referido no Quadro IV no qual se indicam igualmente os números correspondentes às percentagens dos genes respectivos calculados a partir das seguintes fórmulas propostas por Bernstein:

$$r = 10\sqrt{O}$$
$$p = 100 - 10\sqrt{O + B}$$
$$q = 100 - 10\sqrt{O + A}$$

QUADRO III

Distribuição por Ilhas

Ilhas	Grupos sanguíneos				
	A	B	O	AB	Totais
Bubaque	32	27	54	8	121
Canogo	2	1	7	1	11
Caravela	8	3	10	1	22
Orango	4	3	6	-	13
Rôxa	7	5	8	2	22
Sóga	5	2	2	-	9
Uno	5	7	9	-	21
Uracane	3	1	2	-	6
Totais: 8 ilhas	**66**	**49**	**98**	**12**	**225**

QUADRO IV

Distribuição dos grupos sanguíneos e genes (números absolutos e percentuais)

Grupos sanguíneos (valores absolutos)				Total dos indivíduos classificados	Percentagen de grupos e genes								Índice racial de Hirzfeld
A	B	O	AB		A	B	O	AB	p	q	r	p+q+r	
66	49	98	12	225	29,33	21,77	43,56	5,33	19,2	15,0	66,0	100,2	1,2

Incluímos ainda no mesmo Quadro o número representativo do índice bioquímico racial de HIRZFELD dado pela seguinte fórmula:

$$Ir = \frac{A+AB}{B+AB}$$

Deste último Quadro se conclue que se observa entre os indígenas da tribo bijagó uma alta percentagem do grupo O, logo seguida pelo

grupo A, em frequência bastante menor. O grupo B situa-se em terceiro lugar sendo a frequência do grupo AB a menos importante.

Era de esperar, na realidade, um nítido predomínio do grupo O sobre os restantes. Basta lembrar apenas que o grupo O é um grupo universal, existente em quase todas as regiões do globo, com certa predominância nas populações negras.

Surpreende-nos, entretanto, o facto de termos encontrado um índice racial superior à unidade, se bem que baixo. A este respeito voltaremos a fazer algumas considerações.

Na Carta Serológica de STRENG os indígenas bijagós apresentam-se à direita da linha O (r) ficando colocados próximos dos negros do Congo (Quadro V). Quanto à sua posição no Quadro de SNYDER (Quadro VI) verifica-se que eles (p=19,2 e q=15) ficam ao lado dos negros Bantús e da Jamaica e não no rectângulo ocupado pelos negros da África Ocidental. Ocupam, porém, um rectângulo vizinho destes, dos senegaleses e dos árabes.

Quanto ao índice racial de HIRZFELD verifica-se que este, se bem que positivo, é baixo: 1,2. Mesmo assim, um pouco mais elevado que o obtido por aquele autor para os negros estudados nos Balcans.

No que se refere à distribuição dos aglutinogénios A e B (Quadro VII) verificamos que os indígenas bijagós ficam colocados próximo dos árabes, o que prova o seu parentesco com este povo.

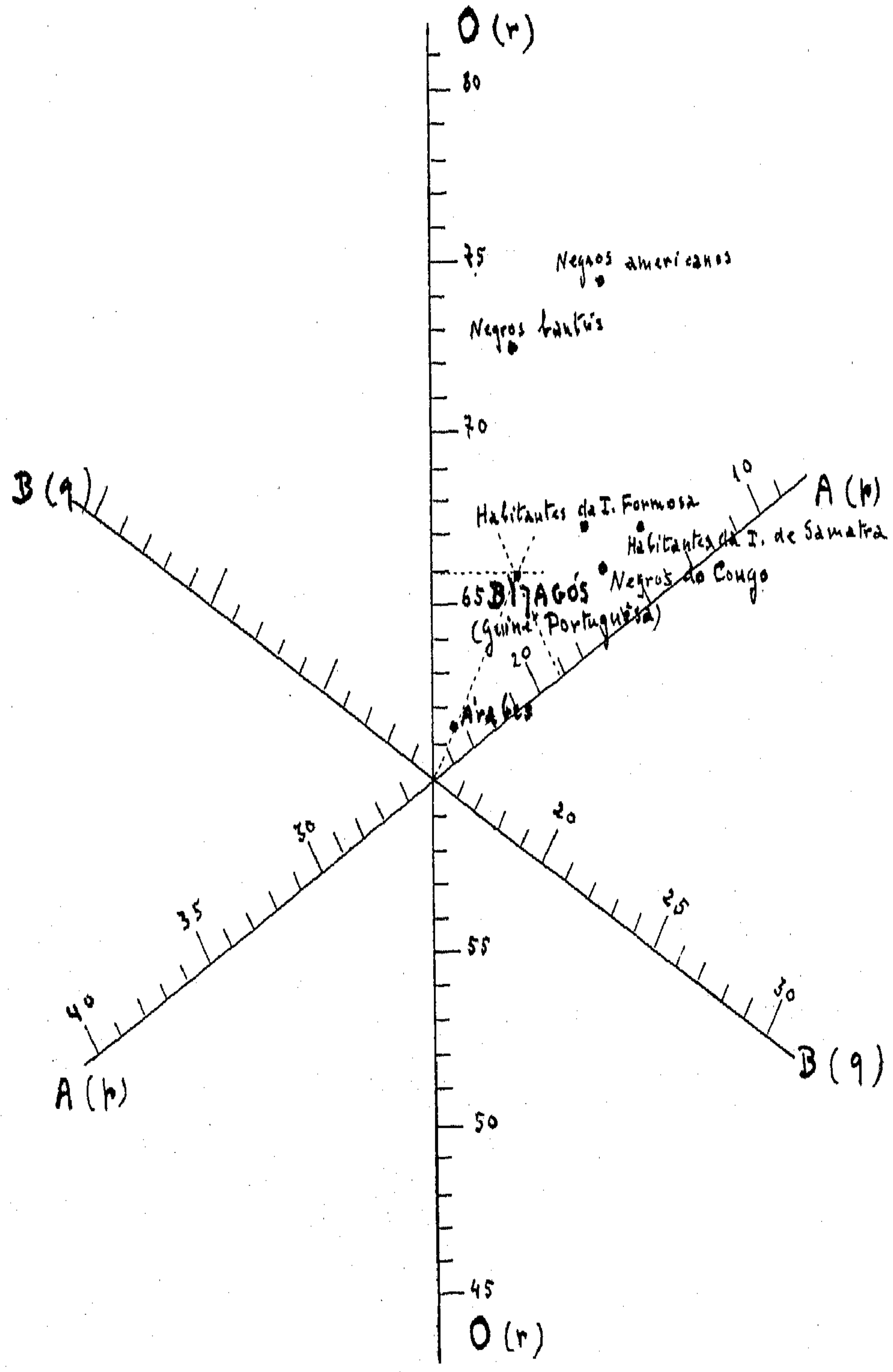
Tal semelhança é ainda posta em evidência pela posição por eles ocupada no Quadro de OTTENBERG (Quadro VIII) verificando-se que ficam colocados entre o tipo intermediário (árabes, turcos, etc.) e o tipo asiático (negros, madagascarenses e malaios) da classificação racial deste autor.

HIRZFELD, por outro lado, apenas distingue três tipos raciais:

Europeu — com índice racial de 2,5 ou mais;
Intermediário — com índice racial entre 1,3 e 1,8;
Ásio-africano — com índice racial igual ou inferior a 1.

Mas também nesta clasificação se verifica que os indígenas bijagós da Guiné Portuguesa ficam incluidos entre os tipos raciais intermediários e ásio-africano.

Não sabemos explicar, porém, o motivo por que é positivo o índice racial dos indígenas que vimos estudando porquanto sabemos serem os



QUADRO V

Posição dos indígenas bijagós na Carta Serológica de STRENG

QUADRO VI

Posição dos bijagós no quadro de Snyder

q \ p	11-15	16-20	21-25
6-10	Abissínios Haiti	Abissínios Aborígenes da África do Sul Islandeses Indianos (México) Irlandeses	Argentinos Belgas Brasil (brancos, São Paulo) Ingleses (Austrália) Holandeses etc.
11-15	Bantús (Áf. Sul) Filipinos Formosenses Negros (Áf. Ocident.) Negros (América N.) Bantús (Moçambique)	Brasil (brancos do Pará) Madagascarienses Negros (Bantús) Negros (Jamaica) Negros (Guiné Port.) *Bijagós*	Árabes Berberes (Marrocos) Maometanos (Túnis) Negroides (Argélia) Escoceses etc.
16-20	Filipinos Negros (Senegal)	Formosenses Hotentotes Javaneses Negros (Congo) etc.	Chineses Formosenses Ciganos Letões etc.

índices positivos mais característicos dos povos europeus ou norte-africanos enquanto que os índices negativos são mais próprios dos naturais da África negra. FRAGA DE AZEVEDO, F. CAMBOURNAC e R. PINTO afirmam que o índice racial de HIRZFELD é directamente proporcional ao desenvolvimento social dos povos. Ora pelas suas afinidades raciais e por tudo quanto sobre eles se tem escrito, os indígenas bijagós não devem formar um grupo diferente e socialmente bastante desenvolvido. É de pensar se, sendo eles os mais ocidentais habitantes da Guiné, não teria havido neles infiltrações de sangue europeu (mais presumível que de outra origem) em quantidade suficiente para justificar tal índice.

A ideia, de resto, não é inteiramente nossa sendo igualmente admitida por outros autores.

De resto, os resultados apresentados para os bijagós por FRAGA DE AZEVEDO, F. CAMBOURNAC e R. PINTO por um lado, e por A. MAGALHÃES MATEUS, por outro lado, e por fim por CARLOS TRINCÃO, levam igualmente a um índice racial positivo, se bem que baixo; sensìvelmente igual ao por nós agora determinado.

A posição, por fim, ocupada pelos indígenas em estudo no Gráfico de HIRZFELD em relação aos outros povos de raça negra e estudados sob o ponto de vista serológico por outros autores é evidenciada no Quadro IX, precisamente ao lado das determinações feitas pelos autores portugueses sobre os negros da Guiné Portuguesa.

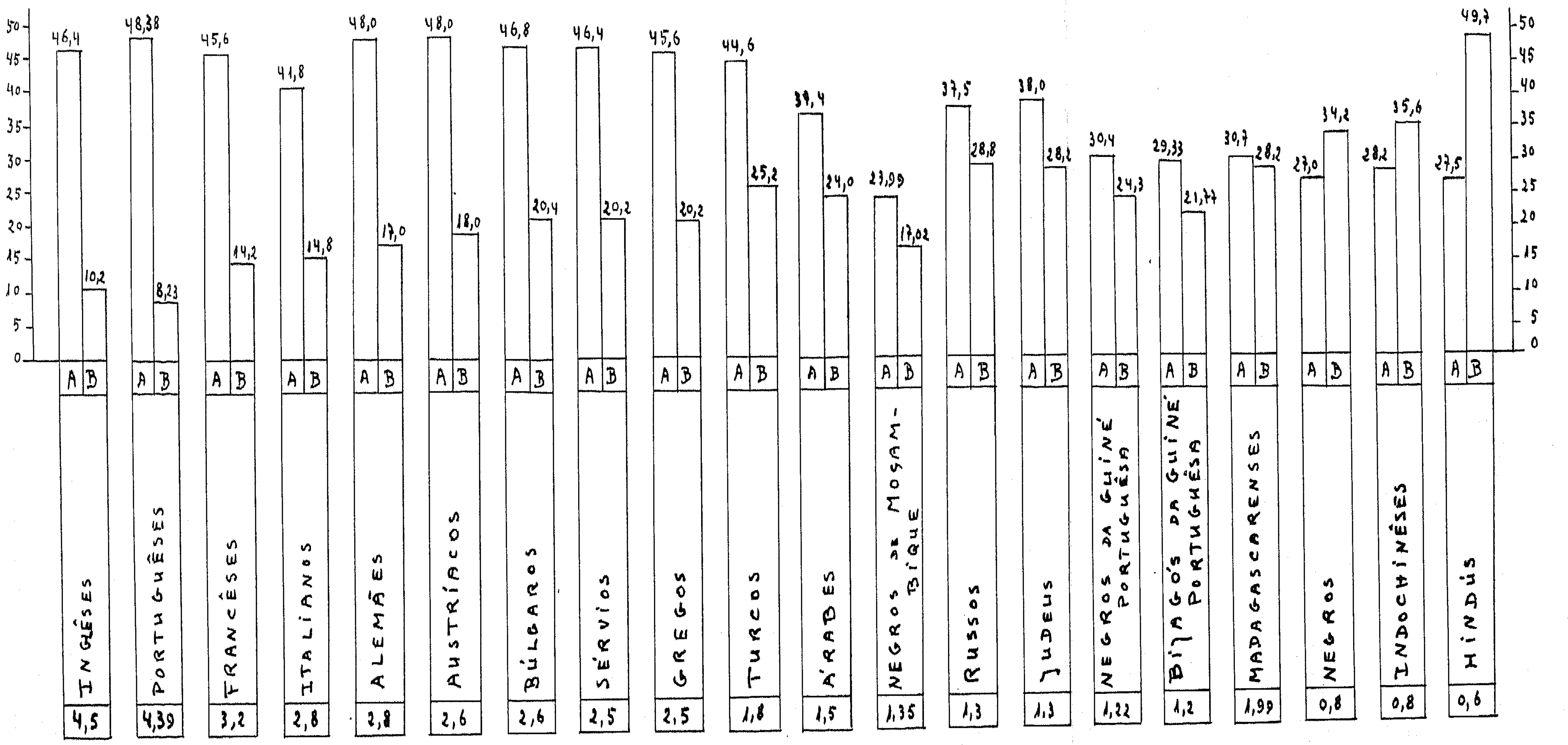
DISCUSSÃO

O último quadro (Quadro X) mostra as determinações efectuadas por vários autores portugueses (incluindo o do presente trabalho) entre os indígenas da tribo bijagó não tendo sido consideradas, entretanto, as do primeiro trabalho, realizado em 1934 por SANTOS JÚNIOR, sobre a determinação dos grupos sanguíneos entre os naturais da Guiné e apresentado ao I Congresso Nacional de Antropologia Colonial. Tão escasso é o número de indígenas bijagós utilizado por este autor (apenas 13) que difícil se torna tirar de tais determinações quaisquer conclusões úteis.

Devemos esclarecer que no trabalho de F. AZEVEDO, F. CAMBOURNAC e R. PINTO o número de bijagós observados é igualmente reduzido (em número de 44) sendo de presumir, por outro lado, que estes autores apenas tivessem utilizado indígenas bijagós da ilha de Bubaque visto não indicarem a origem dos que estudaram.

Tanto no trabalho de AMÍLCAR MATEUS, como no destes últimos autores e no de CARLOS TRINCÃO, a percentagem do grupo A é sempre superior à percentagem do grupo B (no trabalho do segundo daqueles autores é sensìvelmente igual) destacando-se sobre os dois o grupo O pela sua maior frequência.

As observações de CARLOS TRINCÃO, entretanto, estão mais em concordância com as que apresentamos neste trabalho divergindo apenas em 1,79 % e em 1,33 % respectivamente para as percentagens dos grupos



QUADRO VII

Posição dos indígenas bijagós no gráfico de HIRZFELD, quanto ao seu índice racial e distribuição dos aglutinogénios A e B

QUADRO VIII

Posição dos indígenas bijagós no Quadro de Ottenberg

Tipos	0	A	B
I — Europeu	39	43	12
II — Intermediários (árabes, turcos, russos)	40	33	20
III — Hunão (Japão, China do Sul, Hungria)	28	39	19
IV — Hindu-Manchuco (Correia, China do Norte, judeus, hindus)	30	19	29
V — Afro-Sul-Asiático (negros, madagascarienses, malaios)	42	24	28
VI — Pacífico-Americano (índios, australianos, filipinos, islandeses)	67	29	3
Bijagós (os do presente estudo)	43,56	29,33	21,77

B e O sendo as percentagens apresentadas para os grupos A e AB sensivelmente iguais às nossas pelo que se torna bastante facilitada até a comparação do nosso trabalho com o deste autor tanto mais que o número de observações é precisamente igual nos dois casos (225).

Todos os autores citados são concordantes, por fim, no que se refere ao índice racial verificado: — sempre superior à unidade.

CONCLUSÕES

Do que acaba de ser exposto quanto à classificação dos grupos sanguíneos dos 225 indígenas pertencentes à tribo bijagó e por nós estudados na Guiné Portuguesa podem tirar-se as seguintes conclusões:

1) Os indígenas da tribo bijagó apresentam características grupais da raça negra: índice racial baixo, embora ligeiramente superior à unidade (1,22) e predomínio do aglutinogénio O em relação aos restantes (O=43,56 %; A=29,33 %; B=21,77 % e AB=5,33 %), verificando-se nítido predomínio do aglutinogénio A em relação ao aglutinogénio B. Por outro lado, predomínio do gene r.

QUADRO X

Observações de diversos autores portugueses em indígenas da tribo bijagó

Grupos sanguíneos (percentagens)	Amílcar Magalhães Mateus	F. Azevedo F. Cambournac R. Pinto	Carlos Trincão	Ruy Álvaro Vieira
A	29,33	31,82	29,33	29,33
B	29,56	29,54	23,56	21,77
O	43,11	38,64	43,11	43,56
AB	4,00	?	4,00	5,33
Índice racial	1,21	1,08	1,21	1,2

2) Na Carta Serológica de Streng eles ficam colocados à direita da linha O (r), junto dos negros do Congo e dos árabes.

3) A posição destes indígenas em relação aos outros povos, quer na Carta Serológica de Streng, quer no Gráfico de Hirzfeld, ou ainda no que se refere ao índice de Ottenberg, é próxima da dos árabes. Na Carta de Streng ficam, porém, mais próximos dos negros do Congo.

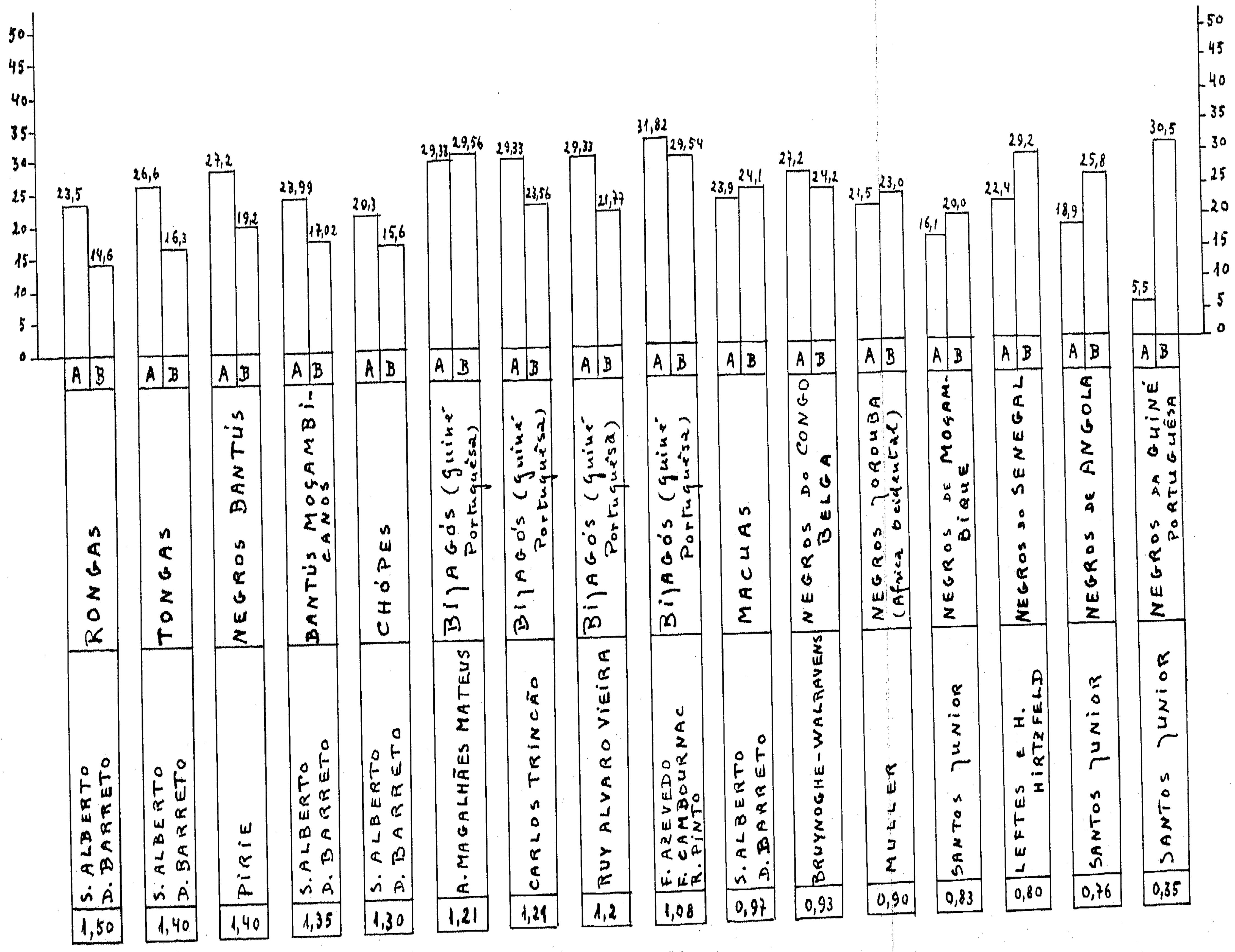
4) É de concluir, portanto, que os indígenas da tribo bijagó da Guiné Portuguesa devem ser colocados, sob o ponto de vista soro-antropológico, entre os árabes e os negros do Congo.

BIBLIOGRAFIA

1) Azevedo (J. Fraga de), Cambournac (F. J. C.) e Pinto (Manuel R.) — «Grupos sanguíneos dos indígenas da Guiné» — An. Inst. Med. Trop., Vol. II, Dezembro, 1945. Lisboa.

2) Barreto (Artur Dionísio) Alberto (Manuel Simões) — «Estudos antropológicos dos povos Bantos. Contribuição para o estudo dos grupos sanguíneos dos indígenas moçambicanos» — An. Inst. Med. Trop., Vol. X, n.º 4, fasc. II, 1953. Lisboa.

3) Heilmeyer (Prof. Dr. Ludwig) — «Enfermedades de la sangre» — Vol. II do Tratado de Medicina Interna, de Bergmann e Staehelin — Tradução espanhola da 3.ª ed. alemã. Editorial Labor, S. A., 1946.



QUADRO IX

Posição dos indígenas bijagós no Gráfico de HIRZFELD em relação à distribuição dos aglutinogénios A e B e aos outros povos de raça negra

4) LESSA (Almerindo) — «1er colloque d'hematologie africaine» — Hospital do Ultramar — Boletim Cl. e Estat., II série, VII ano, n.º 3, 1954 (Suplemento dedicado ao V Congresso Internacional de Transfusão Sanguínea). Lisboa.

5) MATEUS (Amílcar de Magalhães) — «Contribuição para o estudo da sero-antropologia» — Publicações do Inst. de Zoolog. do Porto, n.º 33. Porto, 1947.

6) MAYOR (Leopoldo) — «Grupos sanguíneos de Angola» — An. Inst. Med. Trop., Vol. X, n.º 4, fasc. II — 1953, Lisboa.

7) SARMENTO (Alexandre) — «Grupos sanguíneos dos mestiços de Angola (Subsídios para o seu estudo)» — An. Inst. Med. Trop., Vol. X, n.º 4, fasc. II — 1953, Lisboa.

8) TEIXEIRA (Waldemar Gomes) e TEIXEIRA (António Waldemar Gomes) — «Contribuição para o estudo dos grupos sanguíneos (sistema ABO) dos indígenas de Angola» — An. Inst. Med. Trop., Vol. X, n.º 4, afsc. II — 1953, Lisboa.

9) WHITBY (Lionel E. H.) e BRITTON (C. J. C.) — «Alteraciones de la Sangre» — Trad. da 5.ª ed. inglesa — Salvat edit., S. A., 1949.

ONOMÁSTICA FULA E GRAUS DE PARENTESCO

por

EDUINO BRITO

SENDO os fulas um povo islamizado, os seus nomes não podiam deixar de sofrer profunda influência da onomástica árabe.

O facto, porém, de se dizerem mussulmanos, título de superioridade desfraldado sobre o primitivismo feitichista dos outros grupos étnicos da Guiné, não quer dizer que o sejam cem por cento e que, sob a verniz da doutrina corânica que estadeiam, não apareçam afloramentos pronunciados do seu recente passado animista. Chamar-se mussulmano é um crédito que o fula não deixa por mãos alheias mesmo quando às escondidas se entrega a libações alcoólicas e se regorgita de carne de porco e outras vitualhas consideradas tabu pelo seu credo.

Sob o ponto de vista religioso, no que respeita, à convicção da crença, podemos dividir a população em três grupos: a minoria ortodoxa que segue os preceitos corânicos fiel e intransigentemente; a maioria que à viva força se considera islamizada e por isso reduz a sua actividade religiosa àquele mínimo de práticas necessárias para não perder o «brevet» e, como tal, festeja e reza pelo «Juldé Sumaé», «Donquim» e «Jombentê», faz as preces diárias com maior ou menor fervor e jejua pelo Ramadã; e, finalmente, o terceiro grupo minoritário dos que comem carne de porco, saboreiam o vinho de palma e consomem a aguardente, sem qualquer res-

peito pelos santos mandamentos do Profeta. Estes, no consenso geral da população, não são considerados mussulmanos.

Importam estas considerações pelo papel que desempenham na prática de imposição de nomes a que nos vamos referir.

O conjunto onomástico fula compreende o «Indé» (nome), por exemplo, Mamadu, Bubacar, Braima, Mama Salio, e o «Ietoré» ou nome étnico, como Baldé, Embaló, Bari, Seidi e outros.

Quando os pais são islamizados — qualidade que, deixámos dito, abrange a maioria populacional — esperam que se completem os oito dias posteriores ao nascimento para se proceder à imposição do nome do filho. À cerimónia assistem todos os parentes e amigos e nela se faz uma distribuição de nozes de cola e farinha, sendo de estilo quase obrigatório matar uma cabra ou uma vaca conforme as possibilidades da família.

A criança é trazida ao colo pela avó ou irmã da mãe e ao lado dela coloca-se a pessoa que vai rapar-lhe a cabeça e a vaca ou cabra do sacrifício. No momento em que o degolador do animal diz «Bissimillai» e jorra o sangue da vítima, um «jideu», ou outra pessoa indicada, proclama o nome que é posto ao menino; e logo a seguir se dá início ao acto de rapação do cabelo (edgeuro) de que mais tarde se fará um amuleto.

Esta cerimónia conhecida pelos fulas do Gabú como «pembungal» e pelos futa fulas por «denabô» representa para eles aquilo que para nós vale o registo civil. É o conhecimento público do filho, a sua legitimação. Quando um pai quer repudiar um filho que reconhece adulterino prescinde de todo e qualquer baptizado e o menino será o «Fatu», o filho de pai incógnito. Daí a explicação de muitos indivíduos que se chamam «Sanfa», «Alaíndé», querendo dizer sem nome.

O «pembungal» chamar-se-á «innugol» desde que não haja matança de qualquer animal e, embora jurìdicamente, do ponto de vista do direito consuetudinário, tenha o mesmo valor, socialmente é diferente; representa um atestado de muita pobreza ou implica um estado supersticioso provocado pela morte prematura de filhos anteriores.

Os pais dão aos filhos os nomes dos seus familiares mais próximos, de amigos ou notáveis da sua convivência, ou do «Badurru Juhuri», espécie de almanaque hagiológico, escolhem os nomes dos santos respeitantes ao dia do nascimento. E, deste modo, conforme os casos, o recém-nascido chamar-se-á Amadu, Mamadu, Mamudo, Mohamadu, Braima, Ibraima, Bubacar, Umaru, etc., quando varões, e Fatumata, Fatu, Mariama, Matu, Aissatu, Ansatu, Aminatu, Maimuna, Muna, Cadijatu, Cadi, Genabu, Auá, etc., quando femininos.

Nos tempos do paganismo fula havia uma sequência de seis nomes masculinos e seis femininos que, por ordem de nascimento, eram colados aos filhos. O primeiro varão chamava-se Sara, o segundo Samba, o terceiro Demba, o quarto Ieró, o quinto Jobô e o sexto Deló; as filhas, pela mesma ordem, seriam Sirá, Cumba, Jabu, Taco, Giba e Demó. Conquanto ainda persista a usança destes nomes, o mais vulgar, o chic, é a escolha de nomes da hagiologia corânica.

Porém, não sendo os pais islamizados, quer dizer, tratando-se de um fula comedor de carne de porco e bebedor de vinho, não respeita a praxe dos oito dias; a criança, no próprio dia em que nasce, é crismada de conformidade com o dia da semana, ou melhor, leva o nome desse dia. Chamar-se-á «Teném», «Talata», «Alarba», «Alcamissa», «Maundé», «Assete» ou «Alete», segundo veio à luz na segunda-feira, terça, quarta, quinta, sexta, sábado ou domingo.

Ao pai compete de direito escolher o nome pelo qual responderá o filho pela vida fora. Todavia, os avós ou qualquer familiar de grande estima e respeito dão-se ao capricho de alcunhar a criança com um nome de mimo, nome de troça dizem os fulas, chamando-lhes «duanguel» (cachorrinho), «culá» (estábulo de cabras), «buco» (capoeira) e outros de igual teor, alcunhas que se adevisam à pessoa e passam a substituir o verdadeiro nome no comércio familiar e social.

Outras vezes é a própria mãe que se empenha em dar ao filho o nome de seus pais ou parentes e, entrando em competição com o marido que não cede o seu direito, arranja para o menino um segundo nome. Daí deriva o mesmo ser conhecido como fulano pelo pai e seus familiares e por beltrano pelos que se encontram ao lado da mãe.

Os fulas, tendo muito «ronco» (vaidade, orgulho) com o seu islamismo, não deixam de reconhecer que neles ainda subsistem laivos acentuados de feitichismo, razão por que conservam a crença em espíritos maus — «Najoré» — e acreditam em anjos maus — «Dginé» — contra os quais utilizam diversos mèsinhos (amuletos) como medida de defesa própria e inventam mil e um expedientes e subterfúgios capazes de ludibriar a vigilância maldosa que esses mesmos espíritos exercem sobre os seus descendentes. Deste modo, morrendo sucessivamente alguns filhos de uma mesma mãe, a família para ludibriar os «Najoré» que lhe dão cabo da

descendência esquiva-se a dar nomes vulgares aos recém-nascidos, chegando até a evitar a cerimónia do «dembungal» por causa dos ajuntamentos; realiza-se apenas o «innugol», porque o filho tem de ser reconhecido, mas sem alarido e sem festança. E publica-se que o petiz se chama «Maidé» (morto), ou «Bailo» (ferreiro), «Laó» (indivíduo que trabalha a madeira sem ser pròpriamente um carpinteiro), «Tobel» (tufo de cabelo remanescente sobre a fronte, numa cabeça rapada), «Bâbâ» (burro), «Culá» (redil de cabras), «Buco» (capoeira) e como estes outros afins. No entanto, a criança tem o seu nome legal, como, por exemplo, Mamadu, Braima ou coisa parecida; mas no meio social da tabanca será conhecido por «cachorrinho», «capoeira» ou «redil de cabras» para que os espíritos nefastos nunca o identifiquem na confusão populacional. Só no seio da família é permitido tratá-lo pelo seu verdadeiro nome, embora a prudência aconselhe o uso permanente do nome falso, não vão os «Najorê» farejar qualquer coisa.

Este sistema de dois nomes dá grandes canseiras aos funcionários administrativos nas operações de recenseamento das populações, induzindo-os a pensar numa contínua tentativa de fraude em relação ao fisco. Porém, na maior parte das vezes não existe essa pretensão de enganar; trata-se apenas de um sistema duplo de identificação em que, como ficou visto, a superstição desempenha papel importante e para o qual, também nós, concorremos com uma quota parte impondo uma técnica ou sistema que se encontra desajustado com o sistema indígena que desconhece o chamado nome de família, pelo menos no sentido em que nós o aceitamos e definimos.

Dentro da mesma tabanca, dois indivíduos com o mesmo «indé» e idêntico «ietorê», por exemplo, Ieró Baldé, um filho de mãe Cumba e outro de Fatumata, o primeiro será identificado por Ieró Cumba e o segundo por Ieró Fatumata. Sublinhamos que os fulas dão uma grande importância ao nome da mãe pelo valor que representa como elemento de identificação. Se os dois indivíduos atrás referidos forem de tabancas diferentes, um de Amedalai e outro de Cutame, serão, respectivamente, tratados por Ieró Amedalai ou Ieró Cumba Amedalai e Ieró Cutame ou Ieró Fatumata Cutame, conforme os graus de conhecimento e convivência dos interlocutores.

Se um dos dois apresentar um defeito físico, corcunda (tungó), por exemplo, será identificado por Ieró Tungó, embora não seja correcto fazê-lo, salvo havendo intenção de humorismo como é de muito gosto dos fulas. Qualquer dúvida sobre este Ieró Tungó será esclarecida pela menção da povoação (caracterização geral) e havendo insuficiência pelo acrescentamento do nome da mãe (caracterização específica). Com isto não queremos dizer que a regra seja imutável e que outros factores acessórios não concorram no sistema e técnica de identificação que vimos abordando.

Como nós usamos nome e prenome, por analogia, resolvemos fabricar para os fulas igual forma de identificação, colando aos «indé» (nomes) os «ietorê» Baldé e Embaló, expressando nome de família. O resultado é que houve uma produção excessiva de Mamadus Embalós e Braimas Baldés que nunca conseguimos distinguir sem recorrer aos auxiliares indígenas. É que são uma fabricação da Administração em geral e dos Chefes de Posto em particular sem qualquer correspondência individual no meio social indígena; e se para fins de obrigações fiscais respondem por essas «alcunhas» é que arranjaram o seu nome «do livro», quer dizer, o nome do Posto, do mesmo modo que os manjacos que vão trabalhar para as cidades e vilas arranjam o seu nome «de praça» (no sentido de centro comercial), como «guardanapo», «caldeirão velho» «amizade» e outros similares. O «ietorê», nome étnico, não é um elemento de identificação, mas sim um título honorífico, digamos, uma forma de cortesia num cumprimento obsequioso quando se quer pôr distinção e respeito ao acto. Dois fulas que se encontrem — não nos referimos a rapazolas nem a pessoas de muito convívio e intimidade —, quando separados pela distância da idade, do prestígio e da posição social, cumprimentam-se: Embaló, Tan'alla; Baldé, Tan'alla (Embaló, como estás?; Baldé, como estás?) e nunca se evocam pelos nomes.

Existe uma série numerosíssima de nomes que se aplicam indistintamente a homens e a mulheres, tais como: Maundé, Teném, Talá, Opá, Saná, Gidera, Gidé, Jumá, Bailo, Boi, Bambé, Assete, Boché, Bobo, Sido, Molé, Concô, Sanjau, Mondé, Bato, Iobá, Silá, Juldé, etc.

Os gémeos são sinal de graça divina e, como tal, benvindos quando aparecem. Aqui não existe o uso desumano dos balantas que os abandonam no mato para repasto das onças, lobos e formigas. Os costumes exigem que tenham nomes parecidos pela eufonia: Saído-Saado; Mamadu-Mamudo; Suquel-Suca; Ussai-Assanatu; e de estilo fazer seguir estes «indé» dos qualificativos «Al-Hassaná» e «Al-Fusseni», muitas vezes

abreviado em «Saná» e «Seni», querendo dizer gémeos. Al-Hassaná indica o que nasceu primeiro e Al-Fusseni aquele que veio depois. Nos casos contravertidos de Saído-Saado e Mamadu-Mamudo, por exemplo, os nomes completos dos gémeos serão Saído Al-Hassaná — Saadu Al-Fusseni, Mamadu Al-Hassaná — Mamudo Al-Fusseni.

Os partos ocorridos fora de casa por imprevisão da mulher dão causa a que o menino seja crismado com os seguintes nomes:

Ladé ou Cochanguel	— se nasceu no mato
Gidera	— se nasceu na estrumeira
Subum	— se nasceu na cavalariça
Gimbã	— se nasceu na varanda
Bundo	— se nasceu na fonte
Bambé	— se nasceu no quintal
Turi	— se nascido numa barraca
Jombajô	— se nascido no dia da chegada de uma noiva à tabanca
Ochá ou Opá	— se a mulher quando casou já vinha grávida ou foi encontrada no mato com a criança, prática seguida por muitas primíparas por motivos supersticiosos
Anhá	— Filho concebido pela mulher na ausência do marido
Fouro	— se na altura do nascimento uivava o lobo
Sudo Gauri	— se nascido no celeiro do milho
Tobô	— se no momento chovia

Ocorrendo o nascimento numa altura em que a tabanca é visitada por uma pessoa de posição social importante definida pelo exercício de um cargo qualquer, pode a criança receber o nome do cargo que o visitante desempenha: «Chapató» (marabu) é o nome da criança nascida quando um «marabu» (padre mussulmano) visitava a tabanca; «Goberno» designa alguém nascido no dia que o Governador entrou ou passou pela morança e «Comandã» (de comandante, nome dado aos administradores), se foi o administrador. Por vezes vai o próprio nome do visitante como o caso de «Cabalêro», um jovem que nasceu quando o chefe de posto de nome Cavaleiro fazia o seu giro profissional pela tabanca.

Embora muito raros, já vão aparecendo casos de aposição de nomes portugueses como sinal de estima e consideração. Conhecemos um Manuel Maria Monjuro Embaló, homenagem feita ao antigo Governador desta Província, Sarmento Rodrigues; uma Maria Ilda (pronunciada Marida) do nome da esposa de um administrador que esteve no Gabú; um Alberto Al-Hassaná Bobo Baldé, por amizade a um funcionário dos correios de nome Alberto Borges; um Vítor Hugo Baldé, do nome do administrador, já falecido, Vítor Hugo; Gassepar, também de outro administrador. Certo é, porém, que os portadores destes nomes lá na tabanca usam também os nomes escolhidos pelas mães que são avessas às inovações dos maridos.

Entre os fulas também existe o gosto pelos nomes sonoros, à semelhança dos nossos Napoleões, Júlios Césares, dos Sócrates, dos Temístocles, dos Perícles, dos Eurípedes, pedidos de empréstimo a figuras de relevo do passado histórico. Os «Iaia», «Galissa», «Guêmê», «Saiá», «Badaral» são nomes dos conquistadores, chefes políticos, guerreiros, almamis, que se encheram de fama noutras eras, «libertando-se da lei da morte». Iaia provém do nome de Alfá Iaia, chefe religioso e político do Futa de Jalom, responsável pela islamização dos fulas; Galissa, do cognome que lhe davam.

A força, a agilidade, a destreza, também não são esquecidas neste entusiasmo de distinção. Aos animais possantes se pedem nomes emprestados com que cognominar aqueles que exibem a beleza da sua conformação atlética e força física. Ser-se chamado leão (bodo ou badagu), onça (solô), touro (gari maundi) e outros apelativos das espécies irracionais vigorosas é sentir-se quase herói e ter a vaidade lisonjeada nas cantigas dos trovadores indígenas (jideus pela designação creoula) que as lindas «bajudas» de corpos esguios de gazela entoam nas noites de batuque ao luar ao som ritmado e monocórdico dos tambores. Ser um Braima Soló ou simplesmente «Soló» (onça) é ser um Apolo que faz vibrar as moças de entusiasmo ante a magnificência sensual de uma bela e farta musculatura, realçada pelos requebros felinos da luta e da dança que os olhos concupiscentes incendeiam de volúpia e desejo. E findo o batuque, lá num recantozinho aconchegado dos palmares, longe da vista dos indiscretos, a «onça» apanha a «gazela», a gazela transforma a «onça» em cordeiro e enquanto o luar os nimba de seus raios, a folhagem seca murmura um canto de amor tropical.

A profissão desempenha papel importante na onomástica fula e serve

de elemento de identificação. Ser trovador (gauló ou Jalijó), pescador (gaodó ou chubaló), ferreiro (baílo), etc. é ter estes nomes colados à identificação como ostra em casco de navio. Daí os Ieró Gaodó, Mamadu Chubaló, Braima Bailo...

O trovador é um personagem muito popular nas sociedades fulas e dentro de certos limites bastante temido. À semelhança dos jograis da idade média, representam um veículo de cultura popular e um instrumento de crítica social, um jornal falado de cada terra. Os régulos, os «grandes» e os notáveis, à custa de uma esportulação por vezes exagerada, utilizam-nos como meio de influenciar a opinião pública a seu favor ou empurram-nos a denegrir a vida de qualquer rival. Os régulos, em especial, têm um grande cuidado com o tratamento a dispensar ao «jideu» porque, como seus agentes de propaganda, podem com facilidade causar-lhes demérito e impopularidade no meio da população do regulado e junto dos régulos de outras áreas. Daí as chorudas gorjetas que percebem. O «jideu» é uma imprensa livre cujo trabalho amoral é, em qualidade e tonalidade, uma função da generosidade do interessado.

Já que registámos o caso de uma jovem que saiu chorando de um batuque por o noivo, com quem cortara o contrato de casamento, ter pago ao «jideu» para lhe atirar lama para cima da reputação. Com as famílias dos dois jovens havia uma questão de dote a regular e entre estes se interpusera um outro conquistador que estava namorando a moça enquanto o outro pagava. Ao lado deste aspecto negativo, o «jideu» serve também de instrumento de conquista fazendo propaganda dos moços junto das eleitas.

Os fulas denominam-nos «gauló» ou «jalijó» conforme é simples histrião ou tocador de qualquer instrumento. Assim dizem: Samba Gauló, Farba Gauló, quando o Samba e o Farba apenas cantam e dançam; e Samba Jalijó (chimbodó nhanhero), Samba Jalijó (chimbodó corá), Samba Jalijó (chimbodó símbaru), Samba Piodó Tamaro, quando o samba é tocador especializado em «nhanhero», «corá», «símbaro» e «tamaro», instrumentos pàlidamente parecidos com a rebeca, violoncelo, pequena viola e instrumento nosso não identificável. Nestas composições onomástica o termo «chimbodó» define aquele que toca com o arco ou os dedos e «piodó», aquele que toca com paus.

Os cativos, fulas pretos, outrora não podiam usar nomes islâmicos; adoptavam os de seus patronos. Hoje, com o evoluir dos tempos e o desaparecimento da servidão, acelerado pela nossa larga democracia social,

o fula preto, abrindo excepção para os do Boé, no Gabú, colocam-se num plano de igualdade, que as autoridades reconhecem e estimulam, rezam como os seus antigos senhores e colam aos filhos os nomes da hagiologia corânica. Não obstante, ainda existem ténues vestígios de servidão, com notável dominância no Boé, como dissémos, não essencialmente de ordem económica, mas de natureza psicológica e rotina social. É que esta região se encontra isolada e subtrai-se à influência das forças de progresso social.

NOMES NOBRES — Desde esses tempos escuros das lutas fraticidas que a população fula se encontra dividida em castas de diversa hierarquia social, castas definidas pelo domínio e escravidão de uns grupos sobre outros, posse de poder político e detenção de riqueza.

Deste modo, permita-se-nos a liberdade de falar em nomes nobres e plebeus para identificar de um lado, aquela minoria que alcandorou nos lugares políticos para garantir a estabilidade dos seus bens e sua fácil multiplicação, e doutro, os que se sujeitaram e foram convencidos desse direito, formando a plebe. Cumpre-me ressalvar que no momento actual os dados desta equação se encontram profundamente alterados em consequência das influências políticas e económicas da colonização.

«Baldé» e «Embaló», eis os dois grandes ramos que impuseram a força da sua hegemonia social nesta parte do território português e hoje definem os agrupamentos mais importantes do grupo fula.

Conta a história oral, por nós recolhida da boca de alguns «chernos», que ali pelas voltas do século XV e XVI, na altura em que o Crescente no Sudão no Sudão impunha ao fula feitichista o dilema do «cres ou morres», saiu de Madina uma família Baldé demandando as terras do Futa de Jalom e com ela arrastando a manada dos seus inseparáveis bovinos.

Calcurriando desertos e campinas, chegou ao Futa Toro onde povoou uma tabanca a que chamou Bantanto e dali saindo mais tarde para fundar uma outra de nome Ferlo. E aqui, por imponderáveis do destino, uma parte da expedição acampou-se no sopé do monte e a outra no cimo, passando-se os da base a chamar-se Baldècundas (ou seja, Baldés da parte de baixo) e os outros Embalocundas (Baldés da parte de cima).

Aconteceu que as vicissitudes das lutas, perseguições, carência de terrenos de pascigo e outros factores determinaram a separação destas duas fracções da mesma família, seguindo cada uma a rota do seu des-

tino e com ela levando o nome que uma simples circunstância de acomodação casualmente fizera nascer.

Com o rolar dos tempos, a proliferação, a luta pela vida e a própria misceginação, os elementos constituintes de cada fracção foram-se diferenciando pelo poderio económico, inteligência, técnicas de guerra ofensiva e defensiva e capacidade de direcção do grupo, produzindo uma verdadeira estratificação do clã em classes baseadas em funções individuais e valores familiares.

Esquemàticamente e sem muito rigor de classificação, os Baldés dividiram-se em sete clãs:

Arabé	— Casta de guerreiros e caçadores a que pertencem os régulos;
Uanhangabé	— Homens ricos e conselheiros dos régulos;
Fafabé	— Chefes políticos de segunda grandeza;
Sanganabé	— Lavradores e pastores mais abastados;
Imabé	— Lavradores e pastores pobres;
Danfabé	— Fulas forros e fulas cativos que se acolheram à protecção do Almami de Timbo, Alfá Iaiá e se tornaram guerreiros;
Maribé	— Fulas cativos que impuseram a sua condição social de guerreiros por se terem acolhido às hostes de Alfá Moló, constituindo hoje a grande maioria da população do Cossé da circunscrição de Bafatá.

Os Embalós apenas se dividiram em dois grupos: Chafali, casta reinante e militar e Golombé, lavradores.

Os casamentos processavam-se entre indivíduos do mesmo clã, sem impedimentos teóricos à exogamia. Os filhos nascidos de uniões inter clãs pertenciam sempre ao do pai: um filho de homem «Arabé» com mulher «Uanhangabé» é «Arabé», bem como um filho de homem «Uanhangabé» com mulher «Arabé» é «Uanhangabé».

Vimos falando da influência árabe na onomástica fula. Ela é um dos traços mais característicos dos rudimentos de civilização que distinguem o povo fula e o maior obstáculo à penetração da nossa cultura, e isto, em grande parte, pela escassês de fontes de cultura portuguesa.

Vimos essa influência dominar os patrónimos fulas; vamos encontrá-la igualmente dominando os nomes dos lugares, dos dias, dos meses, das festas, sempre com termos emprestados à hagiologia corânica e aos seus lugares santos e santificados.

Basta olhar para um pequeno reportório dos nomes fulas para que nos apercebamos do inconfundível sabor árabe que deles emana e a perfeita derivação etimológica.

No caso dos homens, vejamos:

Braima, Buraima, Ibraima, Biraima	— derivação de Ibraim
Mamadu, Mamudo, Mamudu	— derivados de Mohamed
Amadu, Amadi	— derivados de Ahmed
Abdulai	— Derivado de Abd Allah
Abibo	— derivado de Abib
Gibrilo	— derivado de Gebril
Sirifo ou Cherife	— derivado de Cherif
Suleimane	— derivado de Solaimam
Assaná, Alassaná	— derivado de Hassan
Umaru	— derivado de Omar
Seco	— derivado de Cheik
Baciro	— derivado de Bachir
Ismaila	— derivado de Ismaïl
Mussá	— derivado de Mussa
Ussumane, Tumane	— derivado de Othan
Calilo ou Calil	— derivado de Khalil
Salio	— derivado de Salah
Bubacar, Bácar, Bacari	— derivado de Abu Bakr
Abudu, Abdu, Abdu Ramani	— de Abd Ar-Rahmam
Mutar, Mutaro	— derivado de Moktar
Ali, Aliú	— de Aly, genro do profeta
Mustafá	— derivado de Mostefa
Ibuno	— derivado de Ibn (filho)

Para as mulheres:

Cadija, Cadijatu, Cadi	— derivados de Kadija, mulher do profeta
Fatumata, Fatimata, Fatu	— de Fátima, filha do profeta

Aissatu, Ansatu, Satu	— derivado de Aïcha
Umo	— de Umn
Mariama, Iamá	— Myriam
Aminatu, Aminatá, Amina	— de Amina

São também de origem islâmica os nomes dos dias da semana:

Alete	— domingo
Teném	— segunda
Talata	— terça
Alarba	— quarta
Alcamissa	— quinta
Jumá	— sexta
Assete	— sábado

Dos nomes dos meses:

Jombenté	— primeiro mês (Ano novo)
Sabordo Parã	— segundo mês
Parã	— terceiro
Mim Parã	— quarto
Bá Parã	— quinto
Sabordo Rágibi	— sexto
Rágibi	— sétimo
Sabordo Sumaé	— oitavo
Sumaé	— nono (mês de jejum — Ramadã)
Juldado	— décimo (festa de ruptura do jejum)
Sabordo Donquim	— décimo primeiro
Donquim	— décimo segundo (Festa do carneiro, comemorando o nascimento de Abraão, tronco do povo árabe). Uma correspondência do nosso Natal, sòmente o sexto, sétimo, oitavo e nono (Sabordo Rágibi, Rágibi, Sabordo Sumaé, Sumaé) são de origem islâmica, diz-nos o grande arabólogo Paul Marty. O Termo «sabordo» significa «que aguarda, que espera». Não existe correspondência entre os nossos meses e os do calendário fula porque estes variam com as fases da lua.

Também de origem islâmica são os nomes que designam preces diárias:

Subacá	— oração da manhã antes do nascer do sol
Faná ou Sali Faná	— oração das 13,30 horas
Alançará	— oração das 16 horas
Futuró	— oração das 18,30 horas
Guege	— oração da hora do deitar, geralmente pouco depois do jantar.

Nos topónimos é que se encontra também uma variedade apreciável de nomes emprestados pelos lugares santos do islão, tais como, Madina, Socotô, Maca, Carantabá, Taibatá, Macina, Dar-Es-Salam (terra de paz), Easse (corruptela de Fez), Missirá, Amedalai (terra de Allah) e outros mais que seria fastidioso enumerar.

Porém não é só nos patrónimos e topónimos que esta influência se evidencia; é em toda a actividade do comércio oral dos fulas, expressando coisas e factos, principal e fundamentalmente, no domínio das ideias abstractas cujas formas de expressão bebem inteiramente no léxico árabe:

Allaí ou Alassaná	— céu
Jarrabá	— inferno
Nabi	— Profeta
Allah	— Deus
Saitani, Iblissa	— Diabo

Aduna — Mundo
Sadacá — Esmola
Jumá — igreja, lugar de prece
Giné — Anjos
Diual — Província, área
Quêfêro — infiel
Ualio, Uali — santo, homem piedoso
Uagutu — hora
Caramocô — professor, mestre escola
Alual — prancheta corânica dos estudantes

FAMÍLIA E GRAUS DE PARENTESCO

Por «Mussidal ou Endame» designam os fulas o conceito geral de parentesco, englobando todos os descendentes do mesmo tronco, aqueles que «saíram da mesma porta» (Damegal Gotal).

Estabelece-se o parentesco por duas linhas: a linha masculina denominada «Lenhol Gorol» ou «Babala» e a linha feminina «Nenala» ou «Lenhol Deol».

Do ponto de vista político e do direito consuetudinário, a linha masculina — Lenhol Gorol — é a única que conta. A linha feminina não produz efeitos de carácter jurídico, conquanto desempenhe papel de relevo nas relações de família pelos laços psico-afectivos criados pelas uniões, tendo em especial atenção a descendência de linha materna. É, geralmente, entre os parentes da mãe que os filhos encontram muitas vezes mais carinho, ternura e atenções, precisamente porque não existe o interesse material da herança. Os filhos pertencem ao pai e à família do pai; a família da mãe, numa espécie de amor saudosista, faz-se lembrada pelos mimos que prodigaliza.

O conceito lato de família é designado, como deixamos dito, por «mussidal» ou «endame», o conjunto de todos aqueles que vieram do mesmo «horé gorol», do mesmo tronco e que vivem ou não sob a autoridade de um chefe.

A família aglomera-se na «galé», ou seja, naquele conjunto de palhotas que nós chamamos tabanca ou morança, sob a chefia do «jomme galé». Pode uma família por si só constituir uma «galé», mas é raro; muitas vezes, senão sempre, ela (a galé) compreende estranhos que vieram acolher-se à protecção do fundador, chegando até a incluir elementos de outros grupos étnicos. A «galé», ao invés do conceito generalizado, e embora compreenda uma percentagem elevada de familiares, não é a família pròpriamente dita, mas sim o ajuntamento social de indivíduos sob a chefia de um deles. Podemos aceitá-la apenas como um conceito político-administrativo de família e não a família no seu conceito biológico ou genético.

Cada «galé» — a família político-administrativa — é constituída por inúmeras pequenas famílias (de marido, mulheres e filhos) que tem a designação de «beingo» ou «sudo» (casa) e que se definem por uma economia doméstica particular e uma cozinha à parte, embora ao lado do «camanhã», campo particular de lavoura da família, possa subsistir a economia cooperativista do «marco» ou campo de lavoura da tabanca. Hoje em dia, apenas pequenos e raros vestígios desta forma comunitária de exploração da terra se encontram no chão dos fulas, estando substituída quase que integralmente pela forma individualista (camanhã).

Termos de parentesco — Os conceitos de parentesco fula diferem grandemente dos nossos. Assim, do lado do pai, todos os tios são «baba» (pai), todas as tias «nênê» (mãe), todos os primos «minirao» (irmão — pl. minirabê), todos os sobrinhos «bido» (filho — pl. bibé), formando o conjunto o «babirabé» ou grupo paterno consanguíneo.

O tio paterno chama ao seu sobrinho «bido» (filho), mas quando quer designar o seu próprio filho dirá «bido redo âme», querendo dizer «filho da minha barriga».

A família do lado da mãe constitue o «nênirabé», «redo uoturu» ou «endo uotoru», aqueles que vieram da mesma barriga ou saíram da mesma mama. Ao tio materno chamam «cau» e à tia «iaié, iairao ou nênirao»; os primos designam-se por «denda — pl. dendirabê» quando filhos de irmãos de sexos diferentes, ou também por «bada ou badirao»; os descendentes de duas irmãs (primos no nosso conceito) chamam-se «sacaremé» ou «remirabé; esclarece-se que estes termos representam um conceito especial de parentesco, não de primazia, que não tem correspondência nas nossas formas. O verdadeiro primo é «denda» e mais nada, conceito que só se aplica ao grau de parentesco existente entre os filhos de um

irmão e os de sua irmã, aos «bandirao» (pl. bandirabé), querendo dizer irmãos de sexos diferentes.

O avô e avó são chamados «mama» ou «mama soro» e os netos tratados por «tana» ou «tanirao»; «manta soro» é o bisavô ou bisavó, «jatirao» os bisnetos e «jatonofel» os trisnetos e restantes.

Entre irmãos o mais novo chama ao mais velho «kotô» e este trata aqueles que nasceram antes por «minhame», expressão familiar deturpada de «minirao» (irmão), «minhame» é também o termo que se emprega quando alguém quer exprimir a outrém a sua amizade fraternal.

O respeito dos mais novos pelos mais velhos é um dos fundamentos da sociedade patriarcal. Existem interdições que inibem os filhos de tratarem os pais e outros parentes pelo próprio nome, bem como as mulheres aos maridos, os sobrinhos aos tios. Por esta razão, o filho chama ao pai «baba» (não confundir com bâbâ—burro) e à mãe «nênê» e de igual modo os tios paternos. Quando um filho da morança usar o prenome do pai, da mãe, avós, quer dizer, havendo na morança um pai e um filho, ambos de nome Braima, uma mãe e filha de nome Aissatu, seria grande falta de respeito chamar os meninos pelos seus nomes, que são os nomes dos «grandes»; o menino será tratado e conhecido por «Baba Galé» (pai da morança) e a menina por «Nênê Galé» (mãe da morança), tanto fora como dentro da povoação.

A mulher também está interdita de chamar o marido pelo próprio nome. A mulher chama o marido pelo nome de um dos seus filhos, pela ordem de predilecção, ou não os havendo pelo nome do sogro. Assim, a mulher de um Quecuta, com filho de nome Braima, ao dirigir-se ao homem dirá: «baba Braima» (pai de Braima); se não tiverem filhos, então evoca-se o nome do sogro: «bido Salio», se Salio for o pai do marido.

Se um estranho usar o nome dos pais ou avós de qualquer indivíduo, este ao interpretá-lo dirá: Tokorá baba, tokorá nênê, querendo dizer «ó homónimo de meu pai, ó homónimo de minha mãe!».

Chernos, Alfás, Almamis, graduações de letrados mussulmanos, vulgarmente conhecidos por padres, e karamocôs (professores), são tratados pelos seus títulos seguidos ou não do nome: Cherno Amadu, Alfá Iaia, Almami Sitofá...

Um marido que tenha duas mulheres de nome Fatumata, uma fula preto e outra fula forro, designará a primeira por Fatumata Cordó (de cordó, fula preto ou cativo — hoje de modo geral só no nome) e a segunda por Fatumata Pullo Debó (de pullo debó, mulher fula). No entretanto, as boas maneiras exigem que as duas Fatumatas sejam diferenciadas pelo nome das mães em detrimento da casta ou pelo nome dos filhos como é normal: «nênê Braima», «nênê Adulai» (ó mãe de Braima, ó mãe de Adulai!).

Nesta área dos fulas, de sabor tão exótico e cativante sente-se a existência de um povo já com relativa evolução, professando a crença numa religião superior, embora matizada de muito feitichismo, que por si só vale como atestado de um nível de vida moral e cultural superiores, complexos de cultura que profundamente os diferenciam dos outros grupos étnicos da Guiné, modelando todos os aspectos da sua vida social, material e espiritual, e dando-lhes, com justiça, um lugar à parte, neste tão falado «mosaico étnico da Guiné».

INQUÉRITO ETNOGRÁFICO SOBRE A ALIMENTAÇÃO DOS FELUPES

por

CARLOS LEHMANN DE ALMEIDA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 618

ALIMENTOS 620

I — 620

a) alimentação dominante 620
b) descrição e composição das refeições 621
c) modo de utilização dos alimentos 622

II — Condimentos 623
III — Perversões do gosto 623
IV — Alimentação das crianças 623
V — Alimentação dos doentes 624

COSTUMES ALIMENTARES 624

I — Instrumental de cozinha 624
II — Local de preparação das refeições 625
III — Obtenção e produção dos alimentos 626
IV — Preservação dos alimentos 627
V — Preparação dos alimentos 628
VI — Uso e distribuição dos alimentos 628
VII — Antropofagia 631
VIII — As bebidas 632
IX — O tabaco 632

RESUMO 634

BIBLIOGRAFIA 634

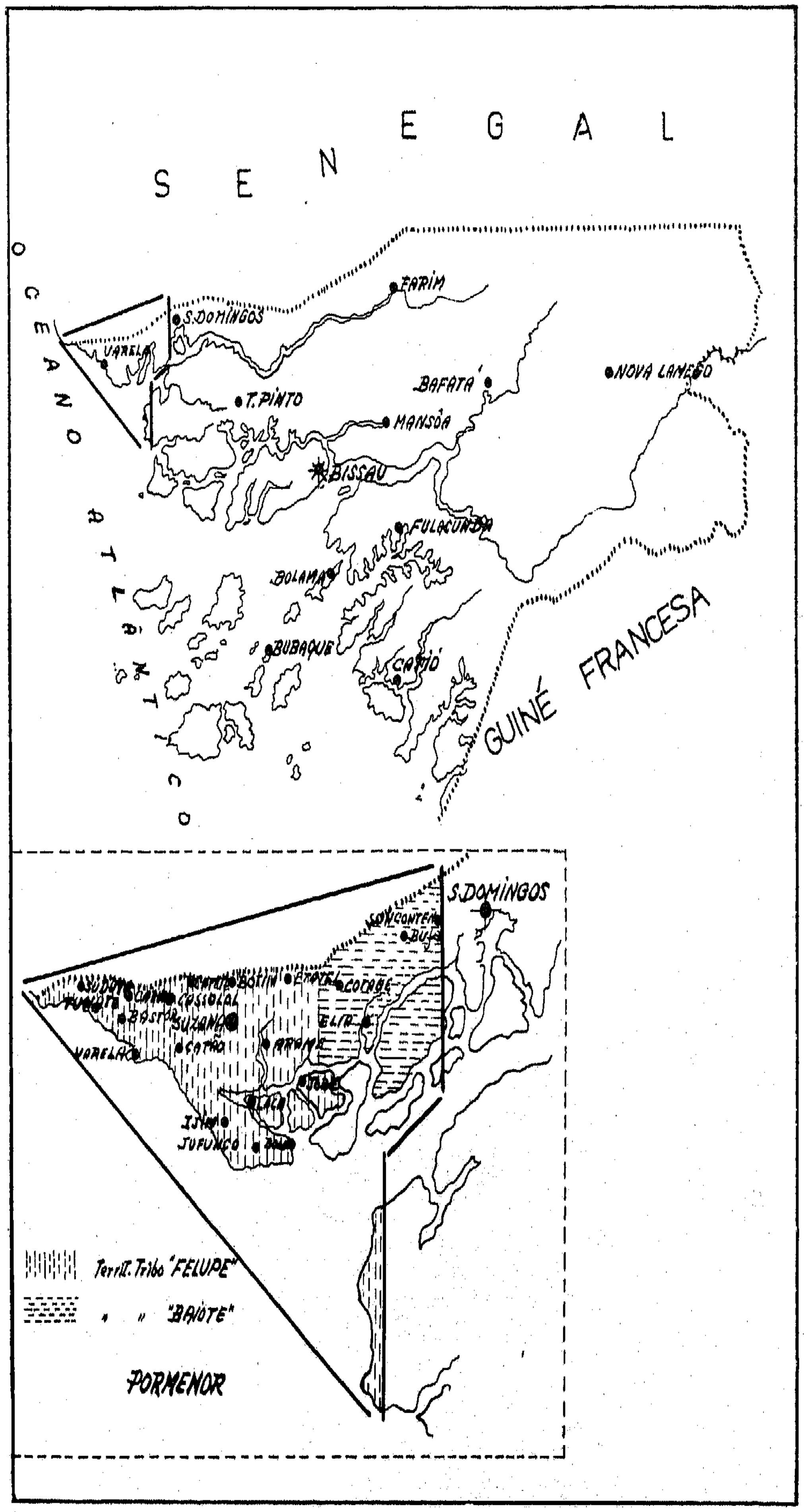
INTRODUÇÃO

Vai-se esboçando nas nossas Províncias Ultramarinas o interesse pelos problemas relacionados com a alimentação e nutrição das populações, e a Guiné, onde nesse domínio pràticamente nada há feito, começa agora a ensaiar os seus primeiros passos na ânsia de acompanhar o movimento geral. Assim parece-nos que começaremos realmente pelo princípio com um inquérito desta natureza que encontra ainda justificação na riqueza da Província em grupos étnicos.

A recolha dos principais elementos para o estudo etnográfico da alimentação dos Felupes, foi feita por observação directa, e interrogatório directo ou por meio de intérprete habilitado residindo há muitos anos na região, servindo-nos de norma o esquema proposto pelo Prof. Thales de Azevedo, da Universidade da Baía.

A tribo Felupe, representada por cerca de 8.000 indivíduos constitue o extremo Sul do grande grupo Djolá e ocupa uma área de cerca de 320 km², compreendendo a parte litoral do Posto Administrativo de Suzana (Circunscrição de S. Domingos) e estende-se ainda ao longo da estreita orla marítima que vai da barra do Cacheu até ao canal de Jeta. Para o interior, a Norte da ria de Cacheu, encontram-se os Baiotes cujas afinidades de religião, usos e costumes com os Felupes são tantas que se admite terem pertencido à mesma tribo, atribuindo-se a diferença de dialectos apenas a um prolongado isolamento dos dois grupos.

Os Felupes são considerados entre todos os grupos étnicos da Guiné os mais refractários à aceitação dos nossos costumes. Também dificilmente podem sofrer influências estranhas pois raramente emigram e não permitem a fixação no seu solo a indígenas de outras raças.



ALIMENTOS

I

a) A alimentação dominante dos Felupes é de origem vegetal e animal. O elemento basilar é o arroz — «emân» — a que juntam sempre algum marisco — ostras, combé, lingueirão, caranguejo — ou peixe.

Como elementos secundários fazem parte da sua alimentação a batata doce e a mandioca que cultivam, na época própria junto das moranças, feijão, óleo de palma, «chabéu» (assado ou cozido e esmagado no pilão) e carne de caça da região — gazela, cabra de mato, javali, porco espinho, boca branca (Hypotragus equinus gambianus), sim-sim (Kobus defassa untuosus), galinha-de-mato (Numida meleagris galeata), crocodilo, tartaruga e tubarão.

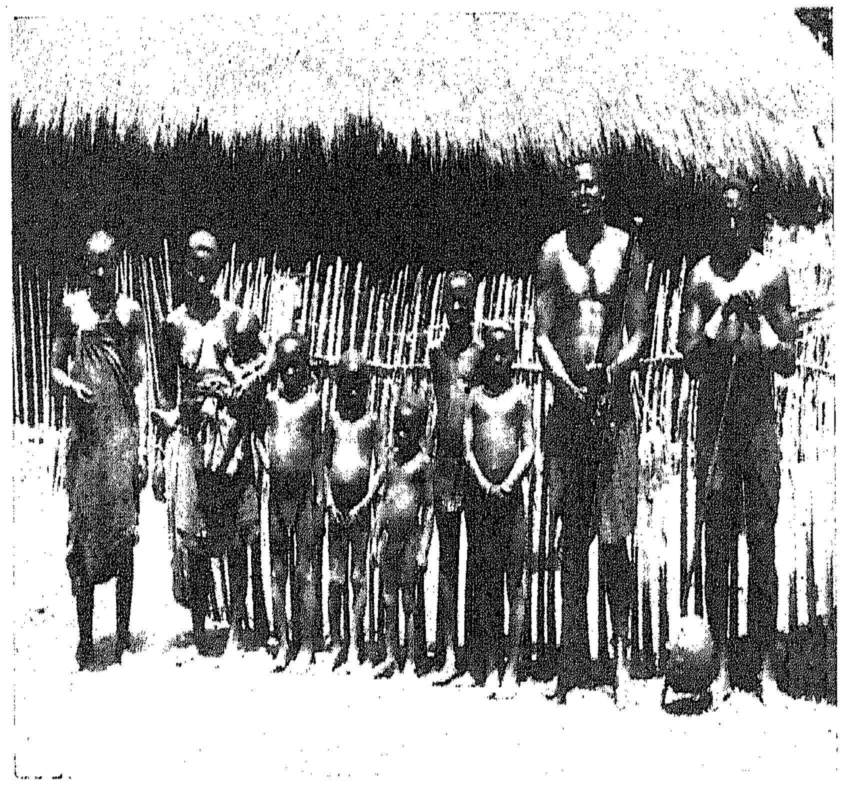
Consideram incompatíveis o vinho de palma e o óleo de palma pelo que não consomem este na época seca quando se entregam à extracção do vinho.

Durante os rituais comem carne de galinha, cabra, vaca, que sacrificam ao «emit» (Deus) para que as chuvas sejam propícias e as colheitas abundantes ou no intuito de aplacar a ira divina quando surge a adversidade. As oferendas, qualquer que seja a intenção, são sempre feitas por intermédio do «Jambacosse» (sacerdote) que nunca perde a oportunidade de extorquir aos interessados alguns animais domésticos e o maior número possível de cabaças de vinho.

Em algumas povoações utilizam a cana sacarina e o mel.

Excepcionalmente consomem ovos ou leite. Para eles, o leite dos animais domésticos destina-se exclusivamente às crias e exprimem a sua maneira de ver dizendo que «o Felupe só mama uma vez na vida».

Utilizam vários frutos silvestres como papaia, mango, cajú, fole (Landolphia heudelotti A. DC), veludo (Dialium guineense Wild), mampatás (Parinari excelsa Sabine), tambacumba (Parinari macrophylla Sabine), fruto de cibe (Borassus aethiopum Mart), fole de elefante (Ladolphia owarensis Beauv), mandiple (Spondias Monbin Linn), fruto de calabaceira (Adansonia digitata Linn), farroba (Parkia biglobosa



Uma família felupe

Benth), mandjandja (Sterculia tragacantha Lindl) e coconote. Bananas, laranjas e limões são consumidos em grande escala, principalmente os últimos, empregados também como condimento.

b) Na estação pluviosa o Felupe faz três refeições diárias. A primeira — «sinangassú-sidjumasse» — (comida da manhã) ao nascer do sol; a segunda — «sinangassú-sirurulaiassú» (comida do meio-dia) ao meio dia solar; a terceira — «sinangassú-selimassú» (comida da noite) ao anoitecer.

Qualitativamente não diferem umas das outras mas a segunda refeição é sempre mais copiosa. São fundamentalmente compostas de arroz e mariscos. O arroz é cozido e temperado com sal numa panela e o marisco cozido noutra ainda com a concha, sendo esta então retirada à medida que vão comendo. Quando a refeição está preparada, o arroz é retirado para um cabaço e o marisco para o outro, donde se vão servindo.

Na época própria a refeição do meio-dia pode incluir batata doce e mandioca. Outras vezes compõe-se também de peixe.

Durante a estação seca só fazem duas refeições diárias — a segunda e a terceira — às horas já indicadas. Como é a época da extracção do

vinho de palma, saem muito cedo para o mato pelo que não há tempo de preparar a refeição matinal.

Enquanto os homens e os mancebos procedem à extracção do vinho, as mulheres que os acompanham executam pequenos trabalhos, como a britagem do coconote, cabendo-lhes também o encargo do transporte do vinho para casa. Permanecendo, geralmente, o dia inteiro no mato, as refeições são aí confeccionadas e servidas; enquanto comem, vão bebendo o vinho à medida que ele vai sendo extraído.

O Felupe não tem dificuldades alimentares. Dispõe sempre dos componentes basilares das suas refeições — arroz e mariscos ou peixe.

Na época das colheitas, cada família é obrigada a fornecer gratuitamente ao «Jambacosse» da povoação uma certa quantidade de arroz e outros produtos, mas principalmente arroz que é armazenado num celeiro especial.

Faltando arroz a alguém, o «Jambacosse» fornece-o daí por empréstimo, cobrando a dívida na época das colheitas seguintes.

Marisco e peixe têm-nos em abundância, utilizando-os frescos ou de conserva.

Quando conseguem carne de caça, esta é distribuida gratuita e equitativamente pelas diferentes famílias da povoação.

Deste modo, quantitativamente, a alimentação dos Felupes não sofre variações durante o ano. Do ponto de vista qualitativo, verificam-se ligeiras variações condicionadas pela maior abundância de frutos e de batata doce durante a estação seca e pelo predomínio da mandioca na estação pluviosa.

c) Já referimos que o arroz é consumido cozido. Muito excepcionalmente quando o Felupe vai para as bolanhas, come-o crú, misturado com mel, depois de o ter deixado um certo tempo mergulhado na água. Poucas vezes também, depois de amolecido na água, reduzem-no a farinha num pilão, comendo esta também com mel.

O peixe, a carne, a mandioca, a batata doce e os mariscos são utilizados depois de cozidos ou assados.

Comem crús os diversos frutos silvestres e também a mandioca, alguns mariscos (ostra e lingueirão) e o falso inhame. Também consomem este depois de assado.

Como alimentos fermentados, só usam o vinho de palma.

II

Além do sal marinho, utilizam como condimentos o limão, a malagueta (Capsicum frutescens Linn) e o tomate.

III

No que respeita a perversões do gosto, a geofagia foi outrora hábito corrente entre os Felupes, limitando-se hoje o costume de comer terra a algumas crianças ou mulheres grávidas, que utilizam de preferência a terra dos morros de *baga-baga* (Térmites).

Acidentalmente tem-se observado crianças e adultos a comerem gafanhotos.

IV

Durante o aleitamento a criança felupe faz uma alimentação complementar que se inicia no próprio dia do nascimento e que consta dum

Casa felupe

cozimento mole de arroz ,temperado com sal e sumo de limão ou de laranja.

Entre os dois anos e os dois anos e meio faz-se o desmame e a criança passa então a comer, qualitativamente, a mesma comida do adulto mas cozinhada à parte, sem malagueta e com uma consistência mole. Só por volta dos cinco anos de idade é que passam a servir-se da comida preparada para os adultos mas mesmo então evitam o uso da malagueta.

V

Não há alimentação especial para os doentes: ou utilizam a comida usual preparada para os adultos ou então não comem, se falta o apetite ou a natureza da doença os impede.

COSTUMES ALIMENTARES

I

a) *Pilão* — «Bissiquinábu» — Feito de madeira, onde descascam ou trituram os cereais.

b) *Pau de pilão* — «Untágu» — Feito de madeira com que pilam os cereais.

c) *Cesto* — «Cauímacu» — Feito de fibras de cibe entrançadas e utilizado para separar o arroz da casca, depois de descorticado no pilão. Sacudindo o conjunto, a casca, mais leve é arrastada e vai ficando o arroz limpo no cesto.

d) *Panelas* — «Eberei» — Feitas de barro, amassado com pó de conchas de ostras, e fabricadas pelas mulheres felupes. Usam também caldeirões de ferro adquiridos no mercado local.

e) *Pau para mecher os cozinhados* — «Culaquenemon».

f) *Pratos* — «Burugábu» — Feitos de madeira de poilão destinados a servir os alimentos.

g) *Tigelas* — «Eboleі» — Adquiridas nas casas comerciais e que alguns usam também para servir os alimentos.

h) *Colheres* — Catcherácu» — Feitas de madeira de poilão e destinadas a levar os alimentos à boca.

i) *Facas* — «Eripai» — Feitas de ferro, de fabrico indígena ou adquiridas no comércio.

j) *Canecas* — «Eberai» — Vasos grandes, com ou sem asas, feitos de barro, por onde bebem o vinho, passando-o de boca em boca.

l) *Potes* — «Jundei» — Feitos de barro, de fabrico indígena para transporte da água até casa.

«Arumei»— potes maiores, também de barro, utilizados em casa como reservatório para a água.

m) *Cabaças* — «Inunumei» — Para recolha e envazilhamento do vinho de palma.

II

É dentro das palhotas onde residem que habitualmente cozinham, em compartimento próprio. Porém, pela ocasião de cerimónias colectivas,

Pormenor da construção da cobertura

cozinham ao ar livre nos locais de reunião. Também cozinham no mato, durante a estação seca, quando vão fazer a extracção do vinho de palma.

Utilizam como combustível, principalmente, paus de «tarrafe» que as mulheres cortam nas margens dos rios na época seca e transportam para casa; o fogo é o obtido a partir de fósforos adquiridos no comércio.

O fogo assim produzido é conservado dentro de casa, mesmo durante a noite, em combustão lenta, que conseguem cobrindo os paus incandescentes com casca de arroz.

III

A produção e obtenção de alimentos faz-se pelos seguintes processos:

a) *Lavoura* — O arroz é cultivado nas «bolanhas» e também no mato. É aqui que é semeado, a uma certa distância das povoações, o chamado o arroz de sequeiro «Impampam-ai».

A mandioca e a batata doce cultivam-nas em quintais junto das palhotas.

Para lavrar a terra usam arados «Cadjendácu» de madeira em forma de pá alongada, com a parte que revolve a terra debruada a metal.

b) *Colheita* — Já nos referimos aos principais frutos silvestres que o Felupe utiliza na sua alimentação.

c) *Pesca* — É feita pelos homens e pelas mulheres mas estas limitam-se à apanha do peixe miúdo durante a preia-mar.

Utilizam para pescar: gamboas (vedações feitas de paus de tarrafe que são cobertas pela maré cheia e aprisionam o peixe na vazante), o arco e a flecha («Cam-àdjenácu» e «émerai»), a linha e anzol e o «Cadjilácu» — cesto tecido com fibra de palmeira, em forma de tronco de cone e aberto nas duas extremidades —.

O Felupe pesca durante o ano mas mais intensamente na estação seca que é quando procede a secagem do peixe.

d) *Apanha de mariscos* — Efectuada por mulheres e crianças durante a baixa-mar, à mão ou utilizando velhos terçados.

e) *Caça* — A caça é também importante fonte de alimentação porque o Felupe se entrega devotadamente a ela, é habitualmente bom caçador e o seu «chão» é rico em várias espécies cinegéticas que já citámos. Só os indivíduos do sexo masculino se dedicam à caça. As caçadas são geralmente colectivas, havendo épocas do ano em que nelas participam

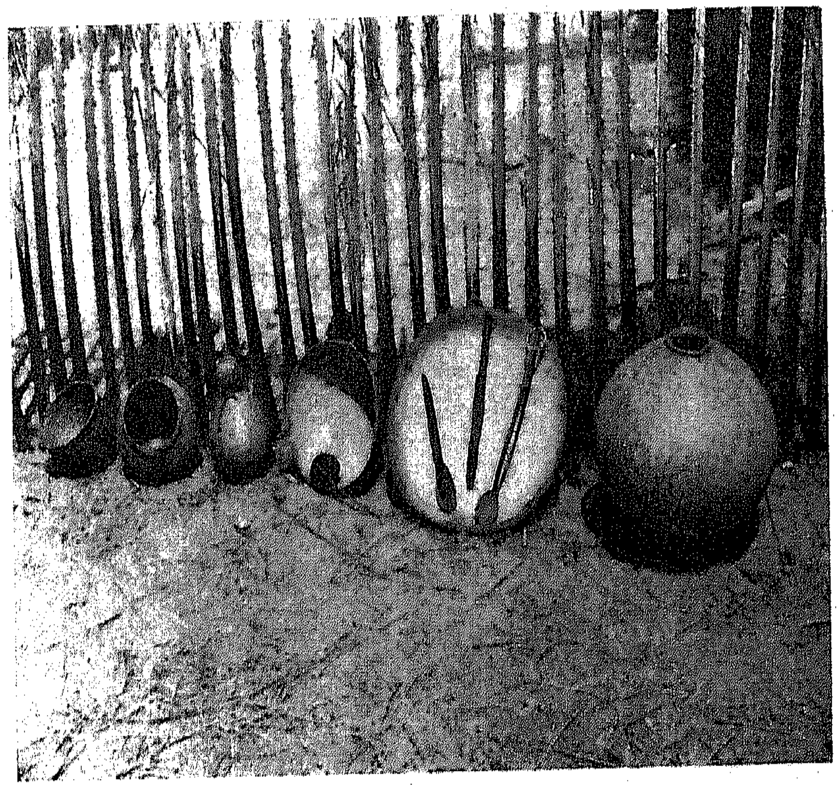
todos os rapazes e homens válidos da povoação com o fim de abater ou afugentar espécies que flagelem as suas culturas. Realizam-nas também por razões mágico-religiosas, antes de começarem as chuvas, afim de saberem se o ano vai ser bom do ponto de vista agrícola. Uma boa caçada é interpretada favoràvelmente e quando se dá o inverso sacrificam uma cabeça de gado ao «émit», para lhe melhorar a disposição, e repetem a caçada.

Como utensílios de caça empregam armas de fogo de carregar pela boca — «Calongácu» e o arco e flecha.

IV

Para a conservação dos alimentos usam os Felupes os seguintes processos: secagem pelo sol, salga e fumagem.

O peixe é conservado por dois processos. O peixe graúdo é extirpado primeiro; fazendo-se depois a salga seguida de secagem ao sol. Logo que esteja sêco é colocado num estrado disposto na cozinha de modo a sofrer a acção do fumo.



Utensílios de cozinha

O peixe miúdo é seco ao sol sem ser extirpado, dando-se portanto o apodrecimento antes da secagem. É recolhido, quando já está seco, em sacos feitos de folhas de palmeira léque nos quais seguidamente é exposto a acção do fumo no local e condições anteriormente referidas.

Dos mariscos, são as ostras que habitualmente conservam depois de efectuada a secagem pelo fogo e pelo sol. Retiram-nas das conchas depois de abertas ao fogo e acabam de as deshidratar ao sol. Após a secagem são armazenadas dentro de casa, em panelas de barro onde por vezes guardam também o peixe.

Carne de animais habitualmente não conservam, pois não costumam abater gado para esse efeito; mas quando efectuam caçadas colectivas e abatem muita caça também conservam alguma no fumeiro.

O arroz é armazenado dentro de casa de preferência no compartimento onde dormem, numa espécie de prateleira feita com paus de tarrafe ou de cibe. Aí, fica em feixes com a casca e com o caule e só quando vai sendo necessário é que procedem ao descasque. O que já está descascado e vai ser consumido é armazenado em «balaios» (cestos) providos de tampa.

Costumam os Felupes também guardar em balaios o feijão que adquirem em grande parte, no território francês que confina com o deles.

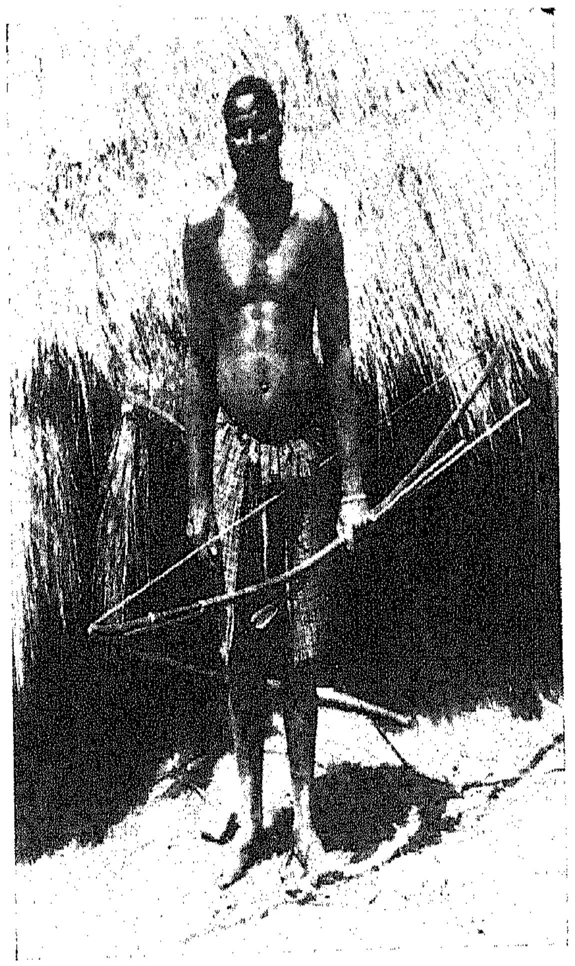
V

A preparação dos alimentos é encargo que habitualmente pertence às mulheres. Excepcionalmente, quando os homens têm de permanecer longo tempo no mato, longe das povoações, eles próprios preparam algumas vezes a refeição que aí hão-de comer.

Quando falamos do modo de utilização dos alimentos, já referimos como e onde estes são preparados e a maneira como são apresentados.

VI

Não se observa entre os Felupes a distribuição por grupos de comer. Toda a família come num só grupo e dum mesmo cabaço. Só a comida destinada às crianças de idade inferior a cinco anos é que é servida num cabaço à parte e cozinhada também separadamente.



Felupe com o arco e flecha

Quase sempre tomam as refeições dentro de casa, no mesmo compartimento onde cozinham. Por ocasião das cerimónias colectivas ou quando têm de permanecer longo tempo no mato, tomam as refeições nos próprios locais de reunião ou de trabalho.

Relativamente ao horário e composição das refeições, nada mais há a acrescentar ao que já referimos.

Todos usam colheres para levar os alimentos à boca, excepto as crianças muito pequenas às quais as respectivas mães dão o cozimento de arroz com a sua colher ou com os dedos.

No que diz respeito a restrições, observa-se o hábito das mulheres não comerem carne de vaca abatida durante a cerimónia do «fanado» (circuncisão).

A hiena é o único animal cuja carne o Felupe não come, pois admite que a sua ingestão provoca o aparecimento de sarna.

Felupe com o arco e flecha

Não há alimentação especial para as grávidas.

Aos primeiros sinais de parto a mulher felupe recolhe a uma palhota onde as mulheres casadas passam também o período menstrual. Esta «maternidade» é construida longe das outras palhotas e algumas vezes é cercada por uma palissada que a defende dos olhares curiosos. Aí não podem entrar homens ou mulheres solteiras, sendo a assistência à parturiente prestada por duas mulheres «grandes». Cabe a estas também a preparação das refeições destinadas à parturiente, que só diferem das refeições habituais do Felupe por serem mais abundantes e cuidadas.

A parturiente é quem fornece os alimentos excepto quando é pobre e, neste caso, o arroz — elemento basilar — é retirado do celeiro colectivo da respectiva povoação.

No momento próprio as «assistentes» da «maternidade», preparam também um cozimento de arroz que o recém-nascido é obrigado a provar logo a seguir ao nascimento e uma infusão feita duma planta trepadeira «burakábu» (conhecida na Província por lacação), que é dada a beber à parturiente e que serve também para a lavar e ao filho, logo após o parto.

Só regressam a casa depois da queda do cordão umbilical da criança e após a mãe ter feito desaparecer todos os vestígios do parto.

Antes de se retirarem da «maternidade», tomam um banho cuidadoso e rapam os pelos do púbis e os cabelos dela e do filho. Só então o pai pode ver o filho do qual até então nada sabia, pois tudo quanto se passa na «maternidade» constitue rigoroso segredo.

Durante o período menstrual a mulher felupe não faz quaisquer restrições de ordem alimentar. As casadas recolhem à «maternidade» e só de lá saem depois de terminar o fluxo menstrual e após terem rapado a cabeça e os pelos do púbis.

Não é hábito entre os Felupes o uso de alimento ou droga para provocar o aparecimento ou o aumento da lactação.

Os velhos também não têm alimentação especial.

VII

Em tempos recuados praticavam a antropofagia. Comiam os indivíduos que matavam e aqueles que morriam de doença, convencidos que a ingestão de carne humana os tornava fortes.

«Maternidade» felupe

Como reminiscência dessa prática, é hábito ainda hoje, em algumas povoações, quando morre alguém, mórmente se é novo, os parentes guardarem-lhe a sepultura durante os primeiros oito dias e, se se trata de criança pequena, enterrarem-na junto da palhota dos pais para facilidade de vigilância.

VIII

As principais bebidas usadas pelos Felupes são a água, o vinho de palma — «bunucábu» — a aguardente de cana — «aguardentai» — e o vinho de consumo — «binhei».

A água para beber é retirada de fontes de mergulho onde também se banham e, na estação das chuvas, aproveitam também a que recolhe dos telhados das suas casas.

O Felupe não tem quaisquer cuidados higiénicos com a água que aproveita para beber. No seu território existe um importante foco de Dracuntíase que não se conseguiu ainda extinguir pela dificuldade de os fazer observar as necessárias medidas de profilaxia.

O vinho de palma obtém-se furando o cacho da palmeira junto do ponto de inserção, com um instrumento a que chamam — «Eáumei» — espécie de pua com cabo de pau. É consumido, principalmente, depois de fermentado. Para activar a fermentação, é costume juntarem-lhe um pouco de malagueta e exporem-no ao sol.

A aguardente de cana e o vinho de consumo são adquiridos no comércio local e o seu maior gosto dá-se por ocasião das cerimónias colectivas.

IX

Os Felupes são grandes consumidores de tabaco — «Achumbai» — que utilizam para mascar, aspirar ou fumar por cachimbo.

Não cultivam o tabaco; adquirem-no no comércio. Aquele que se destina a mascar ou a cheirar é primeiro preparado. Secam as folhas na proximidade do fogo e depois reduzem-nas a pó num pequeno almofariz de pau de tarrafe.

Reduzem a cinzas as cascas do poilão e procedem à sua lexiviação, deixando ferver até à evaporação total da água. O resíduo que se obtém é depois misturado, em pequena percentagem, com o tabaco já pulverizado.

Um fumador com o seu cachimbo

O processo de mascar consiste em colocar o tabaco na língua ou entre o lábio inferior e a arcada dentária.

Para fumar utilizam o tabaco sem cinzas, em cachimbos de barro ou feito de pau carvão. Estes cachimbos — «É-homai» ou «erran-ũ» — podem ter uma ou duas chaminés e pelo seu tamanho comportam tabaco para um dia inteiro.

Ainda no âmbito dos excitantes, usam como afrodisíaco uma infusão de casca de bissilão (*Kaia senegalensis* A. Juss) adicionada de pó de sementes duma planta trepadeira, designada em felupe por «Emocai» e conhecida vulgarmente na Guiné por «Nhanhima». Para atenuar o sabor amargo desta mistura, servem-na adicionada de vinho de palma doce.

RESUMO

Neste inquérito o autor fornece os principais elementos etnográficos relacionados com a alimentação da tribo Felupe.

Após breves referências de ordem geral, com que procura definir este grupo étnico, a sua atenção incide especialmente sobre o panorama alimentar, encarado segundo os aspectos seguintes: alimentação dominante, descrição e composição das refeições, modo de utilização dos alimentos, condimentos, perversões do gosto, alimentação das crianças e doentes, aquisição, produção, preparação e preservação dos alimentos, seu uso e distribuição, antropofagia, bebidas e tabaco.

BIBLIOGRAFIA

BIGWOOD, E. J.
Directives pour les enquêtes sur la nutrition de populations. Societé des Nations — Genéve, 1939.

CUNHA TABORDA, A.
Apontamentos etnográficos sobre as Felupes de Suzana. (1.ª parte). *Bol. Cult. da Guiné Port.* vol. V n.º 18: 187-223, 1950.

—— Apontamentos etnográficos sobre os Felupes de Suzana. (2.ª parte). *Bol. Cult. da Guiné Port.* vol V, n.º 20: 511-61, 1950.

SARMENTO ALEXANDRE
Alimentação dos Huambos. *An. do I. M. T.* — vol. X, n.º 3. Fasc. II: 1.113-27, 1953.

TEIXEIRA DA MOTA, A.
Guiné Portuguesa. Agência Geral do Ultramar, vol. I — 1954. Lisboa.

A ENTOMOLOGIA — SUA EVOLUÇÃO

por

ARMANDO CASTELO BRANCO
Investigador da Junta das Missões Geográficas
e de Investigações do Ultramar

NÃO há muito tempo falar de entomologia equivalia referir-se à figura caricata de um entomologista.

O «Coca bichinhos» tinha que ser obrigatòriamente um distraído, usar uns óculos de graduação inadequada; armado de um saco para lepidopteros, cair desamparado dentro dum charco ao perseguir uma mosca ou rastejar chão fora atrás de uma formiga. Era uma figura capaz de fazer rir toda a gente com as suas distracções «entomológicas».

Tais descrições eram tão injustas quanto possível.

Não é fácil avaliar o esforço, o trabalho constante dos primeiros entomologistas que construiram à custa de um dispêndio imenso de energia, de perseverança, de observação e de privações, o esqueleto formidável que constitui a base em que assenta a entomologia actual.

Permita-se-me que aqui lhes preste modesta mas sincera homenagem.

A entomologia, como todas as Ciências tem evoluido através dos tempos, evolução que nos últimos 30 anos atingiu um ritmo extraordinário, mercê de vários factores entre os quais avulta o grande número de investigadores que a ela se dedicam.

Os insectos que foram dos primeiros animais a aparecer — que pouco evoluiram como o atestam os encontrados no âmbar fóssil do Báltico — serão, certamente, por virtude de muitas características que lhe são peculiares, os últimos a desaparecer.

A sua importância, e refiro-me apenas à de carácter económico, é enorme. Diz-nos HOWARD que o Homem paga aos insectos um tributo equivalente a 2 horas de trabalho, em cada dia. Isto é, das 8 horas diárias de trabalho de um homem, duas são para os insectos!

Eis outra das razões pelas quais a entomologia tem ùltimamente despertado tanto interesse.

Creio que não deixa de interessar fazer algumas considerações àcerca da evolução da entomologia, até mesmo para rehabilitação do «Coca bichinhos».

Primitivamente os insectos eram apenas, como todos os seres vivos, habitantes da terra. Uns alimentando-se de musgos e de líquenes, outros alimentando-se de ou sobre animais e plantas. Não procuravam ninguém. Viviam no espaço imenso posto à sua disposição pela Natureza. Depois ao que se afirma, surgiu o homem. Multiplicou-se, evoluiu, descobriu as armas, o fogo, as culturas; iniciou-se a intromissão do Homem a alterar as forças da Natureza. Começou a competição entre os insectos — numèricamente de uma superioridade incontestável — e o Homem. Em massas mais ou menos compactas, uns procuravam destruir as rudimentares culturas outros atacavam os raros alimentos — carne, peixe — sumarìssimamente guardados, e outros ainda atacavam directamente o Homem.

Sem recursos este defendeu-se com elementos ao seu dispor: o fogo e a água.

Com o fogo fazendo «queimadas» mais ou menos extensas barrava a passagem às massas invasoras ou queimava-as directamente; fazendo fumo defendia as cavernas ou saturava o ambiente por forma a dificultar o acesso dos insectos. Uma e outra coisa são ainda hoje usados pelos povos intertropicais e são de conhecimento actual de todos nós.

Banhando-se e conservando-se mais ou menos tempo dentro de água evitavam a investida dos hematófagos.

A isto se resumiu durante milénios a reacção do Homem contra os insectos!

É a partir da era de Cristo que, sem conseguir maiores benefícios, o Homem recorre a práticas de magia, surgem as supertições e os charlatães que pervalecem até ao século XIX.

Durante este período, para afugentar os insectos, recorre-se desde o lagarto verde à gordura do ouriço cacheiro, desde sapatos velhos incinerados com corno de boi a casco de cavalo, até à infusão de camarões. Em 1873 houve quem recomendasse para combater uma imaginária filoxera: obrigar os animais domésticos a urinar à roda do tronco das plantas atacadas!

Ainda no século XIX se julgava que as invasões de insectos eram o resultado de «maus olhados» ou pragas que alguém mal intencionado rogava.

É talvez aí que se originou a designação de «praga» a uma invasão mais ou menos intensa de insectos.

Cita BALACHOWKY (La lutte contre les insectes) que desde a Idade Média até 1830 se encontram notícias àcerca de excomunhões de pragas e julgamentos em que eram réus insectos prejudiciais.

Com a devida vénia entre outras respigarei que: em 1120 o bispo de Lâon excomungou os ratos e as lagartas. Em 1485 o Grande Vigário de Valência (Drôme) em 1488 o de Autun *«intimaram as lagartas para que comparecessem na sua presença, nomearam-lhes um procurador para as defender, excomungaram-nas e intimaram-nas a abandonar a diocese»*.

Em 1516, em Troyes é pronunciada a seguinte sentença:

«Ouvidas as partes em causa e de direito conforme nos é requerido pelos habitantes de Villenoxe, intimamos as lagartas a retirarem-se dentro do prazo de 6 dias. Caso o não façam declaramo-las malditas e excomungadas.

Ao que parece o último processo deste género, que se conheça, realizou-se na Dinamarca em 1830.

LINEU, sistemata nato a quem as Ciências Naturais tanto devem, deu início à ordenação sistemática dos insectos seguindo-se-lhe outros grandes obreiros de entomologia: FABRICIUS GEOFFROY, ST. HILAIRE e LATREILLE, porém, preocupados com a classificação dos exemplares coleccionados, pouco interesse dedicaram à biologia das espécies. Contudo a sua obra coadjuvada por grande número de amadores, tem um volume gigantesco e é a base em que se apoiaram os estudos subsequentes.

O aparecimento de *Phylloxera vitifolia* FITCH despertou o interesse de muitos entomologistas europeus tendo-se dedicado ao seu estudo

entre outros LICHTENSTEIN, PNANCHON, BALBIANI, GROSSI, CORNU, FOA SIGNORET etc., que determinaram com exactidão o ciclo biológico do insecto e, de harmonia com ele aplicaram as insecticidas então conhecidas, embora sem grandes resultados. Pela primeira vez se deixou de parte o empirismo e se procurou de harmonia com o ciclo biológico da praga atacá-la inteligentemente. Daí resultou o uso da enxertia de *Vitis Viniferas* sobre porta enxertos americanos.

Em 1859 aparece na América como praga, o escaravelho da batateira (*Liptinotarsa decemlineata* SAY), em 1889 é empregado com bons resultados, e pela primeira vez, o aceto-arsénito de cobre.

Em 1873 a cochonilha vulgarmente designada por «piolho de S. José» (*Apidiotus perniciosus*) invade a Califórnia.

Coube a RILEY aconselhar para o seu combate «caldas sulfocálcicas».

Sensivelmente na mesma época são os laranjais da Califórnia atacados por outra cochonilha (*Aonidiella aurantii*), RILEY e HUBBARD aconselham as primeiras emulsões oleosas.

Em 1887 COQUILLET insiste e recomenda a desinsectização dos laranjais com ácido cianídrico. Os resultados são surpreendentes e generaliza-se a prática.

Desta data em diante começam a multiplicar-se os insecticidas: os arseniatos, os fluoretos, os extratos de Rotenona, de Deris, de Piretro, as emulsões de óleos vegetais e minerais.

De harmonia com o modo de alimentação dos insectos assim se aplicam insecticidas de *ingestão*, de *contacto*, *abrasivos e respiratórios*.

Após a 2.ª Guerra Mundial surgiram os compostos orgânicos de síntese dos quais os mais recentes são os denominados *citotrópicos* ou *sistémicos* que entrando na circulação da seiva ocasionam a morte dos insectos que atacam as plantas em que são aplicados.

A toxicidade destes últimos produtos obriga a que o seu emprego seja feito com determinadas precauções para preservar a vida do Homem e dos animais domésticos.

Paralelamente com a evolução que muito sumàriamente acabamos de indicar, no século XVIII, REANMUR e BONNET observaram e descreveram casos de parasitismo entre os insectos.

Em 1873, RILEY encontrou na América um ácaro que destruia a Phylloxera; em 1874 descobriu uma cocinela afidifaga que enviada para a Nova Zelândia debelou uma forte invasão de piolhos da cana sacarina.

Em 1883 a *Icerya Purchasi* ameaçava destruir não só os laranjais mas grande parte das plantas ornamentais da América.

KOEBELE em 1888 encontrou na Austrália uma cocinela (*Rodolia Cardinalis*) que introduzida na América ràpidamente debelou os ataques da Icerya. Da América foi a Rodolia enviada para a Europa, onde a Icerya também já se instalara e ràpidamente dominou esta.

De então para cá têm-se identificado milhares de insectos capazes de destruirem outros que directa ou indirectamente prejudicam o Homem.

Esses insectos parasitas, que são geralmente designados por entomófagos, distribuem-se em 14 ordens compreendendo 224 famílias.

Os entomófagos só por si constituem um mundo.

Também aqui não é levianamente que se pode introduzir um ou outro entomófago.

O estudo da biologia e da fisiologia permitiu descobrir meios psíquicos de combater os insectos dos quais citarei os tropismos (fototropismos heliotropismos e higrotropismos, geotropismos termotropismos, chimiotropismo, stereotropismo, galvanitropismo, etc.), a acção das cores, as atracções vitais (nutriciais, postura e de parto, sexuais e de nidificação) e as atracções artificiais em que se empregam extractos concentrados os quais podem atrair ou repelir os insectos.

Finalmente é também o conhecimento da biologia dos insectos que permite o uso de uma numerosa série de armadilhas, barragens e outros dispositivos destinados a dificultar ou impossibilitar a acção de uma praga.

Actualmente, embora não generalizados, podem utilizar-se na luta contra os insectos os campos electrostáticos de alta frequência, os raios infra-vermelhos, os ultra-violetas e o Raio X.

Passamos pois um pouco mais de 70 anos, do uso da água e do fogo, dos exorcismos e das excomunhões, aos processos modernos que põem, como vimos à nossa disposição um arsenal vastíssimo.

Mas, como sempre, toda a medalha tem seu reverso.

Não podemos empregar os insecticidas levianamente.

Os insecticidas modernos matam não só os insectos prejudiciais mas também os úteis, estes mais susceptíveis que aqueles.

E não podemos esquecer a polinização para a qual muito contribui o entomofauna, nem tampouco esquecer que em maior ou menor grau todos os insectos prejudiciais têm seus inimigos e que mortos estes não há travão que condicione os prejuízos que aqueles acarretam.

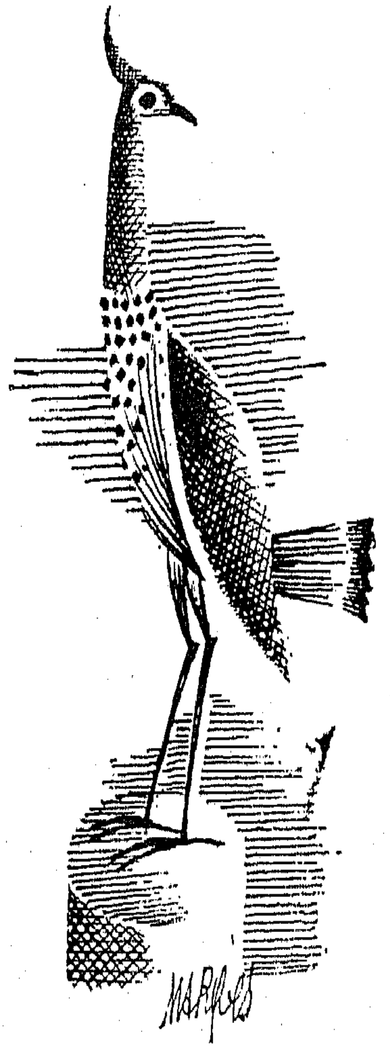
Não podemos imprudentemente introduzir um ou mais entamófogos numa região pois nos sugeitamos a que eles destruam insectos úteis em benefício dos prejudiciais.

Por isso agora mais do que nunca o entomologista se torna necessário; o seu trabalho já se não resume a catalogar e etiquetar exemplares.

Independentemente da biologia de um insecto, tem que estudar-se em profundidade o meio em que cause prejuízo, o meio de que é originário e as suas relações com os outros insectos, com os animais e as plantas que o rodeiam.

Daqui resulta a necessidade de conhecer esse conjunto que não é mais do que uma «Biocenose».

A entomologia passou a ser uma ciência de facto vasta e complexa.



O CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA.

HISTÓRIA E PERSPECTIVAS (*)

O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa é uma criação do Senhor Comandante Sarmento Rodrigues, e, na opinião de muitas pessoas, uma das obras mais notáveis que ficaram a assinalar a sua passagem no Governo da Guiné. Criado em 3 de Dezembro de 1945, está no décimo ano da sua existência. Foi precedido pela criação do «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», em 21 de Julho desse ano, e o primeiro número do Boletim, cuja publicação constitui o principal encargo do Centro, saiu em Janeiro de 1946.

Passados quase dez anos de actividade, pode já fazer-se um balanço seguro do que se conseguiu, e também olhar para o futuro e tentar descortinar quais as perspectivas que se esboçam.

A principal actividade do Centro tem sido a das publicações, quer do Boletim Cultural, quer das Memórias. Procurarei por isso, através delas, mostrar os resultados obtidos e passo a enumerar, pelos vários ramos, os progressos registados no conhecimento da Guiné.

Dentro do campo da geografia física citam-se os estudos de Alfredo Carvalho Guerra relativos à climatologia guineense; neles um funcionário diligente e consciente sistematizou os dados que os meios ao dispor haviam até então permitido obter. Mais recentemente regista-se a contribuição do Engenheiro Amílcar Cabral para o problema da erosão.

(*) Conferência pronunciada em 4 de Maio de 1955, no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, na sessão de homenagem a Sua Excelência o Presidente da República, General Francisco Higino Craveiro Lopes.

No capítulo da História são de assinalar o livro de Jaime Walter sobre Honório Pereira Barreto, com a reprodução de numerosos documentos e da importante «Memória» do grande governador; as contribuições de João Basso Marques para o conhecimento da guerra de Gêba, e Francisco Grandão para um episódio da luta entre os Fulas e Mandingas no século passado. Mas, sobretudo, os numerosos trabalhos de Fausto Duarte, que, como bolseiro do Centro de Estudos, nos arquivos de Lisboa pacientemente compilou e copiou velhos documentos, parte dos quais utilizou para uma série de artigos sobre: influência política, social e económica dos Regimentos na governação da Guiné; cartas de capitães-mores, feitores, bispos, visitadores e assistentes das praças e presídios da Guiné; a Província no tempo do Governador Pedro Inácio de Gouveia e no último quartel do século XIX; Alexandre Herculano e a Guiné; a separação administrativa da Província em 1879; e, sobretudo, a interessante análise sobre os capitães-mores das Praças guineenses. Neste momento não queremos deixar de prestar sentida homenagem à memória de Fausto Duarte, a quem se devem as melhores páginas escritas à volta de motivos e ambiente guineenses e ainda um importante contributo historiográfico sobre a Província. E fazemos votos por que a Secção Histórica por ele brilhantemente iniciada no Boletim Cultural possa em breve ser reatada por um outro bolseiro, pois não faltam candidatos bem habilitados para o lugar e nos arquivos de Portugal há imensa documentação à espera de aproveitamento. Exemplo do que se pode fazer neste campo, é-nos dado pelo trabalho, recentemente publicado no Boletim Cultural, da autoria de Mário Nunes Costa sobre D. António e o Trato Inglês da Guiné, episódio curioso da atribulada vida do Prior do Crato nas suas diligências pelas cortes europeias para reaver o trono a que se sentia com direito. Levado por isso, para obter fundos, a conceder a certos armadores e comerciantes ingleses determinados direitos e regalias para mandarem navios a traficar nos rios da Guiné, concessão de que a Coroa Portuguesa se arrogava o monopólio. Não só foram concedidos tais direitos, mas ainda fornecidas aos ingleses informações de carácter náutico e comercial até então ciosamente guardadas pelos portugueses. A questão, de tanto interesse para a compreensão das rivalidades europeias na Guiné durante a época, é minuciosamente analizada por Nunes Costa através de numerosos documentos portugueses e ingleses do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Museu Britânico, que criteriosamente publica.

Outro exemplo do muito que há a estudar e a averiguar é dado pela investigação que o membro residente do Centro de Estudos Alexandre Barbosa tem em curso àcerca das velhas feitorias do Rio Grande de Buba. No século passado floresceu alí um comércio activo, agora pràticamente inexistente. Uma grande parte do rio foi este ano hidrografada pela Missão Geo-hidrográfica, e os camaradas que ali trabalharam ficaram admirados com a grande quantidade de ruínas que encontraram ao longo das características pontas que separam os braços secundários. E também agradàvelmente surpreendidos com as óptimas condições naturais do rio, que é mais pròpriamente uma ria ou braço de mar. Grandes fundos (lá se registou a maior profundidade até agora encontrada na Guiné pela Missão), ausência de baixos, numerosos recantos que constituem magníficos portos naturais, levaram judiciosamente o Sr. Comandante Manuel Pereira Crespo a considerar o Rio Grande de Buba como a Baía de Nacala da Guiné. O que também explica o encarniçamento dos ingleses à volta da questão de Bolama, porque não se tratava apenas da ilha de Bolama, mas também dos Bijagós e sobretudo do Rio Grande de Buba. No fundo, aquele velho sentido de oportunismo marítimo dos britânicos, que os leva a tentar apropinquar-se dos locais de importância estratégica naval e de boas condições portuárias naturais. Sentido já argutamente apontado por Richard-Molard a propósito da África Ocidental, salientando que na partilha dos territórios couberam aos ingleses as zonas dotadas de boas condições marítimas, como a Gâmbia e a Serra Leoa com o seu porto de Feetown, enquanto na imensa África Ocidental Francesa apenas há um bom porto natural, o de Dakar, visto que também vieram a caber, não a franceses mas a portugueses, as outras rias de boas condições naturais, como o Cacheu, o Gêba e o Buba. Sucede ainda que é à volta de tais zonas que se registam as maiores densidades de população e as melhores condições de aproveitamento económico. O que explica que a África Ocidental Britânica, com os quatro territórios da Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Ouro e Nigéria, seja populacional e econòmicamente muito mais rica que a África Ocidental Francesa, embora esta seja territorialmente mais vasta. E afinal, na África Ocidental Francesa, os melhores trechos, como a Costa do Marfim, vieram a caber à França sobretudo pelo esforço de alguns marinheiros, Governadores ou Comandantes de estações navais. Enquanto, como aponta Richard-Molard, a magnífica gesta militar que foi a conquista do interior, simbolizada no

génio de Faidherbe, dotou a França do que se tem apelidado de «as mais belas ruínas do continente negro».

Mas voltemos às feitorias do Rio Grande de Buba. Porque desapareceram elas? Têm-se apontado como causas as guerras entre Fulas e Beafadas e a profusão da mosca do sono. Acrescentámos recentemente um motivo geo-económico que se nos afigurou decisivo — o de ser no norte e nordeste da Guiné que se reunem as melhores condições naturais para a cultura do amendoim. Um outro, de carácter sociológico, apontamos agora, não ainda como certo, mas digno de ser aprofundado. Uma simples sugestão de estudo que apresentamos a Alexandre Barbosa ou outros investigadores que queiram investigar o caso. O florescimento das feitorias do Rio Grande de Buba é consequência imediata da procura do amendoim que então surgiu por virtude do desenvolvimento industrial no fabrico de óleos e sabões que nesta data se operou na Europa. O amendoim, de origem americana, fora introduzido já antes na África pelos Portugueses, mas ficara até então apenas, em produção escassa, um bem de alimentação para os indígenas.

Até aí o regime económico que aparece na África Ocidental nas relações entre europeus e nativos fora simplesmente comercial. Com a procura da mancarra esboça-se uma nova situação — o europeu continua ainda essencialmente um comerciante, mas tende já a impor um novo sistema, o sistema de plantação, com larga mão de obra indígena. Tal sistema pressupõe ainda a obtenção fácil, pelo plantador, de áreas cultiváveis. Ora tal sucedeu precisamente no Rio Grande de Buba, onde os Beafadas com a maior das facilidades cediam os seus terrenos, o que já não acontecia noutras zonas da Guiné. Isto, aliado às condições propícias de navegação, explica que o ciclo da mancarra se tinha iniciado na Província pela Ilha das Galinhas, Ilha de Bolama e Rio Grande de Buba.

Mas a economia de plantação pressupõe ainda, além de facilidade na obtenção de terras, a facilidade de obtenção de mão de obra. Ora o sistema surge precisamente no Rio Grande de Buba quando acabava de ser abolido o comércio dos escravos mas ainda continuavam a vigorar para uso local certas formas autorizadas de trabalho não livre, sucessivamente restringidas até à abolição total da escravatura em 1869.

Ocorre agora perguntar se o abandono do Rio não é também consequência de tais restrições, em concomitância com a ocupação administrativa do interior onde logo se estabeleceu o regime de livre produção indígena e o comércio livre e concorrente. E pode-se também supor que, se não tem havido tal série de coincidências e a mancarra tem começado a ser procurada na Europa, não por volta de 1830, mas um ou dois séculos antes, teria havido tempo para se desenvolver na Guiné um sistema económico-social patriarcal e escravocrata análogo ao que floresceu no nordeste do Brasil em ligação com o ciclo do açúcar, sistema estudado por Gilberto Freyre na «Casa Grande e Sanzala».

O caso do Rio Grande de Buba pode assim ter um considerável interesse para análise comparativa com o ocorrido noutras regiões luso-tropicais. Tratar-se-ia nem mais nem menos, embora em escala infinitamente pequena e atrofiado quase à nascença pelas condições desfavoráveis apontadas, do aparecimento na Guiné de um sistema que caracterizou durante muito tempo vastas áreas tropicais de ocupação portuguesa. Aqui fica a sugestão de estudo, pois não nos atrevemos a dar como provada tal hipótese.

De passagem anoto que na Guiné são usualmente conhecidas por «pontas» as propriedades agrícolas de civilizados ou indígenas onde se praticam culturas não inteiramente tradicionais. Em vão tenho procurado descobrir a origem do termo, quer em documentos ou velhas descrições, quer inquirindo directamente junto de muitas pessoas. Sugeriu-me há anos o Comandante Manuel Lopes de Mendonça uma interessante hipótese que se me continua a afigurar muito plausível. A designação proviria do primeiro ciclo da mancarra e resultaria do aspecto característico das margens do Rio de Buba, uma ria cheia de braços secundários dando em preiamar a ideia de haver numerosas línguas de terra avançando pela água, um tanto como as rias da Galiza, na extremidade das quais se encontram as ruínas do que teriam sido as «Casas Grandes». Mas, ao que parece, onde, nalguns casos, não teria havido verdadeiras «sanzalas», antes robustos recintos de pedra ou tejolo, que alguns, talvez maliciosamente, consideram como tendo sido destinados a não permitir a fuga dos trabalhadores, ainda então em regime de semi-escravatura... Nascido o nome no Rio de Buba, pela razão geográfica apontada, ele ter-se-ia depois generalizado a toda a Província, mesmo sem haver tais características físicas, para denominar todas as concessões agrícolas ou áreas de sistemas culturais não tradicionais.

Deixando a história vejamos agora outros ramos onde tem incidido a actividade do Centro de Estudos.

No campo económico Caetano de Sá — primeiro presidente do Centro de Estudos, a quem aqui presto sentida homenagem — ocupou-se, com

a sua conhecida proficiência, do comércio externo da Província. Aguinaldo Veiga, Luís Patrício Ribas e Manuel Ferreira Rosa trataram da análise de aspectos vários da estrutura económica da Guiné, e Maria Sofia Pomba Guerra e António Carreira examinaram os problemas do amendoim e da palmeira do azeite.

No ramo da Administração Honório Barbosa prendeu-se com a orgânica administrativa, a situação dos indígenas perante a lei portuguesa, o casamento e a representação dos nativos nos tribunais não do seu foro privativo. Álvaro Tavares estudou o interessante problema da passagem do indigenato à cidadania e António Carreira ocupou-se da protecção da propriedade do nativo. Finalmente, Manuel Ferreira Rosa tratou do ensino rudimentar para indígenas em Angola e na Guiné.

No domínio da etnologia e etnografia foi notável a actividade dos membros do Centro de Estudos, quer na qualidade, quer no número de trabalhos, quase todos da autoria de funcionários administrativos, que neste capítulo adquiriram um honroso renome que vem completar o da sua eficiência profissional.

Do Sr. Comandante Sarmento Rodrigues tivemos a honra de publicar a magistral oração intitulada «Os maometanos no futuro da Guiné», onde pela primeira vez entre nós se foca tão delicado problema.

A António Carreira, que também já foi Presidente da Comissão Executiva do Centro, devem-se algumas obras decisivas sobre a antropologia guineense. A sua «Vida Social dos Manjacos», que abriu a série de Memórias do Centro, traçou caminhos novos entre nós, não apenas pelas revelações que veio trazer, mas pelos métodos seguidos, mostrando ao vivo uma população na riqueza das suas características humanas e não simplesmente de uma forma museològicamente fixa e estática. Noutro volume da mesma colecção apresentou-nos, depois, a monografia, que ainda não existia na nossa língua, do importante povo mandinga, tal como o viu através de muitos anos de contacto com as populações da Guiné. Ainda dentro do mesmo assunto António Carreira escreveu valiosa notícia sobre alguns aspectos do regime jurídico da propriedade imobiliária dos Manjacos.

Ao Intendente Augusto Santos Lima, agora presidindo à Comissão Executiva do Centro, deve-se igualmente importante contributo para a renovação dos estudos etnológicos na Guiné, sobretudo através do livro «Organização económica e social dos Bijagós», o estudo sobre o hipotético regime do matriarcado entre os Bijagós, por si definitivamente relegado para o campo das ideias erradas correntes acerca das populações guineenses, e um ensaio sobre determinadas incidências do animismo bijagó nos problemas administrativos.

Também sobre os Bijagós escreveu José Mendes Moreira o primeiro artigo etnográfico saído no Boletim Cultural, a que mais tarde se seguiria, na colecção de Memórias, o volume monográfico acerca dos Fulas do Gabú. Amadeu Nogueira ocupou-se numa monografia da tribo Banhum, estudou a família Cassanga, desfez uma confusão acerca de hipotéticas povoações lacustres entre os Baiotes e igualmente escreveu sobre o problema das incidências administrativas do animismo. A Octávio Gomes Barbosa deve-se uma pequena monografia dos Beafadas, e a Agostinho Gomes Pereira outra igualmente sobre os Oincas. Fernando Rogado Quintino levantou o curioso problema da classificação dos Balantas entre os Negros Sudaneses, e lançou-se numa ousada síntese sobre o animismo e islamismo na Guiné. Augusto de Barros apresentou dados curiosos sobre a história da invasão fula na Circunscrição de Bafatá. Francisco Artur Mendes escreveu uma cuidada «Vida material dos Brames» (onde pela primeira vez se regista um pormenor de técnica agrícola de considerável interesse geográfico e que nos veio lançar numa importante pista), Artur Martins Meireles ocupou-se primorosamente das tradições históricas e da circuncisão entre os manjacos de Caió, Joaquim Espírito Santo esquematizou tècnicamente os processos orizícolas entre os Balantas, Joaquim Garcia de Carvalho coligiu elementos históricos sobre as populações da área de Bedanda, A. Cunha Taborda escreveu uma monografia sobre os Felupes, Abílio Gomes ocupou-se de instrumentos musicais dos indígenas, Jaime Pinto Bull descreveu o desenrolar das cerimónias de circuncisão entre os Balantas e Artur Augusto Silva analisou o direito de família e de propriedade entre os Fulas e suas recentes transformações. Ainda a acrescentar, a memória de J. Velez Caroço, sobre o grande régulo Monjur e história do Gabú, baseada em parte na análise de numerosas táricas indígenas.

Na recolha de contos indígenas é de notar a actividade de António Carreira (Mandingas e Manjacos), Amadeu Nogueira (Banhuns e Cassangas), A. Cunha Taborda (Felupes), A. Gomes Pereira (Fulas).

Um importante ramo no estudo das populações, o demográfico, surgiu na Guiné pela iniciativa de António Carreira, que organizou proficientemente os censos da população não civilizada de 1950 e 1952 e estabeleceu na Circunscrição de Cacheu um registo de estado civil eficiente. Na

revelação de dados e na apresentação de métodos devem-se-lhe vários artigos de considerável interesse sobre os censos indicados, e ainda, à base dos números colhidos, valiosos estudos sobre a poligamia entre todos os grupos étnicos da Guiné, o levirato entre os Manjacos e taxas de natalidade e de mortalidade infantil, estando para breve a publicação de outros estudos. Na sua esteira seguiu Eduino Brito, que se ocupou da poligamia e natalidade entre Manjacos, Balantas e Brames e certos aspectos demográficos das populações da área de Bula. Devo dizer que foi com base nos trabalhos de António Carreira e com os dados cartográficos já obtidos pela Missão Geo-hidrográfica da Guiné que recentemente organizei uma carta das densidades de população indígena da Guiné que julgo, na sua minúcia e precisão, não ser ainda hoje possível obter na generalidade dos territórios da África Negra. Tal carta tem considerável interesse geográfico, e os resultados obtidos mostram o valor do trabalho de António Carreira e da Missão Geo-Hidrográfica nas esferas respectivas.

No campo linguístico o trabalho principal publicado pelo Centro de Estudos continua a ser os «Subsídios para o estudo da língua manjaca», da autoria de António Carreira e João Basso Marques. Outros estudos são os «Apontamentos sobre a língua dos Balantas de Jabadá» de Louride de Sousa Bela, os «Aspectos do problema da semelhança da língua dos Papéis, Manjacos e Brames», de João Basso Marques; «Familiaridade idiomática entre Cobianas e Cassangas», ainda de Basso Marques; e «Algumas notas sobre a gramática balanta» de Fernando Rogado Quintino.

Uma parte dos estudos referidos provêm de um inquérito etnográfico mandado organizar em 1946 pelo Sr. Comandante Sarmento Rodrigues. Os resultados obtidos animaram-nos a continuar com o sistema, logo a seguir aplicado a um campo limitado, o da habitação indígena. Colaboraram na obra Amadeu Nogueira, António Carreira, Artur Martins Meireles, Adriano Pires, Costa Araújo, Fernando Rogado Quintino, Luís Correia Garcia, Sousa Franklin, Jaime Coutinho Fernandes, Augusto Santos Lima, Marcelino Mendes Moreira e Francisco Artur Mendes. O trabalho incluia uma síntese de higiene da habitação, de Fernando S. da Cruz Ferreira, outra de técnica da habitação, de Mário Ventim Neves, e outra, de carácter geográfico e etnológico, da nossa autoria.

Outro trabalho do mesmo tipo, sobre mutilações corporais e pinturas cutâneas rituais dos Negros, foi intentado por António Carreira, sem

porém ter sido possível levá-lo a cabo, pelo que apenas se publicou o questionário de inquérito com algumas bases gerais. O sistema de inquéritos revelou-se inviável a partir de então, por motivos que não interessa expor, e foi abandonado.

No campo da botânica, além de um estudo de Jaime Walter sobre a flora medicinal, apenas Joaquim Espírito Santo apresentou novos subsídios sob a forma de artigos acerca de plantas medicinais, venenosas e tinturiais, mas, sobretudo, com uma importante contribuição para o conhecimento fitogeográfico da Guiné e um extenso vocabulário de nomes vernáculos, de tanta utilidade.

A Agricultura e Silvicultura mereceram o cuidado de vários agrónomos trabalhando na Guiné. Manuel Martins Baptista chamou a atenção para alguns aspectos do problema florestal e prendeu-se com as possibilidades agrícolas do território; António de Castro expôs resultados de experiências com o arroz, ocupou-se da cultura do amendoim e escreveu sobre a degradação dos solos. Mais recentemente Amílcar Lopes Cabral, agrónomo com preocupações sociais, escreveu sobre o recenseamento agrícola, mecanização da agricultura (tema de grande oportunidade) e utilização da terra na África Negra. Amílcar Cabral foi, na Guiné, segundo creio, o primeiro agrónomo a chamar a atenção para a importância dos sistemas de agricultura indígenas, na mesma altura em que nós próprios, por outro caminho, essencialmente geográfico, também salientámos a necessidade de estudar a fundo tais sistemas para que se possa fazer progredir a agricultura guineense.

Na zoologia cita-se o interessante artigo do Capitão J. Araújo Ferreira acerca da fauna da reserva de Cufada e ainda uma notícia de João Tendeiro sobre teratologia tropical.

O campo da parasitologia animal e da pecuária foi inteiramente ocupado entre nós por João Tendeiro, também durante algum tempo Presidente da Comissão Executiva, mas agora exercendo a sua actividade noutras terras, sem que deixe de nos continuar a mandar estudos sobre os materiais que levou ou lhe são enviados. É, de longe, o mais prolífero escritor do Centro — na série de Memórias já saíram quatro livros seus e no Boletim Cultural 33 artigos, sem contar numerosos trabalhos impressos noutras publicações de fora. Os livros tratam de tripanosomíases animais, tifo murino, actualidade veterinária e febre Q. Nos artigos, apenas para referir alguns dos temas, ocupa-se dos ixodídeos, tripanosomíases animais, tabanídeos, hematozoários das aves, helmintologia, malófagos, peste bovina,

psitacose (cuja existência na África tropical foi o primeiro a revelar), raiva, reconhecimento e combate das grandes epizootias e enzootias. O seu nome há muito que ultrapassou largamente as fronteiras nacionais, e há alguns anos um crítico francês escreveu que, «graças a João Tendeiro, a Guiné Portuguesa é hoje uma das regiões tropicais de que a parasitologia dos animais selvagens é das mais bem conhecidas». Basta referir que o número de espécies animais novas por si descobertas ou identificadas ascende já a várias dezenas e que devido à sua vigilante acção no período em que chefiou os Serviços de Veterinária graves epizootias grassando no território francês, sobretudo a peste bovina, foram contidas na fronteira.

A instalação da Missão de Estudo e Combate da Doença do Sono na Guiné em 1945, com carácter de permanência, marca o início de uma fase de grande intensificação dos estudos de medicina tropical de que o Centro de Estudos também viria a beneficiar, tanto mais que os dois chefes da Missão, Drs. Fernando Simões da Cruz Ferreira e Augusto Reimão Pinto, também presidiram durante algum tempo à Comissão Executiva e vários médicos têm feito parte desta. Se os estudos da Missão vêm normalmente à luz em publicações da especialidade, sobretudo os «Anais do Instituto de Medicina Tropical», não poucos materiais foram impressos no Boletim ou nas memórias do Centro de Estudos, ao todo cerca de 25 trabalhos. F. S. da Cruz Ferreira, Augusto Reimão Pinto, Carlos Lehmann de Almeida, Maurício Oliveira Lecuona, F. Moura Pires e A. Simões escreveram sobre doença do sono; F. S. Cruz Ferreira, A. R. Pinto e C. L. de Almeida escreveram sobre ancilostomíase; F. S. Cruz Ferreira, A. R. Pinto e Abílio Nascimento escreveram sobre paludismo; C. Lehmann de Almeida ocupou-se de filaríase e elefantíase e de estudos de glossinas; A. Simões escreveu sobre schistosomíase vesical; F. Coutinho da Costa fez um interessante estudo do bócio endémico na Guiné. Fora da Missão, Jaime Walter, Rui Randolfo Roncon e Herbert Billman também publicaram artigos de medicina.

Para além do campo científico, tem o Centro procurado estimular a produção de trabalhos literários, tendo publicado já contos de Fausto Duarte, F. Rogado Quintino, Alexandre Barbosa, Luís Ledo Pontes, F. R. Barragão, Francisco Valoura e Jaime Pinto Bull.

Tudo o que ficou apontado se deve à actividade dos estudiosos locais, considerando como tais aqueles que vivem normalmente na Guiné ou prestam serviço em organismos da Província. Tem, porém, sempre

o Centro de Estudos contado com a colaboração de numerosos outros estudiosos de fora, nacionais ou estrangeiros, incluindo os membros de algumas missões científicas ou técnicas que têm vindo à Província e aqui trabalham sem carácter de permanência ou sem dependerem directamente desta.

Destaco em primeiro lugar a colaboração da Missão Geo-hidrográfica da Guiné, a que me honro de pertencer. A importância da sua actividade para o conhecimento da Província e para o seu progresso em múltiplos campos é por demais conhecida para que aqui me espraie sobre ela. O Sr. Comandante Manuel Pereira Crespo, Chefe da Missão, desde a primeira hora vem dando colaboração e apoio ao Centro, sobretudo através de relatos anuais onde são expostos os trabalhos realizados e os métodos seguidos, incluindo ainda os resultados das observações feitas em ligação com os levantamentos geográficos e hidrográficos. Observações, como as de marés, magnetismo e oceanografia, que muitas vezes excedem um simples interesse cartográfico. Outros oficiais da Missão têm também escrito artigos para o Boletim Cultural, como o Comandante Manuel Lopes de Mendonça, apresentando um prumo da sua invenção que permite recolher amostras de fundo com os navios em andamento; o Comandante Jaime de Azevedo Monteiro de Barros e o primeiro tenente João Luís de Oliveira, escrevendo sobre a aplicação do sistema Raydist na hidrografia da Guiné; e o primeiro tenente José Emílio Ataíde explicando como foi feita a triangulação principal da Província.

No campo histórico refiro um interessante estudo do Almirante Gago Coutinho acerca do curioso problema técnico do regresso a Portugal da caravela de Nuno Tristão, onde demonstra que já em 1446 tinham os Portugueses um conhecimento profundo do regime de ventos do Atlântico, a ponto de um simples escrivão e dois moços, únicos sobreviventes do massacre, terem sabido trazer o navio à metrópole fazendo a «volta em arco». José de Oliveira Boléo também se ocupou das viagens de descobrimento da Guiné e escreveu ainda sobre as falsas noções acerca das possibilidades das terras e das populações intertropicais.

Raymond Mauny, brilhante arqueólogo e historiador do «Institut Français d'Afrique Noire», de Dakar, publicou nova edição anotada do relato que o flamengo Eustache de la Fosse fez da viagem em que seguiu em navio espanhol ao Golfo da Guiné no século XV e terminou pelo aprisionamento por uma frota portuguesa em que ia Diogo Cão; e ocupou-se ainda noutro artigo das viagens lusitanas às costas da África Ocidental.

Juntamente com o Professor Th. Monod colaborou comigo na edição francesa anotada do importante texto de Valentim Fernandes acerca da África Ocidental em começos do século XVI.

Noutro ramo já, Arnaldo Brazão escreveu sobre a história da vida administrativa da Guiné.

No capítulo das populações cita-se o trabalho do Dr. António de Almeida, professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, sobre a matemática dos indígenas da Guiné. A Missão Antropológica e Etnológica contribuiu com dois estudos, o de Amílcar Mateus sobre a estatura dos Bijagós e o de Emília Mateus sobre o índice cefálico dos indígenas da Guiné.

Membros de uma missão enviada pelo Ministério do Ultramar, C. M. Baeta Neves, J. P. Cancela da Fonseca, J. P. Pereira Amaro, apresentaram as conclusões a que chegaram no estudo dos prejuízos causados pelos insectos no amendoim importado da Guiné.

No campo da história natural a contribuição tem sido quase totalmente exterior. Destacam-se os estudos de Jaime dos Santos Pinto e Estela de Sousa e Silva acerca do plâncton da Guiné, aproveitando as colheitas feitas pela Missão Geo-hidrográfica; André Villiers, Chefe da secção de Entomologia do «Institut Français d'Afrique Noire», publicou uma nota acerca de Reduvídeos e Henicocefalídeos, descrevendo duas espécies novas que encontrou na Guiné, e ainda um outro artigo sobre os ofídeos da Província; M.^me^ Villiers escreveu acerca dos moluscos da Guiné; Fernando Frade, Chefe da Missão Zoológica, também publicou um artigo a propósito da fauna local.

No ramo da medicina, Carlos Trincão, Egídio Gouveia e Bastos de Almeida, enviados pelo Instituto de Medicina Tropical, escreveram sobre o factor Rh nalgumas tribos da Guiné e sobre leptospiroses.

Terminei a lista dos trabalhos publicados pelo Centro de Estudos. Receio muito que tal enumeração tenha sido enfadonha, o que resulta apenas da minha incapacidade em expor com brilho; mas não encontrei melhor maneira de fazer o balanço da obra realizada. É fácil de ver que se pretendeu fugir aos trabalhos de simples divulgação, próprios de magazines e de jornais, esclarecendo-se logo de início que só interessavam as obras que tivessem o carácter de investigação ou observação directa e que marcassem sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como eram encarados. Pretendia-se o progresso do conhecimento através da objectividade e da melhoria contínua dos processos de trabalho. Fugir a todo o custo à literatura fácil, à história de frases retumbantes, ao pitoresco de mau gosto. Mas, sobretudo, escrever apenas sobre assuntos e problemas da Guiné e banir tudo o que fosse vago, geral ou relativo a outras áreas.

Que nos encontrávamos no bom caminho vieram os factos posteriores prová-lo. Durante nove anos vêm-se acumulando elementos sobre elementos, cerca de 8.000 páginas no Boletim Cultural e 4.500 na série de Memórias. Sem qualquer exagero pode-se dizer que nestes nove anos se reuniram mais dados para o conhecimento da Guiné do que nos cinco séculos anteriores a 1946. Prova ainda do acerto da nossa orientação reside no crescente pedido das nossas publicações e do constante aumento da lista de permutas. São já numerosas as referências estranhas à nossa actividade, mas limito-me aqui a transcrever uma por muito recente e por vir de autoridade especial. Trata-se da opinião de Gilberto Freyre, que por feliz iniciativa do Sr. Comandante Sarmento Rodrigues percorreu há pouco a maior parte dos territórios portugueses. Eis o que o conhecido sociólogo brasileiro diz acerca dos estudos no nosso Ultramar, no segundo livro que escreveu sobre a sua viagem: «E o que a alguns de nós, homens de estudo brasileiros, que admiramos quase narcisistamente nos Portugueses o seu tropicalismo, impressiona hoje é o facto de já não ocupar Portugal o lugar que lhe toca, por direito de nascença e direito de conquista, de país líder na ampliação, na modernização e na sistematização de estudos tropicais, ou tropicalistas. Neste meu recente contacto com o Ultramar Português, desapontou-me mais de uma vez a ausência ou fraqueza desses estudos tão necessários ao maior vigor de acção e à maior segurança de realização de iniciativas daqueles que, na Ásia e na África, põem toda a sua energia, todo o seu espírito público, todo o seu gosto bom de aventura, toda a sua velha tenacidade ou constância lusitana no esforço de governar, de administrar, de lavrar, de plantar, de moer, de criar gado, de educar menino, de assimilar indígena, de moralizar mestiço, de ampliar cidades, de sanear terrenos, de combater pragas, de higienizar serviços de água e de esgostos. Encontrei admiráveis esforços, mas vários deles isolados. Vários deles, esforços dispersos. Insuficientes e às vezes tristonhamente burocráticos os missionários. E de entre os grémios de cultura só o Centro de Estudos da Guiné me pareceu verdadeiramente integrado na sua missão de congregar homens de especialidades diversas para estudos tropicais sob critério regional».

Quando começámos o nosso trabalho preocupámo-nos ùnicamente em

estudar, definir, caracterizar os elementos físicos, biológicos e humanos da Guiné Portuguesa. Trabalhando portanto sob o critério regional, de região geográfica e pollticamente definida. Mas, sem darmos quase por isso, acumulando dados importantes para caracterizar, além de tal região, a área mais vasta onde ela se integra, os actuais territórios portugueses e o Brasil, nos quais se desenvolveu aquilo que Gilberto Freyre denomina «luso-tropicalismo», isto é, uma cultura sui-generis especìficamente lusitana e cheia de elementos tropicais.

É ainda o referido livro do sociólogo brasileiro que vem mostrar o que apontamos. Naquilo que denomina «introdução a uma possível luso-tropicologia» os elementos de que se serve em relação a áreas luso-africanas provêm quase totalmente ou do precioso «Tratado Breve dos Rios da Guiné» que Álvares de Almada escreveu em 1589, ou então de trabalhos de estudiosos do nosso Centro relativos à região natural referida e zonas confinantes. Trabalhos onde se utilizam dados extraídos de algumas obras estrangeiras dos séculos XVII e XVIII, apenas um pequeno número na imensa literatura de viagens relativa à África Ocidental e para a qual — seguindo critério análogo ao de Gilberto Freyre para o Brasil, mas sem o saber — vínhamos insistentemente desde há anos chamando a atenção. Essa literatura está cheia de informações preciosas, não tanto para a história política, mas para a história cultural e social da actividade dos Portugueses não apenas no espaço da actual Guiné Portuguesa, mas na região natural desde o Senegal à Serra Leoa que os portugueses denominavam antigamente «Rios da Guiné do Cabo Verde».

O estudo histórico-social de tal região não interessa porém apenas à área luso-tropical da actualidade, mas aos territórios franceses e ingleses vizinhos que daquela fazem parte. Daí o explicar-se fàcilmente o apertado intercâmbio que connosco mantêm os investigadores franceses do «Institut Français d'Afrique Noire» de Dacar. Muito temos aprendido com a obra de tal organismo, cuja actividade é motivo para justificado orgulho da França e honra as suas tradições culturais. Mas também nalguma coisa temos contribuido para melhorar o conhecimento actual de problemas relativos a esta região e até de âmbito mais geral, africanos mesmo, o que não ousávamos esperar quando foi lançado o Centro de Estudos. Saliento neste campo o relativo ao estudo das sociedades indígenas do litoral e suas técnicas agrícolas. Além do que se refere à orizicultura alagada, ocupámo-nos daquilo a que chamámos «savanas-pomares», chegando por este caminho geográfico, a conculsões semelhantes às que, sob o aspecto técnico, um mestre da moderna agronomia francesa vem também deduzindo. Conclusões que vêm revolucionar as noções correntes do primitivismo das técnicas agrícolas indígenas e antes mostrar os grandes erros das tentativas de aplicar nos trópicos técnicas puramente europeias.

Dentro da colaboração com o Instituto de Dacar e do interesse suscitado pela divulgação dos antigos textos geográficos portugueses vai em breve o Centro de Estudos editar em francês e português parte do precioso «Esmeraldo de situ orbis» de Duarte Pacheco Pereira, a cargo de Raymond Mauny. Também possìvelmente de colaboração com um estudioso francês, vamos em breve lançar a edição francesa da valiosa descrição de Francisco de Lemos Coelho, do século XVII, relativa a toda a região do Senegal à Serra Leoa. Desde há vários anos que vimos coligindo elementos para o estudo e anotação que a obra merece. Está ela tão cheia de dados inéditos para a caracterização do luso-tropicalismo, que estou certo irá causar agradável emoção a Gilberto Freyre, por vir comprovar as suas conclusões e deduções; além da anotação do texto e das identificações de lugares e nomes, de uma fidelidade espantosa, como tenho tido ocasião de verificar confrontando-se com tradições indígenas recolhidas no mato, espero poder fazê-la anteceder de um ensaio sobre os aspectos do luso-tropicalismo nesta parte de África à base dos dados contidos na obra, incluindo a localização bastante precisa das várias dezenas de localidades, por Lemos Coelho indicadas, onde viveram os Portugueses, «lançados» ou não, brancos, mestiços e assimilados, desde o Senegal à Serra Leoa.

Recordo a propósito uma das características do luso-tropicalismo, empregando as próprias palavras de Gilberto Freyre: «O português soube em tempo extra-europeizar-se e tropicalizar-se ele próprio. Europeizou e latinizou, e não apenas cristianizou, povos tropicais. Ele próprio, porém, em vez de rigidamente europeu ou imperialmente ibérico, extra-europeizou-se e tropicalizou-se desde o início das suas aventuras ultramarinas, amorenando-se sob o sol dos trópicos ou sob a acção ou o requeime da mestiçagem tropical. Confraternizou com os povos de cor, em vez de procurar dominá-los do alto de torres como que profiláticas, onde a raça e a cultura imperialmente europeias se mantivessem misticamente puras. Assimilou desses povos valores que salpicaram de orientalismos, americanismos, africanismos o próprio Portugal, dando à cultura e, em certas áreas, à própria gente lusitana, uma espécie de vigor híbrido de que

o estilo manuelino e a arte indo-portuguesa são exemplos expressivos. Um mundo novo, uma civilização nova, uma cultura nova, a que por antecipação pertenceram portugueses dos séculos XVI a XVIII, para os quais nos voltamos hoje como para pioneiros do que pode, ou deve, chamar-se civilização ou cultura luso-tropical».

Cito aqui especialmente estas palavras de Gilberto Freyre, porque elas exprimem uma noção que convém a todo o custo não esquecermos. Sobretudo aqueles, estudiosos ou não, menos afeitos a leituras de história cultural e que utilizem com frequência livros e fontes em línguas estrangeiras a respeito de questões ou problemas tropicais. Livros e fontes onde tende a generalizar-se cada vez mais um conceito moderno, o de colonialismo, como sinónimo de opressão sistemática-política, económica e cultural — do branco sobre as raças não europeias.

Não interessa aqui discutir a parte em que tal conceito provém de intelectuais do ocidente europeu apostados em fazer actos de contrição dos erros dos seus países ou a parte em que tal conceito é mero expediente de propaganda política ou imperial de outros intelectuais ou de outros países.

O que me proponho expor é o erro a que alguns dos nossos investigadores, por ingenuidade de espírito e ignorância dos factos reais, podem estar sujeitos, e assim tenderem a estender ao nosso caso um conceito que não nos pode ser levianamente aplicado. Além de errarem, portanto, podendo fornecer a estranhos argumentos de propaganda capciosa ansiosamente procurados, porque, como com felicidade disse o Sr. Presidente do Conselho: «Há sempre neste mundo vário quem esteja disposto a colher frutos das tolas filosofias alheias».

Considerando apenas o caso da Guiné, para os tempos modernos, limito-me a dizer que no momento presente apenas 1/4 da população civilizada é constituída por brancos, e que há um século apenas havia 16 europeus em Bissau, Capital da Província, e o comércio exterior e navegação estavam pràticamente nas mãos de estrangeiros no dizer de Honório Barreto, situação que se manteve até há 30 anos. Mas recuando mais dois séculos chegamos à época que teria ainda pertencido ao período áureo do colonialismo, na opinião dos entendidos. Nessa altura, meados do século XVII, nos «Rios de Guiné do Cavo Verde», ou seja a região das rias desde a península do Cabo Verde até à Libéria, viviam muitos portugueses, uns brancos, outros de cor, uns da metrópole, outros das ilhas de Cabo Verde, outros da Guiné — «lançados» uns, isto é, traficando à revelia da Coroa, povoadores regulares outros, «filhos da terra», isto é, descendentes mestiços de europeus, «cristãos» ou «grumetes», ou seja nativos critianizados ou assimilados, e gente da «nação», ou sejam judeus.

Então Portugal só dispunha pràticamente de uma povoação fortificada e com autoridades constituidas, Cacheu, da qual dependiam pequenas praças com «capitães-cabos» ou «juizes do povo», como Zinguichor e Bissau.

Os Holandeses estavam fortificados na ilha Gorée, em frente do local onde hoje se ergue Dacar e no Cabo do Monte (actual Libéria) e os ingleses na foz do Gâmbia e num ponto da Serra Leoa. Pois bem, o comércio de exportação, de onde se tiravam os maiores lucros, estavam quase totalmente nas mãos dos ingleses, holandeses e franceses, mas o comércio regional, tanto o de movimento dos produtos de umas zonas para as outras dentro da região, como a de concentração dos produtos de exportação nos locais fortificados estrangeiros indicados, estava quase inteiramente nas mãos dos portugueses mencionados. Estes portugueses deslocavam-se livremente por toda a parte, em geral ganhando a sua vida.

Francisco de Lemos Coelho é bem preciso a respeito desta actividade comercial dos portugueses quando diz, por exemplo, a propósito do Gâmbia, que se o Rei de Portugal lá erguesse uma feitoria onde os portugueses pudessem comprar os produtos, os ingleses se veriam obrigados a abandonar o rio, pois ficariam sem comércio. Também na mesma época houve pedidos de régulos indígenas da região para o estabelecimento de feitorias portuguesas. Desejos e pedidos que ficaram porém sem seguimento porque, por considerações políticas e militares, à Coroa Portuguesa não convinha então praticar actos que pudessem ser considerados hostis pela Inglaterra.

O Capitão Lemos Coelho abre a sua descrição com um prólogo de onde extraímos a seguinte elucidativa passagem:

«Saibam os que deliberarem a virem morar em alguns dos portos de tantos reinos venham advertidos de que se não levarem cabedal lhes será necessário para o tirarem passarem alguns anos, que serão medidos com a sua indústria e boa fortuna: para o que será o maior cabedal aos que o não trouxeram, virem com muitos bons costumes e serem muito mansos, benignos e bem acondicionados, e imaginarem que são hóspedes e peregrinos, e que estão em terras alheias, das quais os negros os privou do domínio delas ou daquela região; e ainda que são bárbaros, falta que têm pela do lume da fé, são muito entendidos em seus tratos e muito

agradecidos do bem que lhes farão, e vingativos dos agravos que recebem; pelo que em primeiro lugar devem ser muito liberais, e quando não tiverem para lhes dar com que vão contentes, que com pouco se satisfazem, se vão da sua companhia com boas palavras, e não os escandalizem com elas, e se forem importunos, sejam muito pacientes e sofridos. Não lhes namorem as mulheres, que é o maior crime que podem fazer porque em muitas partes lhes custará a vida e nas mais a fazenda. Tratem bem ao negro que tomarem por hóspede, que sempre é um dos fidalgos da terra.

«Aos reis e seus oficiais não neguem coisa alguma do que tiverem, que pois está na sua mão e vontade pedir-lho ou tomar-lho, não é discrição chegar ao extremo. Em seus nojos e suas festas visite-os e acompanhe-os, que deste modo em qualquer parte que viverem se conservarão com amor e quietação, e se aproveitarão dos interesses da terra e farão o negócio com mais comodidade e dormirão seus sonos descansados».

Estas são as palavras de um comerciante que andou com os seus navios pelos rios da Guiné durante 23 anos. Ele nunca fala, na sua obra, em conquista militar ou domínio político, mas pede com frequência que venham para a Guiné missionários, muitos missionários, que cristianizem o indígena e, tornando-o igual a nós, façam da Guiné uma das jóias da Coroa de Portugal. E eu pergunto se é aos muitos portugueses que durante séculos comerciaram na Guiné da maneira que se vê e para proveito principalmente dos estrangeiros a quem depois vendiam os produtos, que se pode aplicar o conceito de colonialismo. Ou se ao estado a que pertenciam, e que pouco ou nenhum interesse material tirava das suas actividades. Considerando os nativos como homens dotados das mesmas virtudes e defeitos dos brancos, e cujo barbarismo provinha apenas de não serem alumiados pelo lume da fé, isto é, serem católicos. Barbarismo portanto que não julgavam provir da raça ou da cultura, porque desde que o nativo se cristianizasse passava a ser igual a nós, um cristão.

Expus as realizações e alguns projectos ou ideias do Centro de Estudos. Resta-me agora olhar um pouco para o futuro.

Devo dizer que este não se afigura muito certo, porque se está verificando um facto grave: não há um alargamento, ou ao menos uma renovação, da colaboração local. A partir do ano da fundação, 1946, só apareceram 6 colaboradores que tivessem vindo para a Guiné após esse ano. O que quere dizer que a maior parte dos membros residentes continua a ser composta pelos que viviam na Guiné em 1946. No entanto, nos últimos 9 anos, a população civilizada aumentou substancialmente. Por exemplo, o número de missionários católicos mais que duplicou — mas continuamos a não receber qualquer colaboração da sua parte.

Vieram para a Guiné numerosos funcionários do quadro administrativo novos, grande parte deles com o curso do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, mas destes nem um único apresentou qualquer contribuição. Nestas condições, somos forçados a admitir, que a continuar a verificar-se tal tendência, o Centro está condenado a desaparecer ou a diminuir consideràvelmente a sua actividade, à medida que vão falecendo ou saindo da Guiné os actuais membros.

O Centro de Estudos, por outro lado, não conseguiu ainda realizar um dos objectivos que lhe foi confiado: a organização do Museu da Guiné. Já há legislação criando-o e regulamentando a sua constituição, mas ele continua a não existir na prática. Apenas conseguimos organizar, penosamente, a biblioteca. Fundamentalmente, o facto resulta de não dispormos ainda de espaço para ele, dado que o Colégio-Liceu ocupa boa parte do edifício que lhe era destinado. A continuarem as coisas com a tendência actual, receio que quando se dispuser de edifício já não haverá membros em número suficiente ou com disposição para o organizar. Para o organizar evidentemente em moldes de museu moderno e vivo. A menos que se verifique qualquer modificação na tendência exposta, ter-se-á de concluir, tristemente, que o florescimento do Centro de Estudos não constitui afinal mais do que outro dos episódios, frequente entre nós, do aparecimento de um grupo de indivíduos com tendências e aspirações espirituais comuns e que se congregam para as exprimir através de publicações. Grupo fatalmente condenado, porém, a não sobreviver, através de outros indivíduos, à medida que os elementos iniciais vão desaparecendo.

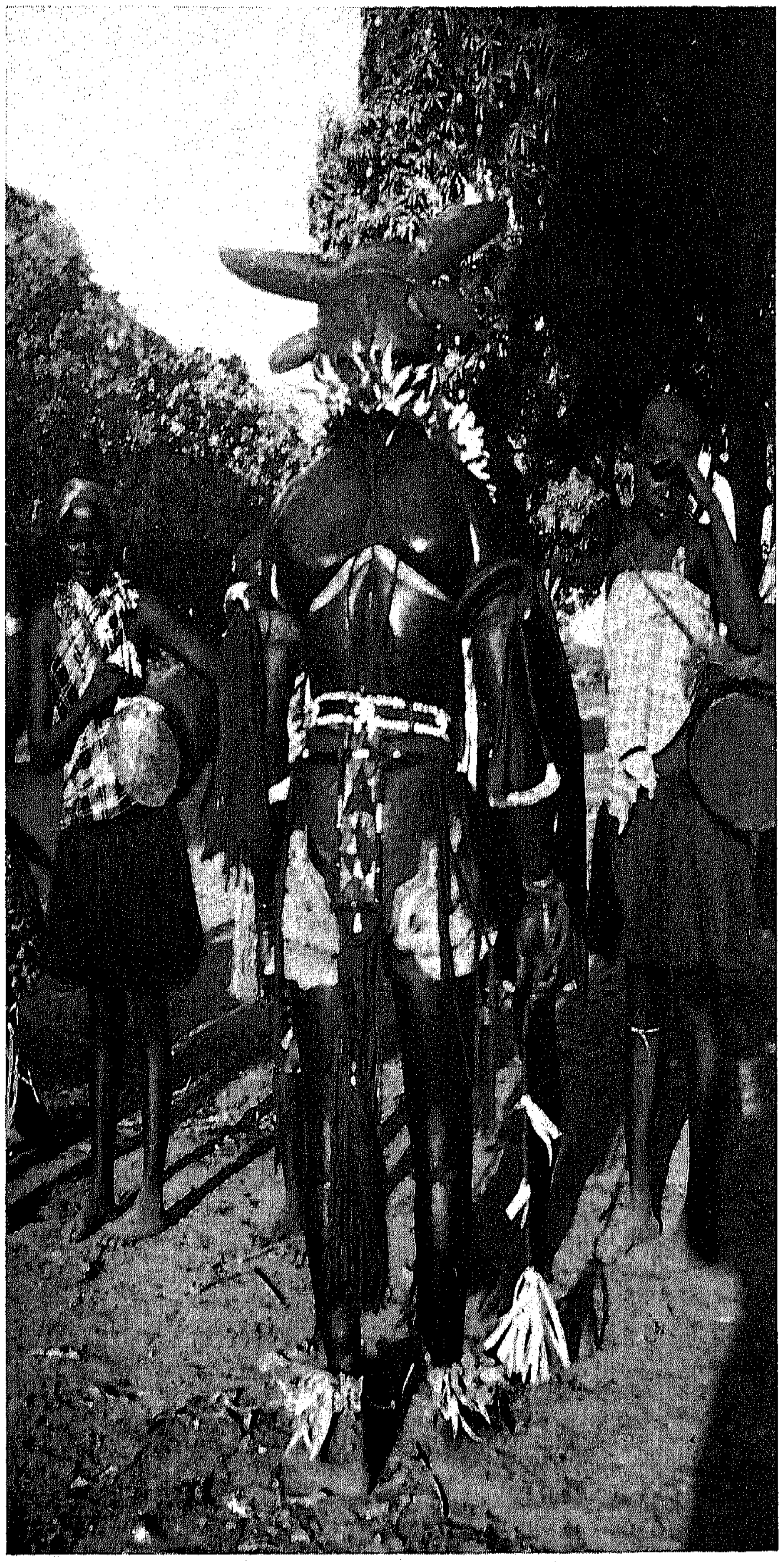
Enfim, exprimindo mais uma vez um conceito de Gilberto Freyre, uma «aventura» cultural. Ora, conviria que, não se perdendo de todo o que há de boa aventura na experiência, esta adquirisse também alguma «rotina» — não evidentemente, a rotina das ideias, mas, a rotina da estabilidade e da continuidade que assegure a sobrevivência do organismo e a perenidade da sua acção.

No que muito tem o Centro de Estudos a esperar da vigilante actuação de Vossa Excelência, Senhor Ministro do Ultramar, e bem assim do

Senhor Governador da Província. Agora que acabaram de ser criados os Institutos de Investigação de Angola e Moçambique, e em que, portanto, se vai pôr o problema dos quadros de investigadores, confiamos em que o Centro possa vir a ser contemplado com um ou mais investigadores que contribuam para assegurar o mínimo de continuidade de que o nosso organismo precisa para sobreviver.

A. Teixeira da Mota
1.º Tenente

Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa



Bailarino da ilha de Maio

Crónica da Província
Economia e Estatística
Livros e Publicações

CRÓNICA DA PROVÍNCIA

Melhoramentos Públicos

A convite da Direcção do Sport Bissau e Benfica Sua Ex.ª o Governador, comandante Mello e Alvim, presidiu ao lançamento da primeira pedra para a construção da sede daquele clube desportivo.

No início da cerimónia, Sua Ex.ª, proferiu algumas palavras de agradecimento pelo convite que lhe fora feito, afirmando que lhe era muito grato assistir àquela cerimónia, que tanto correspondia aos anseios do Benfica de Bissau.

Referindo-se ainda Sua Ex.ª às óptimas instalações constantes do projecto a executar, bem como à excelência do local, desejou ao Sport Bissau e Benfica as melhores prosperidades para bem do desporto na Guiné.

Campanha de Sanidade

Foi iniciada em Bissau, de colaboração com os Serviços Militares a pulverização com DDT a todas as casas da cidade e arredores.

Trata-se duma iniciativa de incontestável benefício para a saúde pública, que o Governo da Província procura defender por todos os meios.

O trabalho tem a dirigi-lo os médicos Srs. Drs. Luís Meira e Coutinho, da Missão de Estudo e Combate da Doença do Sono.

Informações diversas

Por motivo da nomeação do Sr. Professor Dr. Raúl Rodrigues Ventura para o cargo de Ministro do Ultramar e do Engenheiro Carlos Abecassis para o de Subsecretário da mesma pasta, S. Ex.ª o Encarregado do Governo desta Província enviou àqueles Ex.^{mos} Senhores os seguintes telegramas:

«Profesor Doutor Raúl Ventura
Ministério do Ultramar

No momento em que V. Ex.ª assume as mais elevadas funções em relação ao Ultramar Português, em meu nome pesoal e no da população da Província envio as nossas mais efusivas saudações, fazendo votos por um governo brilhante para o que V. Ex.ª reune as qualidades necessárias sobejamente demonstradas no exercício do cargo de Subsecretário.

A Província recorda com saudade a visita de V. Ex.ª em 1953, não esquecendo as suas palavras, podendo V. Ex.ª contar com a nossa leal e dedicada colaboração, a bem da Província e da Pátria querida. Os melhores cumprimentos.»

Engenheiro Carlos Abecassis
Ministério do Ultramar

«Em nome da população da Província e no meu pessoal, envio a V. Ex.ª as nossas felicitações pela sua nomeação para o alto cargo de Subsecretário do Ultramar, com votos por muitas felicidades. As altas qualidades de V. Ex.ª demonstradas já através de diversos estudos e trabalhos realizados, são a garantia que no exercício do novo cargo nos manteremos unidos na continuação da grande obra que se vem realizando. Pode V. Ex.ª contar com o nosso apoio e leal colaboração. Os melhores cumprimentos.»

Em resposta o Governo da Província recebeu os seguintes telegramas:

Do Ministro:

«Muito agradeço o telegrama de V. Ex.ª e confesso que sempre trago no pensamento a Província da Guiné que tão generosamente me tratou.»

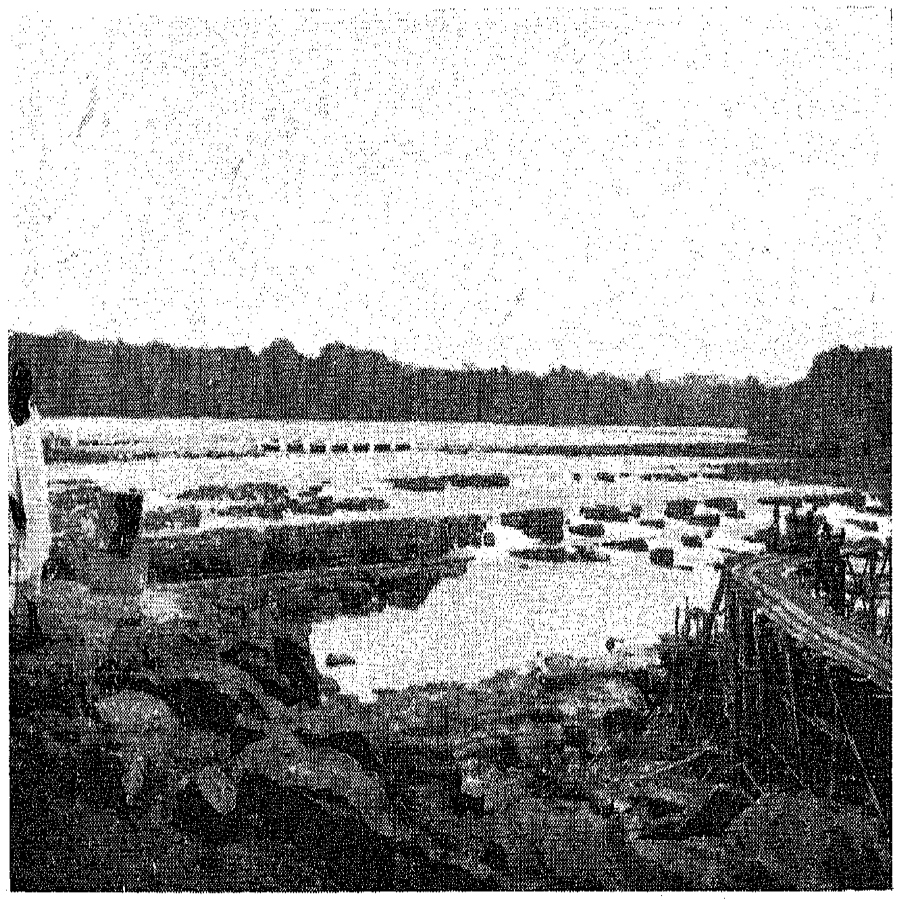
Do Subsecretário:

«Agradeço o cativante telegrama de V. Ex.ª, pedindo se digne aceitar a expressão do meu alto apreço e transmitir à população da Guiné o meu melhor propósito de contribuir para as prosperidades dessa Província de que conservo as mais gratas recordações.»

O primeiro aniversário do atentado contra os territórios portugueses da Índia

Num ambiente de elevado patriotismo, Bissau evocou os heróis que em Dadrá e Nagar Aveli tombaram ao serviço da Pátria.

Exprimiram verdadeiro sentimento patriótico e de solidariedade para com os portugueses da Índia as manifestações levadas a efeito na Capital desta Província.



Início das obras da ponte sobre o Corubal, no Saltinho

As repartições públicas suspenderam as suas actividades; o comércio encerrou as suas portas e em todos os edifícios públicos e muitos particulares se arvorou a bandeira nacional a meia haste, em sinal de luto colectivo.

Às 9 horas foi celebrada Missa na Igreja Catedral por S. Ex.ª Rev.ª o Prefeito Apostólico sufragando as almas dos heróis que em Dadrá e Nagar Aveli deram a sua vida pela Pátria. A este piedoso acto assistiram S. Ex.ª o Encarregado do Governo, Juiz da Comarca, Comandante Militar, Corpo Consular, Chefes de Serviço, Oficiais do Exército e da Armada, Funcionalismo Público, deputações da Mocidade Portuguesa, União Nacional e muitos indo-portugueses residentes nesta cidade.

Depois do acto religioso, efectuou-se, no palácio do Governo uma apoteótica manifestação durante a qual alguns oradores exprimiram a sua indignação e repulsa pelos actos perpetrados há um ano e que ainda continuam, por hordas de bandoleiros da União Indiana.

Falou em primeiro lugar o Sr. António J. Osório Flamengo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Bissau, que disse:

«Senhor Encarregado do Governo: O Município de Bissau, representado aqui pela grande maioria da população civilizada da cidade, vem trazer a V. Ex.ª

a solene afirmação do seu patriotismo e da absoluta confiança nos actos do Governo Nacional perante a prepotência da República Indiana ao pretender escorraçar, pela insídia, pelo bloqueio económico ou pela força, se aqueles meios falharem — desse secular território onde melhor vinculámos a nossa civilização, para ser na longínqua Ásia o prolongamento de Portugal metropolitano — Terra Lusa pelos costumes, leis, cultura e fé, expoente máximo da epopeia heróica que Camões exaltou, a justificar só por si, se mais razões não houver, a honra e o orgulho de sermos portugueses.

E, se é certo que o materialismo da era presente leva os Estados a aquilatar das pendências internacionais apenas pelos factores económicos em jogo, com inteira sujeição às influências políticas baseadas no poder militar, relegando para plano muito secundário as razões morais dos povos, Portugal está, na questão da Índia, isento de quaisquer interesses materiais ou de predomínio, para pugnar única e dignamente pelo direito — o direito que o núcleo português da Índia tem de conservar-se unido à Mãe-Pátria e de ser defendido por esta, contra tudo e contra todos; e mais que o direito, a obrigação que impende sobre todos nós de preservarmos da cobiça alheia, a herança legada pelos grandes da nossa Grei, cujos nomes gloriosos a História registou para sempre e iluminou os nossos corações desde os bancos da escola, dizendo-nos em cada momento, que este pequeno povo ao dar ao Mundo novos mundos, impôs aos seus filhos, gerações de ontem, de hoje e às vindouras, a responsabilidade inalienável de, para além de qualquer proveito e sem medir sacrifícios, manter impoluta a sua honrosa tradição histórica.

E nesta se cifra, afinal, a decisão unânime do País, de opôr-se aos desígnios absorventes dos famigerados «satiagrahis».

Ainda há poucos dias, em Roma, Nehru declarou que o conflito, nascido, instigado e orientado por ele, deve frizar-se, não tem carácter religioso.

Pretendeu assim — é compreensível — sossegar os católicos e, sobretudo, desinteressá-los do prosseguimento das manobras hóstis, agora quase diárias, que se desenrolam nas fronteiras do nosso território.

Se conseguem ou não predispôr a opinião do Mundo católico favoràvelmente aos seus manejos, desconheço.

Mas porque a personalidade política que produziu a afirmação tem jús, creio, a um mínimo de crédito, aceitemos como sã a sua garantia.

Logo se elimina, naturalmente, um dos dois motivos susceptíveis de provocar a agressividade de Nehru.

Outro, se não houvesse já a lamentar perda de vidas, seria para rir: — a de Portugal se candidatar à conquista das incomensuráveis amplidões indianas, partindo das potentíssimas bases militares (secretas talvez...) Goa, Damão e Diu. E se é que de tal, nem um louco se lembraria, ofereçamos a Nehru esta séria razão de perigo, para lhe permitirmos retirar, finalmente, a máscara com que anda disfarçado de pacifista de primeira água e que tanto incomoda, ao que parece, o seu belicoso ânimo.

E a ocasião é por demais propícia. Exactamente quando as Quatro grande potências mundiais procuram com sinceridade harmonizar-se, desfazer atritos e incompreensões, condicionar interesses, remover, enfim, os obstáculos para uma paz duradoira, para um futuro que valia a pena ser vivido.

Nós, Portugueses, ao relembrarmos hoje a data tristíssima da primeira investida indiana e os heróis mártires que ela nos custou, congratulamo-nos francamente com o «volte-face» da política internacional e juntamos a nossa voz ao clamor ansiado universal de paz.

Que a União Indiana pondere a sem razão da sua hostilidade e ponha em prática a política de boa vizinhança, de que os nossos governantes não têm querido afastar-se e contribuirá também para o conserto das Nações na actual cruzada da paz.

De contrário... O País já decidiu. E a bandeira verde-rubra, símbolo venerado dum Povo ordeiro, comedido e franco, mas que desconhece tradicionalmente o significado do medo, não arreará sem luta e sem glória do território português da Índia, apesar da incalculável desproporção numérica de forças, porque essa Bandeira é a mesma que viu tombar os heróis de Nagar-Aveli e porque os homens que a defendem agora têm o mesmo generoso sangue e a mesma alma e o mesmo acrisolado amor à Pátria — ou não sejam Portugueses!»

A seguir falou o sr. Dr. Rui Roncon, na dupla qualidade de Presidente da União Nacional e de luso-indiano.

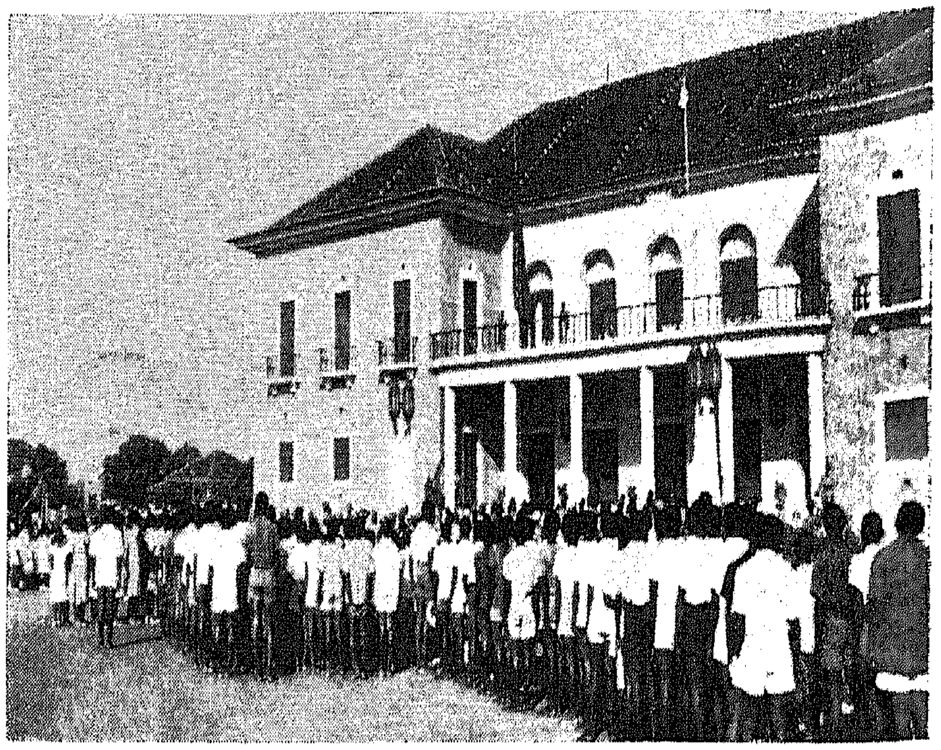
«Sr. Encarregado do Governo: Faz precisamente hoje um ano que um grupo de bandoleiros armados, da União Indiana do sr. Nehru, assaltou uma pequena parcela do sagrado território nacional, na nossa Índia, em Dadrá e onde foi derramado sangue português. Defendendo o solo da pátria, o sub-chefe da Polícia Aniceto do Rosário e seus três companheiros, num nobilíssimo gesto, lutaram heròicamente até à morte, não olhando ao perigo que os ameaçava, antes batendo-se pelo juramento que solenemente fizeram de defender e servir até à morte a sagrada causa da pátria.

São, pois, as minhas primeiras palavras, como português da Índia e como Presidente da União Nacional, de comovida homenagem aos bravos de Dadrá, heróis cuja memória merece o nosso respeito, e curvemo-nos reverentes perante os valorosos soldados que tombaram em defesa de Portugal, preferindo sucumbir dentro do território pátrio, do que ficar sem pátria.

Ninguém ignora as manifestações de solidariedade que o Governo da Nação recebeu de portugueses espalhados pelo mundo que, unidos por fortes laços de uma unidade nacional indestrutível, ergueram-se prontos para desagravar a agressão do sr. Nehru contra Dadrá.

São do Mahatma Gandhi as seguintes palavras: «a não violência é a maior força ao alcance da Humanidade». Palavras do chefe pacifista que o sr. Nehru tanto apregoa: «não queremos conquistar o povo contra o seu desejo e com auxílio das forças armadas; se o povo deseja sair da nossa companhia, então siga o seu caminho e nós seguimos o nosso. Não queremos casamentos forçados».

Tudo isso ele apregoa para conseguir os seus fins inconfessáveis e preparar uma atmosfera de falsidades contra um pequeno povo que nenhum mal lhe fez.



Manifestações em Bissau por ocasião do primeiro aniversário do atentado contra a Índia Portuguesa

Comparemos essas mentiras alardeadas pelo pacifista Nehru, com as afirmações serenas do venerando Chefe do Estado, General Craveiro Lopes:

«Seguros da nossa razão e direito, estamos dispostos a defender com os meios de que dispomos, a terra e a gente, que são portugueses, a civilização que ali criámos e a fé que propagamos».

Pacifista, o sr. Nehru! Mas quando se trata da China. Eis o vergonhoso acordo sobre o Tibete: mútuo respeito pela integridade territorial e pela soberania. Não agressão, não interferência nos negócios internos da outra parte, igualdade e benefícios recíprocos, coexistência pacífica.

O falso libertador faz também promessas de liberdade ao bom povo de Goa que cônscio do seu dever, não aceita, porque a tem da sua Pátria e com orgulho e altivez lhe responde que não está disposto a servir as suas ambições imperialistas. Mas qual o luso-indiano que lhe pediu libertação, sr. Nehru?

Nós os luso-indianos temos na Índia, em Portugal, na Guiné os mesmos direitos e os mesmos deveres que os naturais do Minho, de Lisboa ou do Algarve. Aqui na Guiné encontra-se um luso-indiano como chefe dos Serviços de Saúde e como Presidente da Comissão Distrital da União Nacional e um outro, que é hindú, como Director dos Serviços Aduaneiros e muitos outros em lugares de destaque. Nenhum luso-indiano digno deste nome aceita a liberdade que lhe oferece o sr. Nehru, que traz já as mãos dos bandoleiros e traidores tintas de sangue dos seus irmãos.

A sentença contra os bandoleiros que atacaram Dadrá foi lançada pelo Pai da Nação Indiana. «a religião da não-violência não é sòmente para os santos, é para o comum dos homens. É a lei da nossa espécie, como a violência é a lei dos brutos. O espírito dorme nos brutos. A dignidade do homem exige uma lei mais alta: a FORÇA DO ESPÍRITO».

Gandhi classificou os autores do bárbaro massacre de Dadrá: BRUTOS.

Salazar disse, e tenhamos bem presentes as suas palavras: «A não violência será combatida com a não violência; mas a agressão será combatida com a resistência».

Tenhamos diante de nós a imagem dos defensores de Dadrá e ponhamos com todo o entusiasmo a nossa dedicação até ao sacrifício da vida, se tanto for necessário, na luta defensiva, ao serviço de Salazar, ao serviço da Pátria.

Da Guiné manifestemos, mais uma vez, ao Governo da Nação a nossa inteira confiança na acção de Salazar, ofereçamos a nossa lealdade e digamos bem alto que nos encontramos firmes e prontos para a defesa da Pátria e prontos a seguir o nobilíssimo exemplo das vítimas de Dadrá.

Digamos bem alto: Honra e Glória a Aniceto do Rosário! Honra e glória a António Joaquim Fernandes! Honra e glória a Clemente Francisco Pereira! Honra e glória a Mamod Kan!

Falou depois o Sr. Presidente da Associação Comercial, que disse:

«Senhor Encarregado do Governo: Em nome do comércio, da indústria e da agricultura, actividades representadas pela Associação Comercial da Guiné, vimos trazer o incondicional apoio e solidariedade à política seguida pelo Governo da Nação pela grave emergência que, desde há um ano, traz sobressaltadas as gentes da nossa Índia e de todo o mundo português.

Graças ao génio político de Salazar, não estamos de luto; estamos sim em luta aberta, franca e decidida para conter as constantes arremetidas imperialistas desse ridículo pacifista que se chama Nehru. É necessário que esse sr. Nehru saiba que os portugueses de agora são os mesmos de outrora; corre-lhes nas veias o mesmo sangue generoso e forte e estão prontos a defender a honra e a integridade da Nação Portuguesa desde o Minho a Timor. A sagrada terra da nossa Índia é a parcela mais sentimental da raça portuguesa: Goa, Damão e Diu são as três mais expressivas legendas do génio e do esforço de um povo, que a golpes de heroísmo e com sangue ali escreveram a página da epopeia mais bela de que um povo pode orgulhar-se.

Nem a grandeza da União Indiana, nem a dos seus aliados e senhores — Rússia e China — conseguem conter a força inabalável dum povo, que acima dos credos políticos, religiosos e raciais, se encontra fortemente unido em torno do Governo da Nação. Toda esta coesão do povo português se deve à acção política de Salazar; por isso, o património de Portugal, na hora presente, não podia estar em melhores mãos. Salazar é o intérprete fiel do sentir e das aspi-

rações da Nação, quando adverte o sr. Nehru e o Mundo que Portugal não consentirá, por nenhum preço, que a terra da Índia Portuguesa seja pasto dos seus apetites mais ou menos famintos...

A juventude portuguesa, a grande esperança do porvir de Portugal, há-de ter sempre presente esta grande lição de Salazar. E um dia mais tarde cotejando a sua acção com a de esse outro grande português que foi D. João de Castro, não deixará de ler a seus filhos — porque a não esqueceu — a página mais extraordinária da história portuguesa que é essa admirável carta que D. João de Castro enviou a seu filho, a quando do cerco de Diu:

«Eu vos mando, filho, com este socorro a Diu que, pelos avisos que tenho, hoje está cercada de muitos turcos.

Pelo que toca a vossa pessoa não fico em cuidado, porque por cada pedra daquela fortaleza arriscarei um filho. Encomendo-vos que tenhais lembrança daqueles de quem vindes, que para a linhagem são vossos avós, e para as obras são vossos exemplos. Fazei por merecer o apelido que herdastes, lembrando-vos de que se o nascimento em todos é igual, as obras fazem os homens diferentes. E lembro-vos que o que vier mais honrado esse será o meu filho.

Esta é a bênção que nos deixaram nossos maiores: morrer gloriosamente pela lei, pelo Rei e pela Pátria.

Eu vos ponho no caminho da honra, em vós está agora ganhá-la.»

Haverá entre nós portugueses, alguém que ao ler esta carta, não sinta as lágrimas nos olhos? D. João de Castro continua a estar presente e hoje como ontem, as suas palavras são recomendações adequadas para que possamos seguir os exemplos e os trabalhos dos nossos maiores nas «obras que fazem diferentes os homens» e nobilitam os mais humildes como aconteceu de há um ano para cá em Dadrá, em Nagar-Aveli e em toda a Índia Portuguesa. Curvemo-nos respeitosamente sobre a memória daqueles que tombaram gloriosamente em terra portuguesa e por teimarem em ser portugueses.

Que a sua morte continue a ser para nós um incentivo e uma honra e que assim seja sempre, por mandato da própria história, pela força da nossa vontade, até à última gota de sangue.

Vamos terminar rogando fervorosamente a Deus que guarde a terra portuguesa de perigos maiores e que nos conserve Salazar até que todos esses perigos definitivamente estejam afastados.»

Em nome da população nativa, falou o sr. Duarte Vieira, funcionário das Obras Públicas, que disse:

«Mais que expressivo e eloquente foi o recolhimento de há pouco, na Catedral de Bissau, em que nos entregámos votivamente à oração, silêncio e meditação, quanto às almas dos heróicos defensores de Dadrá e Nagar-Aveli e pela preservação da vida e tranquilidade do valoroso povo do Estado da Índia Portuguesa, assaltado. Compreensível é que tal recolhimento revela uma das manifestações do nosso espírito, em solicitações íntimas agora voltadas para a Província Ultramarina da Índia Portuguesa, que os nossos maiores instituíram, por persuação, exemplo e comunhão de esforços, em Roma do Oriente como fulcro da civilização ocidental, agora enlutada e súplice, mas tranquila, no momento que passa, porque o Portugal de Aquém e Além Mar se vestiu de crepe, cheio de razão como em busca de justiça e desagravo.

Dos muros de Guimarães às pedras da fortaleza de Diu, contornando a África até ao longínquo Timor, os peitos dos portugueses em frémito patriótico são baluartes a resguardarem a Índia Portuguesa da cobiça da grande Índia do sr. Nehru, de criação recente, e cujo povo, se bem avisado fosse, deveria saber mendigar aos lusos indianos um pouco da sua plena sabedoria e discreto, mas não expressivo segredo sobre a diferenciação da pré-civilização industânica, ainda imperante nesse novo Estado e a elevada cultura ocidentalista dos habitantes de Diu, Damão e Goa, onde, por não haver castas não existem os intocáveis. Mas não; o governo da grande Índia, sem história, nem do presente encostado em esteios condenáveis que cedo se hão-de afastar enfrenta e vem enfrentando perigos sem conta ao considerar como motivo de cobiça da nossa Índia a razão das latitudes geográficas que são a História e a Civilização como extremos. A Guiné, meus senhores, esta terra bem portuguesa que conta santos e heróis, dispõe de um numeroso elenco de braços fortes e viris, não se poupará em ajudar os seus irmãos portugueses da Índia. Lembremo-nos que o Estado da Índia é a relíquia de um São Francisco Xavier e as suas gentes ilustres ou distintas, bem portuguesas, foram sempre caldeadas na forja dos próceres de Portugal de Antanho. A decisão deste congresso tem o determinativo de testemunhar ao governo de Salazar o nosso apoio à equilibrada política conducente

Manifestações em Bissau por ocasião do primeiro aniversário do atentado contra a Índia Portuguesa

a fazer chamar à razão o governo da grande Índia, no sentido de permitir a reposição dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli nas mãos do governo do Estado da Índia Portuguesa, já que pela violência não devemos perturbar o Mundo, atravessando territórios não portugueses sem autorização do governo vizinho. E assim não pensa a grande Índia do sr. Nehru, na desmedida cobiça aos nossos territórios.

Excelência: O motivo desta cobiça tem parte da sua razão de ser numa antiga crença indiana que encontramos na participação que o sr. Armando Mascarenhas, representante do Comércio de Goa, fez em tempos a Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar, dizendo: «Senhor Ministro: rezam os velhos livros da Índia milenária que na vastidão industânica florescia um recanto, um verdadeiro jardim abençoado, mansão de deuses, onde os pecadores podiam depurar a sua alma e santificar o corpo, tomando banho num dos seus tantos rios sagrados. Esse paraíso terreno, que os vedas excelsamente elogiavam e apontavam como um refúgio, não era outro senão este território de Goa, que os Gates defendem e o mar beija amorosamente. Goa de rios e de fontes sagradas! Goa de palmeiras e areais sussurrantes». Excelência: Comovidos, é de esperar que as Câmaras municipais ou edilidades da Guiné se não esqueçam de homenagear os heróis de Dadrá e Nagar-Aveli que, em luta desigual, defenderam a Pátria, tombando com a máxima galhardia, merecedores, portanto, que se lhes dedique uma das artérias urbanas do nosso meio.»

Encerrou a série de discursos o Senhor Encarregado do Governo, que afirmou o seguinte:

«Minhas Senhoras, e Meus Senhores: Está quase a fazer um ano que neste mesmo salão tive o prazer de receber a população da capital da Província, que, por intermédio de vários oradores, manifestou ao Governo da Nação o seu inteiro apoio à política por ele seguida, a sua solidariedade com os luso-indianos e a sua repulsa contra a indigna atitude da União Indiana, encorajando e permitindo, a coberto das suas forças armadas, que uma horda de comunistas e vádios ambiciosos, recrutados nos bairros baixos de Bombaim e chefiados por traidores que renegaram a sua Pátria, cometessem o nefando atentado contra a soberania portuguesa no enclave de Dadrá, acto que na Metrópole e em todo o Ultramar Português causou a mais dolorosa mágua, a mais viva repulsa e a mais profunda indignação.

Escolheu essa horda de energúmenos um local isolado e vulnerável, sem guarnição militar, para cometer o vil atentado, o que bem demonstra a cobardia dos que dirigiram o assalto.

A preza não foi fácil como supunham, porque houve dura resistência por parte do diminuto contingente da Polícia ali existente e aos seus agentes juntaram-se os habitantes que participaram também com bravura na luta contra os invasores, simplesmente armados de sabres e espingardas caçadeiras.

Nessa luta desigual, travada precisamente há um ano, alguns tombaram heròicamente na defesa da Pátria.

A esses heróis acabámos de prestar a merecida homenagem na Catedral desta cidade. Os Serviços Públicos paralizaram, o comércio e a indústria encerrou as suas portas e a Bandeira Nacional flutua a meia haste em todos os edifícios públicos e particulares como símbolo do mais profundo sentimento nacional. Vós, Senhoras e Senhores, mais uma vez aqui presentes, acabais de manifestar o vosso mais incondicional apoio e confiança em quem nos dirige superiormente.

Em nome do Governo da Nação do coração vos agradeço e gostosamente lhe transmitirei as vossas palavras sinceras e repletas de patriotismo.

Decorreu um ano e ainda enfrentamos dias difíceis. O enclave de Nagar-Aveli, onde a sua população e guarnição policial, tendo à frente o capitão Fidalgo e tenente Falcão, se bateu bravamente, caiu em poder dos mercenários.

Principalmente a fronteira de Goa vem sendo violada amiudadas vezes pela escória da União Indiana, sob a designação de «satiagrahis», técnica de agressão disfarçada de que o mundo já muito tem sofrido.

Para o dia 15 do próximo mês de Agosto, data que coincide com a do aniversário da independência indiana, anuncia-se, mais uma vez, a célebre «marcha da liberdade», que no ano findo redundou num autêntico fiasco.

O Estado da Índia vive no coração de todos os portugueses, como o móbil primário dos descobrimentos que fizeram a grandeza e a glória da Nação. Por ele, Portugal pode dar à História Universal alguns dos seus melhores nomes.

E, enfim, apesar de retalhado e diluido na sua configuração geográfica, o Estado da Índia é ainda hoje, no quadro da nossa glória ultramarina, a expressão mais alta e o símbolo mais vivo do seu espírito de universalidade de humanidade. O Estado da Índia é o padrão dos descobrimentos portugueses e o pequeno fogo do espírito ocidental no Oriente, o qual, para se manter vivo, precisa de estar ligado às origens como o fio de água à nascente. Assim o afirmou Salazar em um dos seus memoráveis discursos.

Portugal não entregará sem luta e sem glória os territórios que constituem o Estado da Índia. Pode ser que o Pandita Nehru, campião do pacifismo, ainda resolva entrar no caminho da Razão, da Moral e do Direito Internacional, de que propositadamente se desviou. Entretanto, devemos continuar unidos em volta da bandeira da Pátria, confiantes no prestígio de Salazar e no valor das nossas forças armadas de Terra, Mar e Ar. Deus nos ajudará.

Viva Portugal! Viva o Estado da Índia!»

*
* *

As últimas palavras do Senhor Encarregado do Governo foram saudadas com uma prolongada e frenética salva de palmas, reveladora do caloroso patriotismo que pairava no salão do palácio do governo. Depois ouviu-se o Hino Nacional, que foi escutado no meio do mais profundo e comovente silêncio.

A imponente cerimónia foi gravada pelos serviços técnicos da Emissora de Bissau, que à noite a retransmitiu incluida no seu programa habitual.

Sua Ex.ª o Encarregado do Governo, traduzindo o pedido feito pela população da Província, para que junto do Governo da Nação manifestasse todo o seu incondicional apoio à política do Governo central, enviou a Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar o telegrama seguinte:

«Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que passando hoje o primeiro aniversário do cobarde atentado contra Dadrá por comunistas e vadios recrutados em Bombaim, chefiados por traidores que renegaram a sua pátria, realizaram-se cerimónias religiosas em toda a Província, sufragando a alma dos que heròicamente tombaram na defesa da Pátria. A população de toda a Província acorreu junto das autoridades, manifestando o seu integral apoio à política do Governo em relação à Índia. Em toda a Província realizaram-se sessões solenes comemorativas. Na capital, além duma Missa, realizou-se sessão solene no palácio do Governo, sendo oradores o Presidente da Câmara, o Presidente da União Nacional em nome desta e dos luso-indianos aqui residentes, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné e Duarte Vieira, em nome dos naturais da Província. Em todos os discursos ressaltou o incondicional apoio à política do Governo da Nação e a fé inabalável que a Índia continuará sendo portuguesa, havendo violentos ataques contra o procedimento que vem sendo seguido pela União Indiana, a repulsa pela ocupação de Dadrá e Nagar Aveli e pelas constantes incursões de bandoleiros no território nacional. Além disso, invocou-se a nossa acção na Índia durante quatro séculos, para onde transportámos a civilização ocidental, e o desejo dos luso-indianos de continuarem a ser portugueses. O Comércio e a Indústria encerrou as suas portas, os Serviços Públicos interromperam a sua actividade, a bandeira nacional flutua a meia haste em toda a Província, como símbolo do mais profundo sentimento nacional.

Em nome de toda a população, e no meu pessoal, solicito a V. Ex.ª seja intérprete junto do Governo Central das afirmações feitas e que reproduzi.

O Encarregado do Governo, encerrando a sessão solene realizada em Bissau, terminou o seu discurso da forma que segue: Portugal não entregará sem luta e sem glória os territórios que constituem o Estado da Índia. Pode ser que o Pandita Nehru, campião do pacifismo, ainda se resolva entrar no caminho da Razão, da Moral e do Direito Internacional, de que propositadamente se desviou. Entretanto, devemos continuar unidos em volta da bandeira da Pátria, confiantes no prestígio de Salazar e no valor das nossas forças armadas de Terra, Mar e Ar. Deus nos ajudará. Viva Portugal! Viva o Estado da Índia.»

Também de todos os pontos da Província têm chegado ao Gabinete do Governador inequívocas provas de exaltado patriotismo e de confiado apoio à acção do Governo Central e pedem que até lá façam chegar os seus melhores sentimentos de inteira fidelidade à Mãe-Pátria.

J. F. Mendes

ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Rendimentos Aduaneiros

Os réditos arrecadados pelas Casas Fiscais da Província durante o 2.º trimestre de 1955, foram os que abaixo se discriminam:

RECEITAS ARRECADADAS;

Direitos de importação	3:625.390$60
Adicional aos direitos de importação	792.765$70
Direitos de exportação	2:776.250$80
Adicional aos direitos de exportação	277.434$00
Direitos de nacionalização	—
Contribuição predial rústica	2:509.783$10
Contribuição industrial	759.459$10
Imposto do selo	89.962$90
Imposto de tonelagem	9.735$70
Multas — parte pertencente à Fazenda	2.822$90
Receitas eventuais	44.336$70
Armazenagem	31.398$80
Produto de leilões	—
Emolumentos gerais aduaneiros	1:166.212$20
Emolumentos sanitários	—
Venda de impressos	33.307$40
Taxas do Tráfego	1:043.979$70
Taxas de licenças de exportação e de reexportação	362.489$00
Adicional de 1/4 % ad-valorem s/a exportação por Bissau	313.789$40
1 % ad-valorem sobre a importação e a exportação	1:054.084$00
1 % ad-valorem sobre a importação	419.970$20
Receita do Concelho Técnico de Agricultura	581.975$60
Sobretaxas para conservação de estradas e pontes	304.837$80
Emolumentos Consulares	2.505$00

COMPARTICIPAÇÕES PARA O PESSOAL:

Emolumentos internos e externos	128.985$40
Multas e outras comparticipações em receitas provenientes do Contencioso Aduaneiro	—
Custas contadas em processos do Contencioso	1.433$60
Participações e multas por infracções fiscais	2.570$00

OPERAÇÕES DE TESOURARIA:

Imposto municipal	684.573$90
Emolumentos consulares	—
Receita da Junta de Exportação do Café Colonial	605$80
Total	17:020.659$30

Os mesmos foram arrecadados pelas diversas Casas Fiscais da Província, nos seguintes quantitativos:

	VALORES EM ESC.
Alfândega de Bissau	16:065.651$60
Delegação Aduaneira de Bolama	794.609$20

Posto de Despacho de:

Bafatá	29.340$00
Cacheu	16.135$50
Farim	98.328$00
S. Domingos	16.595$00
Total	17:020.659$30

Fundo Cambial

O movimento do Fundo Cambial, orientado pela Comissão Reguladora de Tranferências, relativo ao 2.º trimestre de 1955, foi o que segue:

Saldo que transitou do trimestre anterior		6:812.920$98

Cambiais arrecadadas em:

Abril	17:968.206$10	
Maio	12:580.075$00	
Junho	12:771.074$90	43:319.356$00
Soma		50:132.276$98

Cambiais distribuídas em:

Abril	20:686.225$40	
Maio	9:814.604$44	
Junho	13:855.510$11	44:356.339$95
Saldo que transita para o trimestre seguinte		5:775.937$03
Soma		50:132.276$98

As distribuições das cambiais neste período, no montante de 44.357 contos, foi a seguinte:

	CONTOS
Para mesadas às famílias dos funcionários públicos e particulares ...	358
Para funcionários e particulares por motivo de saída e outros atendíveis	—
Para os Serviços de Fazenda e Contabilidade para pagamento de encargos na Metrópole e outras Províncias Ultramarinas	118
Para os Serviços Militares	347
Para os Serviços dos C. T. T.	—
Para outros Serviços Públicos da Província	—
Para o Banco Nacional Ultramarino para pagamento de letras s/o comércio e respeitante a mercadorias importadas com intervenção bancária:	
a) — De origem nacional	24.496
b) — De origem estrangeira	6.616
Para o comércio para pagamento de mercadorias importadas sem intervenção bancária	12.422
Soma	44.357

Caixa do Tesouro

Durante o 2.º trimestre de 1955 o movimento de valores da Caixa do Tesouro, foi o que segue, expresso em contos:

Saldo do trimestre anterior:

Em papéis de crédito	100	
Em jóias e outros valores	13	
Em valores selados	17.832	
Em metal e notas	53.721	71.666

Entrada:

Em valores selados	308		
Em metal e notas	47.949	48.257	119.923

Saída:

Em valores selados	176	
Em metal e notas	30.536	30.712

Saldo que transita para o trimestre seguinte:

Em papéis de crédito	100		
Em jóias e outros valores	13		
Em valores selados	17.964		
Em metal e notas	71.134	89.211	119.923

Banco Emissor

A situação financeira do Banco Nacional Ultramarino em 30 de Junho, era a seguinte:

Activo

Dinheiro em cofre	75:535.293$75
Carteira comercial	2:692.151$00
Empréstimos diversos	114:257.209$63

Passivo

Depósito à ordem	17:458.481$93

A circulação fiduciária foi neste trimestre, por meses a seguinte:

Abril	48:680.413$50
Maio	45:768.853$50
Junho	43:314.103$50
Média da circulação no 2.º trimestre de 1955	45:921.123$50

O balancete apresentado pela mesma Filial referido a 30 de Junho de 1955, acusa os seguintes quantitativos:

Activo

GARANTIA DE LIQUIDABILIDADE:

Reserva monetário	36:666.000$00	
Moedas correntes	15:203.432$52	
Letras descontadas s/a praça, a menos de seis meses	1:564.896$10	
Letras descontadas em carteira comercial ...	1:127.254$90	
Carteiras de títulos	3:140.000$00	
Devedores gerais, a menos de 6 mese	87:052.986$33	
C/C e empréstimos caucionados, a menos de seis meses	27:204.223$30	
Agentes e correspondentes	62.924$97	
Fundo cambial	5:775.937$03	177:797.655$15
Valores de conta alheia	4:021.621$45	
Valores de conta da Sede e Dependências ...	12:736.872$32	
Valores em conta com o Tesouro	89:210.748$11	
Diversas contas	199:870.619$13	305:839.861$01
Soma		483:637.516$16

Passivo

CRÉDITOS EXIGÍVEIS DE PRONTO:

Emissão de notas e cédulas		122:416.528$50
Notas e cédulas em caixa	60:363.350$00	
Notas e cédulas para inutilizar	281.750$00	
Notas inutilizadas e remetidas à Sede	18:457.325$00	79:102.425$00
Circulação	43:314.103$50	
Depósito à ordem	17:458.481$93	
Letras a pagar	14.323$31	
C/C e empréstimos caucionados — Saldos credores	66.302$73	
Credores gerais, a menos de 6 meses	94:645.995$98	
Agentes e correspondentes	43.868$18	

Fundo cambial:

Outras contas	5:775.937$03	161:319.012$66
Tesouro Público — C/corrente		89:210.748$11
Diversas contas		233:107.755$39
Soma		483:637.516$16

Finanças Públicas

A receita que a Fazenda arrecadou durante o 2.º trimestre de 1955, acha-se assim discriminada:

Total Geral	31:357.000$34
Impostos directos gerais	12:871.651$10
Impostos indirectos	8:381.594$83
Indústrias em regime tributário especial	771.014$70
Taxas — Rendimentos de diversos Serviços	2:135.453$55
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado, participações de lucros	192.532$07
Rendimentos de capitais, acções e obrigações de Bancos e Companhias	—
Reembolsos e reposições	207.852$89
Consignação de receitas	6:796.901$20
Receitas extraordinárias	—

E a despesa assim:

Total Geral	19:663.121$88
Dívida da Província	—
Governo da Província e Representação Nacional	771.321$10
Aposentados, Jubilados e Reformados	576.611$60
Administração Geral e Fiscalização	4:373.283$02
Serviços de Fazenda e Contabilidade	734.623$30
Serviços de Justiça	93.252$35
Serviços de Fomento	789.088$17
Serviços Militares	490.974$70
Serviços de Marinha	448.471$30
Encargos Gerais	9:471.512$27
Exercícios Findos	42.927$62
Despesas extraordinárias	1:871.656$45

Caixa Económica Postal

As operações realizadas pela Caixa Económica Postal durante o 2.º trimestre de 1955, acham-se assim discriminadas:

	NÚMEROS	ESCUDOS
Depósitos arecadados durante o trimestre	1.410	2:025.200$64
Em cadernetas existentes	1.314	1:889.630$74
Em cadernetas emitidas	96	135.569$90
Reembolsos pagos durante o trimestre	1.081	1:811.292$60
Juros recebidos durante o trimestre		100.868$70
Juros pagos durante o trimestre		3.278$60
Cadernetas em circulação — Saldo conta de Titulares		5:488.941$18

Valores totais da caixa em 30/6/1955

	NÚMEROS	ESCUDOS
Em dinheiro		38.189$91
Em depósito no Banco Nacional Ultramarino		900.000$00
Fundos permanentes nas delegações		18.000$00
Devedores e Credores		918.000$00
Empréstimos gerais garantidos por hipotecas		949.897$10
Empréstimos por letras a particulares		940.178$12
Adiantamento a funcionários		4:312.360$40
Fundo de reserva		735.597$17
Reembolsos totais pagos durante o trimestre	15	145.849$00

A situação da Caixa Económica Postal em 30 de Junho era a seguinte:

Activo

Numerário em cofre	38.189$91
Dinheiro nos Bancos	900.000$00
Empréstimos caucionados por letras	940.178$12
Empréstimos hipotecários	949.897$10
Empréstimos com fiadores	4:312.360$40

Passivo

Depósito à ordem	5:672.115$86
Depósito a praso	67.000$00

Indústrias

A actividade industrial da Província foi durante o 2.º trimestre de 1955, a seguinte:

DESCASQUE DE ARROZ: (Toneladas)

Meses	Arroz descascado	Farelo produzido
Abril	553	79
Maio	474	58
Junho	826	108

FÁBRICA DE ÓLEO A. FIGUEIRA & C.ª, LDA.

Designação	Unidade	Abril	Maio	Junho
Óleo de mancarra	Litro	..	..	..
Óleo de coconote	Quilo	9.989	..	..
Resíduos de mancarra	»	..	..	..
Resíduos de coconote	»	14.556	..	..

REFRIGERANTES

Produtos	Unidades	Abril	Maio	Junho
Gêlo	Quilos	10.051	16.355	12.413
Sorvetes	»	33,600	38,950	43,150
Laranjadas	Garrafas	7.824	7.776	5.664
Limonadas	»	10.680	12.840	10.248
Ananás	»	..	..	..
Groselha	»	96	..	..
Soda	»	888	432	984
Xaropes diversos	»	24	47	..
Pirolitos	»	..	..	..

Zeferino Monteiro de Macedo

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 3.º trimestre de 1955

Do autor:

— *Aprendiz (O) de crítica*, por Pontes (Joel)
— *Alminhas — Padrões de Portugal Cristão*, por Babo (Francisco)

Da Academia Portuguesa de História:

— *Duas descrições seiscentistas da Guiné*, por Coelho (Francisco de Lemos)

Da Agência Geral do Ultramar:

— *Numismática Indo-Portuguesa*, por Grogan (H. T.)
— *Protecção ao solo, flora e fauna nas províncias ultramarinas. Imperialismo e colonialismo da União Indiana*, por Moreira (Adriano)
— *História (A) e a Vida*, por Trigueiros (Luís Forjaz)
— *Mestre de Campo (O) João Fernandes Oliveira, herói da restauração de Pernambuco*, por Faria (A. Machado de)
— *Fundação do Estado da Índia em 1505*
— *Administração da justiça aos indígenas*, por Moreira (Adriano)
— *Diário da Viagem Presidencial às províncias ultramarinas de São Tomé e Príncipe e Angola*

Do Air Weather Service

— *Further Studies of Thundrstorm Conditions Affecting Flight Operations: Turbulence*

Do Centro de Investigação Científica Algodoeira:

— *Trabalhos do Centro de Investigação Científica Algodoeira* (II Volume)
— *Resultados dos ensaios comparativos de variedade (1949-50 e 1951-52)*, por Carvalho (Mário de)
— *Problema (O) Algodoeiro Português*, por Quintanilha (Prof. A.)
— *Contribuições para o inventário florístico de Moçambique*, por Pedro (José Gomes)
— *Empoasca Facialis Jacobi — O Jasside do Algodoeiro: Sua Biologia e métodos de combate*, por Barbosa (António J. da Silva)

Da Comissão Reguladora do Comércio do Arroz:

— *Plantas vasculares infestantes dos arrozais*, por Vasconcelos (João de Carvalho)

Da Direction de l'Agriculture du Ministère des Colonies — Belgique:

— *Colaboration des Indigènes au Developpement Economique de l'Afrique*

Do Governo de Macau — Secção de Propaganda e Turismo:

— *Efemérides da História de Macau*, por Gomes (Luís O.)

Do Institut Français d'Afrique Noire — Dakar:

— *Aglomeration Dakaraise — Quelques aspects sociologiques et demographiques*
— *Fonètique (La) des langues Bantu et Semi-Bantu du Cameroun*, por Stoll (R. P. A.)
— *Culte de Lié (Le)*, por Holas (B.)
— *Guide du Mueée Historique de l'A. O. F. a Gorée*
— *Arachnides (Les) de l'Afrique Noire Française*, por Berland (L.)

Do Institut des Hautes Études — Dakar:

— *Plantations (Les) europeenes en Côte d'Ivoire*, por Tréchant (H.)

Do Instituto Nacional de Estatística:

— *Fundamentos e objectivos do plano de fomento agrário*, por Pereira (Mário)

Da Liga Portuguesa de Profilaxia Social — Porto:

— *Nomes científicos da alimentação*, por Pereira (Ludgero Lopes)

Do Museu Nacional do Rio de Janeiro — Brasil:

— *Catálogo dos Peixes do Museu Nacional*, por Ribeiro (Paulo de M.)

Periódicos recebidos por oferta e permuta

(De Julho a Outubro de 1955)

— *Africa* — Revista de Accion Española — Madrid — n.os 162 e 163 (Junho e Julho 1955).
— *Actualidades* — Lourenço Marques — n.º 17 (Junho 1955).
— *Aequatoria* — Coquilhatville — Ano XVIII, n.º 2.
— *Afrika Instituut* — Leiden — Holand — n.os 7 e 9 (Julho e Setembro 1955).
— *Agricultura de São Paulo, (A)* — São Paulo — Brasil — Ano V, n.os 2 a 4 (Fevereiro a Abril 1955).
— *Anais do Instituto de Medicina Tropical* — Lisboa — vol. XI, n.º 4 (1954) vol. XII, n.os 1 e 2 (1955).
— *Anais do Instituto Superior de Agronomia* — Lisboa — vol. XIX (1952/53).
— *Annales Spiritainnes* — Revista missionária — Paris — n.os 6 e 7 (Junho e Julho 1955).
— *Anuário Estadístico* — Montevideo — Tom. XL, vol. I; Tom. XLI, vol. 1 (1954).
— *Anuaire Hidrologique du Congo Belge et du Ruanda* — Urundi — Bruxelles — Tome III (Avril 1955).
— *Bibliographie Mensuelle* — Société de Geographie — Paris — Ano VII, n.os 6 a 9 (Julho a Setembro 1955).
— *Boletim da Estação Meteorológica de Bissau* — n.os 8 a 10 (Agosto a Dezembro 1954).
— *Boletim da Estação Meteorológica de Bolama* — Serviço Meteorológico da Guiné — Bissau — n.os 7 a 9 (Julho a Setembro 1954).
— *Boletim Mensal de Estatística* — Luanda — n.os 2 e 3/4 (Fevereiro, Março-Abril 1955).
— *Boletim Geral do Ultramar* — Agência Geral do Ultramar — Lisboa — n.os 356/357.
— *Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal* — n.os 2/12 (1953) 1/10 (Janeiro-Outubro 1955).
— *Boletim do Museu Nacional* — Rio de Janeiro — n.os 107 a 127 (1953).
— *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — n.os 7/12 (1954) e 1 a 3 (1955).
— *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique* — Lourenço Marques — n.º 91 (Março-Abril 1955).
— *Boletim Pecuário* — Direcção Geral dos Serviços Pecuários — Lisboa — vol. XXIII, n.os 1/3 (1955).
— *Bolletino della Società Geográfica Italiana* — Roma — vol. VIII, n.os 13 a 15.
— *Brado (O) Africano* — Lourenço Marques — (jornal) n.os 1548 a 1555 (1955).
— *Breviora* — (Revista) Museum of Comparative Zoology-Cambridge Mass. — n.os 45 e 46 (1955).

— *Brotéria* — Lisboa — Revista Contemporânea de Cultura — vol. LX, n.º 1; vol. LXI, n.ºs 2 e 3 (Julho e Agosto-Setembro 1955).

— *Brousse* — Leopoldville — n.º 6 (1955).

— *Bulletin Bibliographique Mensuelle* — Paris — Ano V, n.ºs 4 e 5 (Abril e Maio 1955).

— *Bulletin du Centre des Recherches Agronomiques* — Gouvernement Général de L'A. O. F. Bambey — n.ºs 1 a 11.

— *Bulletin de L'Institut Français d'Afrique Noire* — Dakar — n.ºs 3 e 3/4 (Julho 1955).

— *Bulletin of The Museum of Comparative Zoology* — Harvard University Cambridge Mass. — vol. CXIII, n.ºs 4 a 6 (Maio-Julho 1955).

— *Cabo Verde* — Boletim de Propaganda e Informação — Praia — n.ºs 70 a 72 (Julho a Setembro 1955).

— *Cahiers Français d'Information* — Paris — n.ºs 268 a 270 (Janeiro-Fevereiro); 277 a 279 (Julho 1955).

— *Cahiers (Les) de Tunisie* — Institut des Hautes Études — Tunis — n.ºs 7 e 8 (3.º e 4.º trimestre de 1954).

— *Comércio Externo* — Repartição Técnica de Estatística — Luanda — vol. I (1954).

— *Comércio Português* — Associação Comercial de Lisboa — n.ºs 96 a 101.

— *C. S. A.* — Bukavu — n.ºs 10 a 12.

— *Escola Portuguesa* — Direcção Geral do Ensino — Lisboa — n.ºs 1051 a 1059 (Maio-Julho 1955).

— *Études Dahoméennes* — Centre I. F. A. N. — Porto Novo — n.ºXIII (1955).

— *Estudios y Documentos de Educacion* — Paris — n.ºs 11 e 12 (1955).

— *Gazeta Literária* — Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto — n.ºs 33 a 35 (Maio a Julho 1955).

— *Geographical Review* — Nova York — n.º 3 (Julho 1955).

— *Garcia de Orta* — Revista da Junta de Investigações do Ultramar — Lisboa — vol. III, n.º 1.

— *Humanidades* — Universidade Pontifícia de Comillas — Santander — vol. VII, n.º 13.

— *Império* — Lourenço Marques — n.ºs 47-48 (Março-Abril 1955).

— *Índice Cultural Español* — Direccion General de Relaciones Culturales — Madrid — Ano X, n.ºs 112 e 113 (Maio e Junho 1955).

— *Information* — Conselho Internacional de Ciências Sociais — Paris — n.º 5 (Julho 1955).

— *Instituto (O)* — Revista Científica e Literária — Coimbra — vol. CXV (1953).

— *Jornal de Angola* — Luanda — n.ºs 18 e 19 (Junho e Julho 1955).

— *Jornal de Benguela* — Benguela — n.ºs 2994 a 3045 (Fev. a Agosto 1955).

— *Journal of Air Law and Commerce* — Chicago — vol. XXII, n.º 1 — (Winter 1955).

— *Journal de la Société des Africanistes* — Paris — Tome 24, Fasc. 1 (1954).

— *Library Record* — University College — Ibadan — Nigéria — vol. VI, n.º 8 (1955).

— *Lovania* — Elisabethville — n.º 35 (1955).

— *Macau* — Boletim Informativo dos Serviços de Economia e Estatística Geral — Macau — n.ºs 39 a 44 (Março a Maio 1955).

— *Mensário Administrativo* — Direcção dos Serviços de Administração Civil de Angola — Luanda — n.ºs 89/90 (1955).

— *Mensário das Casas do Povo* — Lisboa — n.ºs 109 e 110 — (Julho e Agosto 1955).

— *Missões* — Revista Missionária — Lisboa — n.º 20 (Junho) — Ano VIII, n.ºs 1/4 (Julho-Agosto 1955).

— *Monthly Weather Review* — Department of Commerce — Washington — vol. LXXXIII, n.ºs 1 a 4 (Janeiro-Abril 1955).

— *Mundo (O) do Livro* — Lisboa — (Maio e Junho 1955).

— *Nigéria* — Ibadan — n.º 46 (1955).

— *Notes Africaines* — Institut Français d'Afrique Noire — Dakar — n.º 67 (Julho 1955).

— *Notícias de Portugal* — Secretariado Nacional de Informação — Lisboa — n.ºs 425 a 438 (Junho a Setembro 1955).

— *Perspectives* — Paris — n.º 2, 4, 5, 20, 22 e 23 (1955).

— *Portugal* — Secretariado Nacional de Informação — Lisboa — n.ºs 227-230 (Janeiro-Fevereiro e Março-Abril 1955).

— *Portugal em África* — Revista Missionária — Lisboa — n.ºs 69 e 70 (Maio-Junho e Julho-Agosto 1955).

— *Problèmes d'Afrique Central* — Bruxelles — n.º 28 (1955).

— *Problèmes Economiques* — Paris — n.ºs 213, 219 e 386.

— *Population* — Editions de L'I. N. E. D. — Paris — n.ºs 1/3 (1946); 2/4 (1947); 1/4 (1948); 1/4 (1949); 1/4 (1950) e 1/4 (1951).

— *Revista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale* — Firenza — Itália — n.ºs 4/6 (Abril-Junho 1955).

— *Revista Analítica de Educacion Fundamentale* — Unesco — Paris — n.ºs 5 e 6 (Maio e Junho 1955).

— *Revista do Ensino* — Luanda — n.º 10 (1955).

— *Revista da Faculdade de Ciências* — Lisboa — vol. IV (1955).

— *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — Brasil — vol. XLVII a LI.

— *Revista de Medicina Veterinária* — Lisboa — n.º 353 — (Abril 1955).

— *Revista Militar* — Lisboa — vol. VII, n.ºs 6 e 7 (Junho e Julho 1955).

— *Revista de Portugal* — Lisboa — n.ºs 134 a 137 (Abril a Julho 1955).

— *Tropical Abstracts* — Royal Tropical Institut — Amsterdam — Holand — vol. X, n.ºs 9 a 14 (Maio a Julho 1955).

— *Vértice* — Revista de Cultura e Arte — Coimbra — n.ºs 140 a 142 (Maio a Julho 1955).

— *Volante (O)* — Lisboa — n.ºs 917 a 925 (Junho a Agosto 1955).

MUSEU DA GUINÉ PORTUGUESA

Movimento da Biblioteca no 3.º Trimestre de 1955

Meses	Obras gerais	Ciências Matemáticas	Ciências Físico-Químicas	Geologia, Mineralogia e Paleontologia	Biologia e Nutrição	Antropologia	Botânica	Zoologia	Ciências Médicas	Climatologia	Religião	Filosofia	Ciências Sociais	Filologia, Linguística	Ciências Aplicadas Tecnologia	Belas Artes	Desporto, Divertimentos e Jogos	Geografia	História	Biografias	Literatura	Periódicos, jornais, etc.	Totais Parciais
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U		
Empréstimo domiciliário																							
Julho	—	1	—	1	2	—	—	—	—	—	1	1	5	—	3	—	—	—	2	2	33	41	92
Agosto	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	5	—	1	—	1	3	1	1	47	35	95
Setembro	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	3	1	—	2	—	—	1	4	38	29	81
Somas	1	1	—	1	2	—	1	—	—	—	2	2	13	1	4	2	1	3	4	7	118	105	268
Leitura na sala																							
Julho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	37	39
Agosto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	43	43
Setembro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	54	54
Somas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	134	136

Biblioteca do Museu da Guiné, em Bissau, 30 de Setembro de 1955

O Bibliotecário,
Joaquim A. Areal

X VOLUME (1955)

ÍNDICE NUMÉRICO

Págs.

Direitos de família e propriedade entre os Fulas da Guiné Portuguesa, por *Artur Augusto da Silva* ... 1

Alguns aspectos demográficos dos Bijagós da Guiné Portuguesa, por *Ruy Álvaro Vieira* ... 23

Roteiro da Costa da Guiné — Breve nota sobre a maneira de demandar o porto de Bolama, por *Manuel Pereira Crespo* ... 35

Helmintologia ictiológica — alguns helmintes do sável, Alosa alosa (L.) das águas portuguesas. Descrição de uma nova espécie, Mazocraes vilelai n. sp. (Trematoda, Monogenea), por *João Tendeiro* e *Vasco Valdez* ... 49

Helmintologia ictiológica — Sobre os helmintes de alguns peixes da costa portuguesa, por *João Tendeiro* e *Vasco Valdez* ... 81

Helmintologia ictiológica — Helmintes de alguns peixes da Costa Oeste-Africana, por *João Tendeiro* e *Vasco Valdez* ... 129

Crónica da Província: — Melhoramentos Públicos: Ponte de Bafatá — Residência para Chefes de Serviço — Abastecimento de Água à povoação de Bula — Informações diversas, por *Joaquim A. de Oliveira* e *Joaquim Areal* ... 167

Economia e Estatística: — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa de Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria, por *Zeferino M. de Macedo* ... 173

Livros e Publicações: — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 4.º trimestre de 1954: Oferta de Livros — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Outubro a Dezembro de 1954) ... 181

Leguminosas Florestais da Guiné Portuguesa, por *Fernando Jorge S. de Faria Pereira Nunes* ... 187

O rio Cacheu, por *Manuel Pereira Crespo* ... 279

A gerontocracia na organização social dos Bijagós, por *José Eduardo A. da Silva Marques* ... 293

Crónica da Província: — Melhoramentos Públicos — Notícias Diversas — Desporto, por *Joaquim A. Areal* ... 301

Economia e Estatística: — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa do Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria, por *Zeferino M. de Macedo* ... 305

Págs.

Livros e Publicações: — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 1.º trimestre de 1954: Oferta de Livros — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Janeiro a Março de 1955) 313
Sobre alguns ixodídeos dos géneros Hyalomma C. L. Kock 1844 e Aponomma Neumann 1899, por *João Tendeiro* 319
Alguns aspectos de alimentação dos indígenas bijagós da Guiné Portuguesa, por *Ruy Álvaro Vieira* 463
Contos Bijagós, por *João Eleutério Conduto* 489
Crónica da Província: — Visita de Sua Excelência o Presidente da República, General Craveiro Lopes, à Província da Guiné Portuguesa — Homenagem a Nuno Tristão — Visita à Fortaleza de S. José de Bissau — Inauguração da Escola Central das Missões Católicas — Inauguração do Monumento a Teixeira Pinto — Visita ao Centro de Estudos da Guiné Portuguesa — Visita ao interior da Província: O Chefe do Estado embarca no Aviso de 1.ª classe «Bartolomeu Dias» a caminho de Bolama — Partida de Bolama para Fulacunda e Catió — Partida para Bafatá — Visita a Nova Lamego — A viagem Presidencial prossegue a caminho de Farim — Visita a Cacheu e regresso a Teixeira Pinto — O Chefe do Estado, depois de uma fatigante, mas a todos os títulos, triunfal jornada pelo interior da Guiné, regressa a Bissau — O Senhor Presidente da República de novo em Bissau — O discurso do Senhor Presidente da República no banquete de despedida — Depois da sua viagem triunfal à Guiné, o Senhor Presidente da República embarca para Cabo Verde, a bordo do «Bartolomeu Dias», por *J. F. Mendes* 507
Economia e Estatística: — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa do Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria, por *Zeferino M. de Macedo* 571
Livros e Publicações: — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 2.º trimestre de 1955 — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Abril a Junho de 1955) 579
Estudo dos grupos sanguíneos dos indígenas da Guiné Portuguesa, Contribuição para o estudo da sua soro-antropologia, por *Ruy Álvaro Vieira* 585
Onomástica Fula e os graus de parentesco, por *Eduíno Brito* 599
Inquérito Etnográfico sobre a alimentação dos Felupes, por *Carlos Lehmann de Almeida* 617
A entomologia — Sua evolução, por *Armando Castelo Branco* 635
O Centro de Estudos da Guiné Portuguesa — História e perspectivas, por *A. Teixeira da Mota* 641
Crónica da Província: — Melhoramentos Públicos — Campanha de Sanidade — Informações diversas — O primeiro aniversário do atentado contra os territórios portugueses da Índia, por *J. F. Mendes* 585
Economia e Estatística: — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa do Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria, por *Zeferino M. de Macedo* 675
Livros e Publicações: — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o 3.º trimestre de 1955 — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Julho a Outubro de 1955) 683

ÍNDICE POR AUTORES

Págs.

AREAL (Joaquim A.) 301
ALMEIDA (Carlos Lehmann) 617
BRANCO (Armando Castelo) 635
BRITO (Eduíno) 599
CONDUTO (João Eleutério) 489
CRESPO (Manuel Pereira) 35; 279
MACEDO (Zeferino Monteiro de) 173; 305; 571; 675
MARQUES (José Eduardo A. da Silva) 293
MENDES (J. F.) 507; 663
MOTA (A. Teixeira da) 641
NUNES (Fernando Jorge S. de Faria Pereira) 189
OLIVEIRA (Joaquim A.) e AREAL (Joaquim) 167
SILVA (Artur Augusto da) 1
TENDEIRO (João) 319
TENDEIRO (J.) e VALDEZ (Vasco) 49; 8; 129
VIEIRA (Ruy Álvaro) 24; 463; 585